

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**EFEITOS DE SENTIDOS SOBRE A DESIGNAÇÃO HOMOAFETIVIDADE
PRODUZIDOS NA/PELA MÍDIA**

Adilson Carlos Batista

GUARAPUAVA, DEZEMBRO DE 2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**EFEITOS DE SENTIDOS SOBRE A DESIGNAÇÃO HOMOAFETIVIDADE
PRODUZIDOS NA/PELA MÍDIA**

Adilson Carlos Batista

Dissertação apresentada por ADILSON CARLOS BATISTA ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-oeste UNICENTRO, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dr^a Maria Cleci Venturini.

GUARAPUAVA, DEZEMBRO DE 2015

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

B333e Batista, Adilson Carlos
Efeitos de sentidos sobre a designação homoafetividade produzidos na/pela mídia / Adilson Carlos Batista.– Guarapuava: Unicentro, 2015. xi, 176 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Letras; área de concentração: Interfaces entre Língua e Literatura.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cleci Venturini;
Banca examinadora: Profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, Profa. Dra. Denise Gabriel Witzel, Profa. Dra. Renata Chrystina Bianchi de Barros.

Bibliografia

1. Sujeito-homoafetivo. 2. Memória. 3. Contradições. 4. Antagonismos. 5. Discurso Midiático. 6. Homoafetividade. 7. Análise do Discurso. 8. Mídia. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDD 20. ed. 305.3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras



TERMO DE APROVAÇÃO

Adilson Carlos Batista

EFEITOS DE SENTIDOS SOBRE A DESIGNAÇÃO HOMOAFETIVIDADE PRODUZIDOS NA/PELA MÍDIA

Dissertação aprovada em 14/12/2015 como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre, no curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração Interfaces entre Língua e Literatura, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof.ª Dra. Maria Cleci Venturini
(UNICENTRO)
Presidente/Orientadora

Prof.ª Dra. Gesualda dos Santos Rasia
(UFPR)
Membro

Prof.ª Dra. Denise Gabriel Witzel
(UNICENTRO)
Membro

Prof.ª Dra. Rantata Chrystina Bianchi de Barros
(UNIVÁS)
Membro

GUARAPUAVA-PR
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Dr^a Maria Cleci Venturini, que esteve sempre pronta para me ajudar e dar sua contribuição para que esse corpo-sujeito pudesse alimentar-se das mais diferentes fontes e constituir-se enquanto pesquisador.

A Clóvis Mannrich, meu companheiro de todas as horas, pois durante todo o tempo do mestrado soube administrar nossos percalços com maestria e me compreender nas horas mais difíceis, principalmente nos últimos onze anos.

À amiga Vilma Lenir Calixto pelas suas contribuições e correções dos meus textos e dessa dissertação.

À amiga Nilva Miranda pelas correções e contribuições nos textos, em inglês.

Agradeço também à força de luz e vida que me acompanha desde meu nascimento e mostra sempre que sou capaz de vencer e brilhar, mesmo que, muitas vezes, a caminhada parece longa, tortuosa e difícil.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia; Profa. Dra. Denise Gabriel Witzel e Profa. Dra. Renata Chrystina Bianchi de Barros pela leitura atenta de meu trabalho e pelas imprescindíveis considerações. Muito obrigado por fazerem parte da minha história.

E por último, à “dona Ana”, minha mãe, não menos importante, mas apenas por uma questão de escolha na ordem, essa me deu a vida e muita sabedoria, contudo, resolveu me deixar durante essa trajetória e viver em outro plano, acredito que, se estivesse aqui, estaria muito feliz e orgulhosa pelo “amado filho” como ela mesma dizia.

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que, quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 2010, p.76).

BATISTA, Adilson Carlos. **Efeitos de Sentidos sobre a designação homoafetividade produzidos na/pela mídia**. 176 fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Cleci Venturini. Guarapuava, 2015.

RESUMO

Esta dissertação analisa, por meio da Análise de Discurso francesa, fundada por Michel Pêcheux, materialidades jornalísticas que circularam pela rede de computadores na atualidade sobre a relação homoafetiva. O arquivo a partir do qual foram selecionados/recortados matérias, charges, artigos, entre outros, que enfocavam acontecimentos em torno da homoafetividade, considerando essa mídia como produtora do simbólico e disseminadora de ideologias. A questão de pesquisa respondida é: Como as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo e que discursos e memórias sustentam essas modificações na formação social? Para responder a essa questão realizamos o percurso analítico que visou mostrar que as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo, colocando em suspenso os efeitos de sentidos dessas transformações no discurso em torno de casais homoafetivos veiculados na/pela mídia jornalística. Primeiramente, mostramos como a Análise de Discurso se constitui enquanto disciplina de interpretação e realizamos reflexões analíticas que vão da palavra ao discurso, passando pelas categorias de análise e desenvolvendo, nesse mesmo capítulo, discussões em torno da designação, conforme apontada por Guimarães (1995/2005). Na sequência, refletimos sobre as designações empregadas ao da história para referir à relação homoafetiva, tendo em vista as reproduções e transformações delas de acordo com a filiação de sujeitos em formações discursivas (FD), e pelas posições ocupadas em formações sociais e culturais. A investigação mostrou que a designação pederastia filia-se ao discurso filosófico; a sodomia, ao discurso religioso; homossexualismo/invertido e pervertido, ao discurso da medicina e a designação gay funciona por meio dos sujeitos homoafetivos. Já a designação homoafetivo tem seu funcionamento atrelado ao discurso jurídico, fazendo trabalhar discursos em torno do politicamente correto. Após a retomada do percurso dessas designações procedemos às análises das materialidades considerando-as como acontecimentos, marcados pela repetição e por regularidades e, muitas vezes, rompendo com elas, instaurando acontecimentos discursivos. Mobilizamos, ainda, noções como contradição, antagonismos, regularidades, repetição, memória e enunciado-imagem. Esta última noção é relevante em textos-imagem que circularam na mídia porque significam a partir da memória e da ideologia. Realizamos em torno das materialidades destacadas, gestos de interpretação com vistas a verificar como os sentidos deslizam de acordo com as filiações dos sujeitos em FD's e das memórias que as fazem retornar, significando e fazendo significar a relação homoafetiva no curso/discurso da formação social.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito-homoafetivo; Memória; Contradições; Antagonismos; Discurso midiático.

BATISTA, Adilson Carlos. **Senses effects on homoafectivity designation produced in / by the media.** 176 p. Dissertation (Master of Arts) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Advisor: Professor Dr. Maria Cleci Venturini. Guarapuava, 2015.

ABSTRACT

This dissertation examines, through French Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux, journalistic material elements that currently circulated through the network of computers about the same-sex relationship. The documents file from which we selected/excerpted news, cartoons, articles, among others which featured events around the homoafectivity, considering this media as a producer of the symbolic and also disseminating ideologies. The answered survey question is: How have the designations around the homoafectivity relationships changed over time and which discourses and memories sustain these changes in social formation? In order to answer this question we carried out the analytical course that aimed to show the designations around homoafectivity relationships have changed over time, putting on hold the meaning effects of these changes in the discourse around homosexual couples served in / by the journalistic media. First, we show how Discourse Analysis constitutes itself as an interpretative discipline and also did an analytical reflection from word to discourse, passing by the categories of analysis and developing, in this same chapter, discussions about the designations terms, as pointed out by Guimarães (1995/2005). As a result, we reflected on the designations used in history to refer to same-sex relationship, with a view to the reproductions and transformations of them according to the subjects affiliations in Discursive Formations (DF), and occupied positions on social and cultural formations. The investigation showed that the term pederasty belongs to philosophical discourse; sodomy to religious discourse; homosexuality/inverted and perverted, to the discourse of medicine and gay term is used among homoafective subjects. The term homoafective has its operation by legal discourse, being used around the politically correct. After the analysis of the terms route, we analysed the materialities considering them as events, marked by repetition, by regularities and often breaking with them, establishing a discursive event. We also mobilized this investigation notions such as contradiction, antagonism, regularities, repetition and utterance-image, in-text image that circulated in the media. We did around the highlighted materialities, gestures of interpretation in order to check how the senses went in accordance to the membership in the FD and the memories that make them return, meaning

and bringing significance of the same-sex relationship term course/discourse in social formation.

Key word: Homoaffective-subject; Memory; Contraditions; Antagonisms; Media discourse.

LISTA DE ENUNCIADOS-IMAGEM

ENUNCIADOS-IMAGEM 1: Placa na frente do bar Stone Wall

.....
100

ENUNCIADOS-IMAGEM 2: Charge Marina Silva e Malafaia

.....
151

ENUNCIADOS-IMAGEM 3: Cenas – Propaganda O Boticário

.....
155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	21
DA DISCIPLINA DA INTERPRETAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DE ANÁLISES	21
1.1 A Análise do Discurso: revisitando a história	22
1.2 A palavra e seu funcionamento: categorias de análise.	31
1.3 A designação	41
CAPÍTULO 2	49
AS DESIGNAÇÕES EM TORNO DA RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS DO MESMO SEXO: TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICO E CULTURAL	49
2.1 Pederastia	50
2.2 A sodomia	66
2.3 O Homossexualismo	88
2.4 A homoafetividade	105
CAPÍTULO 3	112
HOMOAFETIVIDADE: O PERCURSO ENTRE OS DISCURSOS INSTITUCIONAIS E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS	112
3.1 Acontecimentos Discursivos:	113
Recorte I	114
Recorte II:	124
Recorte III	131
3.2 Contradição/Antagonismo/repetição:	137
Recorte I:	138
Recorte II:	140
Recorte III:	144
Recorte IV:	146
Recorte V:	147
Recorte VI:	148
Recorte VII:	151
Recorte VIII:	154
PARA EFEITO DE FECHAMENTO	167
REFERÊNCIAS	172

INTRODUÇÃO

“A desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo: o cristianismo as teria excluído rigorosamente, ao passo que a Grécia as teria exaltado – e Roma, aceito – pelo menos entre homens” (FOUCAULT, 2014b, p. 21)

Na atualidade, muito se discute sobre o “politicamente correto” na formação social¹, numa tentativa de gerenciar sentidos de praticar a coerção, a manifestação institucional na manifestação da linguagem. As palavras e os sentidos delas não são estanques e não possuem um sentido original, pois elas existem antes dos sujeitos e de acordo com Orlandi (2012b, p. 43), só adquirem sentido em discursos. Pêcheux (2009) destaca que elas significam a partir de sujeitos e de acordo com as suas inscrições em formações discursivas e em dadas condições de produção do discurso, em que as palavras são produzidas/reproduzidas. Por meio de uma mesma palavra, poderão ressoar memórias que encaminham para a repetição ou para a contradição nos discursos em circulação, cujas ressonâncias podem ser aceitas ou não por determinados grupos. É assim que elas reproduzem ou transformam discursos, tendo em vista as memórias mobilizadas e os domínios que elas convocam e fazem trabalhar.

Muitas transformações têm ocorrido nas relações sócio-históricas e culturais na formação social, e a cada dia novos grupos tentam se estabelecer pela conquista de seus direitos e pela legitimação de suas posições e opções. O surgimento desses grupos e a necessidade de designá-los, sem ferir ao tido como “politicamente correto”, como uma prática bastante em voga, fomentou designações que se legitimam a partir do jurídico, do histórico, do social e do cultural. No âmbito do político, as designações são efeitos jurídicos constituídos

¹ Nesta dissertação, empregamos o termo formação social e não o termo sociedade, tendo em vista que, de acordo com a teoria que sustenta nosso percurso, a sociedade convoca indivíduos. Mas nos interessam sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente, conforme preconiza Pêcheux, quando, em 1975, pensou a teoria do discurso, que se encontra em “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, que comporta também as retificações, do que demanda sempre circunscrever processos e não resultados, como referidas nas Ciências Sociais.

em jurisprudências, que reivindicam o estatuto de lei e funcionam como um discurso de sustentação e legitimação de práticas.

Diante disso, há a defesa do emprego dos termos “corretamente” para referir-se a determinados grupos com vistas a não dar visibilidade às diferenças e a não promover desigualdades. Um exemplo recente de emprego inadequado de uma designação foi a situação vivenciada pela presidenta da república Dilma Rousseff, quando enfrentou vaias de um grupo de sujeitos ao usar a expressão “portadores de deficiência”, no lugar de “pessoa com deficiência” (termo considerado politicamente correto), na 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 04 de dezembro, de 2012. Esse acontecimento motivou a matéria intitulada “Politicamente correto: a pressão das minorias modifica a linguagem?”².

A discussão da matéria contribuiu para a definição da questão de pesquisa em torno do *corpus*, recortado desta investigação, cujo fio condutor é as designações e os sujeitos. Pensando que, se os termos alteram-se e surgem novas designações, pelas pressões das minorias, essas mudanças legitimam a existência desses sujeitos como pessoas de direito e a consequência é que os sentidos e seus efeitos têm relação com o que é exterior, estando intrinsecamente relacionados às práticas sócio-históricas e culturais. Diante dessa problemática, pergunta-se: como as práticas discursivas e o funcionamento das designações na/pela mídia instauram efeitos de sentido na formação social e por quais mecanismos eles se constituem?

Com a propagação jurídico-social dos direitos humanos, no início do século XX, o sujeito-homossexual começou a ser mais compreendido e aceito, na formação social, atendendo ao princípio da dignidade do sujeito como proteção à livre orientação sexual. Com o declínio da influência da igreja Católica e a valorização psicológica, as relações e a união homoafetiva³ deixaram de ser consideradas como “pecado” ou como resultado de uma doença, porque adquiriu reconhecimento jurídico. Entretanto esses sentidos

² Autoria de Vanessa Fogaça Prateano, publicada no caderno “Vida Cotidiana”, p. 09, do Jornal Gazeta do Povo, no dia 06 de dezembro de 2012.

³ A designação homoafetiva será desenvolvida, no segundo capítulo, ao abordarmos as implicações jurídicas, sócio-históricas e culturais. Com isso, deslocamos o seu funcionamento para o domínio do discursivo para mobilizá-lo nas análises, no terceiro capítulo.

continuam a ressoar e a retornar nos discursos que circulam na formação social, instaurando ressonâncias, contradições e antagonismos.

O termo homossexualismo surgiu em 1869, quando um médico Húngaro chamado Karoly Benkert saiu em defesa dos homossexuais, os quais sofriam perseguições políticas. Para isso, cunhou essa terminologia clínica, como um modo de designar todas as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo. Antes, a designação já teria sido sodomia, derivada da cidade bíblica de Sodoma, destruída por Deus, devido aos pecados lá cometidos. Dentre esses pecados encontram-se as relações homossexuais masculinas (segundo a Bíblia – Gênesis, capítulo 18, verso 20) e pederastia, designação que remetia à relação homoerótica ocorrida no período Clássico (Século V a. C.).

Além disso, a designação homossexual, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID) significa desvio ou transtorno sexual. Em 1993, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a reclassificou, inserindo-a assim no capítulo dos sintomas decorrentes de circunstâncias psicossociais. Em 1995, houve nova alteração, no CID, e o termo homossexualismo foi classificado como Transtorno da Preferência Sexual. Na sequência, essa designação foi abandonada e o sufixo “ismo” foi substituído pelo sufixo “(i)dade”⁴, dando origem ao termo “homossexualidade”.

Com essa alteração na palavra, sua designação passou a não se referir mais a uma doença, mas a um modo de ser. Portanto, constituindo o efeito de sentido de despatologização do comportamento homossexual. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina já havia abandonado e tornado sem efeito o art. 302 da CID em 1985, pois, em 1973, a Associação Psiquiátrica Americana, também já havia retirado o termo homossexualismo do rol de transtornos mentais⁵. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia expediu a Resolução

⁴O sufixo latino – *(i)dade*, de acordo com Sacconi (1989, p. 98), significa “qualidade ou estado”, enquanto o – *ismo*, sufixo de acordo com o mesmo autor (p. 101) refere-se à crença, seita e que nos interessa nesse trabalho “crença, doença, próprio de [...], atividade e vício”.

⁵A alteração das palavras e, das designações não ocorre somente por meio de mudanças na lei e no léxico. Ela é resultado e decorrência de práticas sociais, históricas e culturais e não acontecem isoladas da formação social, ao contrário, constituem-se a partir de processos discursivos que deslegitimam determinadas palavras, demandando transformações devido à resistência a discursos em circulação. A luta das minorias é que motivou mudanças, que funcionam a partir da resistência ao que está posto. Tratamos desses processos e dos efeitos decorrentes deles, no segundo e terceiro capítulos, em que colocamos para funcionar essas noções, buscando pelos efeitos discursivos em discursos efetivamente realizados entre sujeitos.

1/1999, proibindo a patologização da homossexualidade, bem como seu tratamento pelos profissionais dessa área. Com isso, o termo homossexual passou a significar “sexualidade semelhante”, ou seja, designa sujeitos que têm relação sexual com pessoas do mesmo sexo.

Conforme a apresentação inicial, as designações sofrem mudanças de acordo com as transformações histórico-sociais e culturais ocorridas nas diferentes formações sociais e em períodos de tempo diversos. Com isso, sabe-se, também, que o sujeito homossexual podia ser considerado doente, porque a designação possuía essa conotação, de certo modo pejorativa. No sentido de amenizar o preconceito, o psiquiatra brasileiro Jurandyr Freire da Costa (1992) criou a palavra “homoerotismo”.

Nessa mesma linha, o jurista Enézio de Deus Silva Júnior (2011) criou o termo “homoessência”, hoje, entretanto, o termo que mais circula é “homoafetividade”, cunhado pela jurista Maria Berenice Dias, no ano de 2000, em sua obra *União homoafetiva: o preconceito e a justiça*. Esse termo, segundo Enézio de Deus Silva Junior (2011, p. 80), estende-se para além das relações sexuais, pois se trata de “[...] vínculos entre pessoas homossexuais que, bem mais do que sexuais no sentido genital, encontram no amor a sua razão de se desenvolverem e existirem na sociedade, apesar de todo o preconceito [...]” e alcança valor jurídico, passando a ser discutido em outros domínios, dando visibilidade às minorias, como grupo.

Dessa forma, as palavras como homossexualismo/homossexualidade designam uma minoria e vão sendo significadas e ressignificadas pela linguagem e por sua historicidade na formação social pelo discurso. Entretanto, é preciso saber quais os efeitos de sentidos assumidos a partir das designações na legislação e os efeitos ideológicos do seu emprego na/pela mídia na atualidade. É preciso saber, também, de que maneira estratos relacionados à família e ao casamento funcionam a partir das lutas dessa minoria de casais homoafetivos e como são discursivizados, no jurídico, e na formação social.

Para responder a esses questionamentos, recorreremos à Análise de Discurso Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux e seus colaboradores, como Eni Orlandi, Freda Indursky, entre outros, que praticam a teoria da

interpretação, promovendo deslocamentos importantes nessa área. Isso significa que a disciplina encontra-se sempre em transformação, questionando as demais, quando trabalha nos entremeios e quando busca promover rupturas e deslocamentos. Nesse sentido, Indursky (2008, p. 09) assinala que

[...] esta teoria não é um corpo doutrinário, cristalizado e estanque. Ao contrário. Trata-se de um quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente. Esta é uma das características mais marcantes deste quadro teórico: questionar as diferentes teorias e questionar-se a si própria, sem acomodação.

Inicialmente, a AD tinha como objeto o discurso político, mas o questionamento a que refere Indursky redundou em transformações, que possibilitam a análise dos discursos que circulam na mídia. Isso para buscar a inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas (doravante FD) que determinam, de acordo com Pêcheux (2009), o que pode/deve ser dito por esses sujeitos, e desencadeia questões, como por exemplo, em relação às minorias, nessa investigação, de casais homoafetivos.

Além dos autores filiados à AD pecheutiana, destacamos Michel Foucault (2014abc), Colin Spencer (1999), William Naphy (2006), Didier Eribon (2014), entre outros, que sustentam e ancoram as análises em torno da/sobre a sexualidade. Ancoramo-nos, também, nas contribuições jurídicas de Berenice Dias (2014) e Adilson José Moreira (2012) para trabalhar as designações desses grupos e os efeitos de sentido delas nos discursos em circulação. A questão de pesquisa que encaminha o percurso analítico é: Como as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo e que discursos e memórias sustentam essas modificações na formação social?

Com vistas a responder à questão de pesquisa, o nosso objetivo geral é mostrar que as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo, colocando em suspenso os efeitos de sentidos dessas modificações no discurso em torno de casais homoafetivos veiculados na/pela mídia jornalística e os objetivos específicos são: (i) investigar quais as designações mobilizadas para discursivizar a homossexualidade e a relação estabelecida por essas designações com a instituição família e o casamento;

(ii) analisar como os termos homossexualidade, família e casamento são designados no âmbito jurídico; (iii) identificar se as designações retornam como memória para constituir os discursos de/sobre os sujeitos homossexuais na mídia jornalística (internet – páginas de jornais; blogs; redes sociais etc.) e que efeitos de sentido constituem nos discursos em circulação.

Pelo discurso filosófico, a homossexualidade teve origem com a designação pederastia; pelo discurso religioso advém a designação sodomia, pelo discurso da medicina é que circulou a designação homossexualismo (e muitos outros pejorativos) e, pelo discurso jurídico, a designação homoafetividade. Essa última é considerada, na formação social, como “politicamente correta”, tendo em vista outros discursos que com ela formam rede. Dentre esses discursos destacamos as designações de outras minorias, tais como, os surdos, os negros, os ciganos, os cegos, que se constituem por palavras que entraram na ordem do discurso em muitos momentos e campos disciplinares, alterando/transformando a cultura e a forma de significá-las e falar delas, enquanto minorias. Contudo, as designações podem produzir efeitos de sentidos negativos ou positivos, dependendo das formações discursivas e das redes de memórias a que se filiam e que explicitamos, durante a análise do *corpus*, no terceiro capítulo.

No primeiro capítulo, enfocamos a abordagem da história da Análise de Discurso, cunhada por Michel Pêcheux, trazendo as categorias de análise e refletindo em torno da palavra e do seu funcionamento. Fazemos isso por entender que, dependendo do suporte e do discurso, a palavra mobiliza memórias e faz com que ressoem distintos discursos, estabelecendo relações de dependência, de contradição ou de antagonismo, instaurando distintas redes de sentidos. Tendo em vista que o objeto da Análise do Discurso é o discurso e não as palavras, não nos ativemos a essa última, mas ao primeiro, o que demanda teorizar acerca do discurso e das noções a partir das quais praticamos a interpretação, por meio de dispositivos teóricos e analíticos. Refletimos, também, sobre a designação e sua relação com o discurso e com isso, sublinhamos a necessidade de priorizar a teoria, construindo dois dispositivos: o teórico e o analítico, sublinhando a necessidade de um

movimento pendular entre o *corpus* e a teoria, tendo em vista que os recortes já indicam um primeiro gesto de interpretação.

No segundo capítulo, a ancoragem e a sustentação teórica advém de autores como: Michel Foucault (2014abc), Colin Spencer (1999), William Naphy (2006), Didier Eribon (2014), os quais refletem em torno da homossexualidade pelo percurso histórico. Michel Foucault, além do percurso histórico, recorta e traz reflexões sobre a sexualidade para compreender quais os dispositivos coercitivos em torno do sexo nos diferentes discursos. Ele defende que, apesar do sexo ser proibido, mascarado ou desconhecido desde a época clássica, a sua interdição não é um dos elementos fundamentais e constituintes a partir dos quais é possível dizer como o assunto era abordado a partir da Idade Moderna. Conforme as décadas foram avançando, vê-se uma explosão discursiva acerca da sexualidade. A cada ano, aumenta o número de pessoas falando sobre o assunto de forma aberta e tratando o ato sexual de maneira mais liberada. Aos poucos, foi-se definindo quando, como e com quem se podia falar dele, nessa perspectiva, o filósofo insere as práticas da homossexualidade.

A palavra pederastia circulou na Grécia Clássica e em Roma, assim, buscamos no período clássico compreender como a relação entre pessoas do mesmo sexo foi constituída no decorrer do tempo pelo discurso filosófico, para mostrar que a relação entre os sujeitos praticantes da pederastia era formada por regras sociais que definiam essas culturas. Nesse capítulo, entrelaçamos a teoria e o objeto de análise, tecendo teias discursivas. Ainda nesse capítulo, damos visibilidade ao modo como essa cultura, presente na Grécia e Roma, transforma-se e sofre influência das culturas de outros povos, modificando todo o discurso filosófico naquele período. Com isso, o resultado são alterações sociais, e a modificação nessa forma de conduzir a homoerótica. Assim, a palavra pederastia, sob a influência do discurso religioso, designa outra forma de relação – a sodomia. Nesse processo, a palavra não se refere mais ao amor entre rapazes, mas à ofensa contra Deus e, como consequência, delitos passíveis de castigos, ofensas e até condenação à morte.

Na sequência, destacamos como esse discurso religioso vai se ampliando e transformando a ideologia presente, espalhando o medo e

procurando um bode expiatório para justificar acontecimentos e modificações da natureza. Assim, tudo aquilo que não é natural aos olhos do discurso religioso e não normatizado, além de pecado, pode ser doença.

A palavra para designar a relação entre pessoas do mesmo sexo, com apoio do discurso médico, será homossexualismo/invertido⁶. Nessa nova conjuntura, os sujeitos são assistidos como doentes e precisam de tratamento porque sofrem de uma patologia, de um transtorno, decorrente do que entendem como desvio sexual.

Contudo, essa designação é significada como um mal e causa tanta repugnância que precisa ser apagada, silenciada, não mais pronunciada. Aqueles que se identificam com a homossexualidade sofrem castigos aplicados através da lei, agora legitimados, também, pelo discurso da medicina e do religioso. Isso significa que os sujeitos não se filiam somente a uma formação discursiva e não ocupam apenas uma posição-sujeito. Isso reforça que as formações discursivas, segundo Pêcheux (2009), são sempre heterogêneas, há sempre o “bom sujeito” e o “mau sujeito”, e, nesse último caso, o processo de identificação é instaurado pela luta e pela resistência. Muitos sujeitos vão lutar, até mesmo contra discursos hegemônicos, e conquistar direitos pelo meio de forças legitimadas pela lei.

Assim, na última parte desse segundo capítulo, mostramos como a pressão das minorias pode alterar, também, o significado das palavras e, com isso, a homossexualidade de doença altera-se para relação de amor entre os gêneros – passando de homossexualismo para homossexualidade. Desse modo, rompe com a repetição e instaura um novo significado, decorrente do fato de o sujeito assumir uma nova posição-sujeito, inscrevendo-se não mais na formação discursiva de doente, mas na formação discursiva de sujeitos de direito, pelo discurso jurídico. A palavra, nesse momento, filia-se ao discurso jurídico e, para abordar essa filiação, apoiamo-nos em Maria Berenice Dias (2014) e Adilson José Moreira (2012).

⁶Usamos homossexualismo/invertido tendo em conta que, de acordo com Didier (2008 p. 100-110), no século XIX, a homossexualidade foi vista, por alguns médicos, como uma inversão de gênero (invertido), ou seja, desviante dos dois sexos. O homem homossexual é alguém que renuncia a sua masculinidade, da mesma forma que a lésbica renuncia a sua feminilidade. Entretanto, a inversão costuma ter outro sentido e é denunciada como o simples fato de não buscar um parceiro do outro sexo. Não é somente o homem afeminado ou a mulher masculina que incorrem na acusação de inversão, mas também, simplesmente, o homem que gosta de homens e a mulher que gosta de mulheres.

No terceiro capítulo, são apresentadas as materialidades recortadas para análise. Nele, colocamos para funcionar conceitos teóricos e noções que ancoram as análises e possibilitam responder a questão de pesquisa realizada a partir do objetivo geral e dos objetivos específicos que determinaram o percurso e resultaram de gestos de interpretação em torno das materialidades recortadas. Com isso, realizamos o movimento pendular que vai da teoria às materialidades analisadas e dessas aos dispositivos analíticos. Nesse sentido, Pêcheux (2012a) sinaliza que a Análise de Discurso realiza um vai e vem entre a descrição e a interpretação.

Finalmente, na conclusão, construímos um efeito de fechamento, em que são recuperadas a questão de pesquisa e os objetivos norteadores da investigação. Entrelaçamos teoria e prática com o objetivo de sublinhar a unidade e a coerência da investigação, fazendo com que a teoria e as análises se conjuguem, atando-se, entrelaçando-se, formando teias e redes de sentidos.

CAPÍTULO 1

DA DISCIPLINA DA INTERPRETAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DE ANÁLISES

“A posição epistemológica da AD conduz, portanto, a supor a existência da língua não como puro sistema (o programa de um órgão mental!), mas como um real específico, que forma o espaço contraditório do desdobramento das discursividades.” (PÉCHEUX, 2011, p. 101)

A maior dificuldade, em trabalhos filiados à teoria do discurso, é conciliar o objeto de análise e determinar quais serão os dispositivos teóricos de interpretação que determinam o dispositivo analítico. Não se trata de uma escolha. Cada material analítico, segundo Orlandi (2012b, p. 27), “exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões.” Isso porque as análises nunca são iguais, pois os recortes, em um mesmo material, distinguem-se, tendo em vista que a delimitação do *corpus* é um gesto de interpretação.

A questão de pesquisa, de acordo com a mesma autora (p. 27), “é de responsabilidade do pesquisador e é essa responsabilidade que organiza a sua relação com o discurso, levando-o à construção do ‘seu’ dispositivo analítico”, e dos conceitos mobilizados, os que ajudam na resolução da questão que motivou o trabalho. Nesse sentido, vale destacar que o arquivo em torno do objeto de pesquisa, nesse trabalho, a designação jurídica da relação homoafetiva na/pela mídia, não é simplesmente segmentado. Nele são realizados recortes e esses recortes, assim como o dispositivo analítico, dependem da questão que se busca responder e dos objetivos propostos para o trabalho, uma vez que

[...] o discurso do analista de discurso é sempre um produto, um enunciado ou um grupo de enunciados atestados, não importa quais. O linguista do discurso não trabalha a partir de exemplos, quer se

trate de frases pronunciadas ou de textos exemplares, mas com corpora (MAZIÈRE, 2007, p. 14).

Isso significa que ele pode delimitar, organizar sequências discursivas e realizar recortes importantes para sua análise. Diante do *corpus* recortado, o centro do trabalho está nas palavras. É por meio delas que as designações funcionam discursivamente. Mas não basta pensar nas palavras e nas designações, pois na Análise do Discurso, tal como foi concebida por Pêcheux (1969/2010), a partir da década de sessenta/setenta do século XX, não se busca os conteúdos dos discursos, mas o modo como determinados efeitos de sentidos se constituem. Então, há necessidade de saber um pouco mais sobre essa disciplina da interpretação e mobilizar conceitos tais como discurso, sujeito, ideologia, memória, formação discursiva, formação ideológica e outros que com eles instauram a rede conceitual porque a relação entre teoria, método, procedimentos analíticos e objeto são inseparáveis.

1.1 A Análise do Discurso: revisitando a história

[...] uma ciência em estado nascente é então uma “aventura teórica”, [...] o acesso ao objeto é obtido por caminhos ainda não trilhados, onde os passos em falso não estão excluídos. (HERBERT, 1966, apud ORLANDI, 2012, p. 47).

Esta epígrafe, retirada de Thomas Herbert⁷, tem por objetivo trazer a reflexão sobre o surgimento da Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux. A essa corrente teórica que nos filiamos porque ela manteve, em princípios teóricos, a relação entre língua, sujeito e história, mais especificamente uma relação entre língua e ideologia e apresenta o discurso como o lugar dessa relação.

A história dessa disciplina da interpretação está em constante movimento, questionando a si mesma e aos outros objetos. Entretanto, é importante destacar que a AD não está mais na fase dos “tateamentos”,

⁷ Thomas Herbert – pseudônimo utilizado por Michel Pêcheux na publicação de seus primeiros textos, na França da década de 1960.

enquanto teoria e metodologia, ao contrário, ela se encontra enraizada, muito bem desenvolvida e estruturada pelos seus teóricos. Na fase de construção e desenvolvimento foram dados alguns “passos em falso” e acertados outros, conforme bem frisou Herbert/Pêcheux. Nesse momento, os analistas do discurso estão se aventurando por novos caminhos, refletindo e trabalhando sobre diferentes objetos e conceitos, realizando-se, assim, novos deslocamentos, principalmente no Brasil.

O quadro teórico e metodológico da AD, além de estar institucionalizado, tem como foco a interpretação em análises de discursos/materialidades concretos verbais ou não verbais, em que o histórico-simbólico se faz presente, dentre eles, a mídia. Nela as materialidades verbais e não verbais instauram discursos pelas formações imaginárias pelas quais efeitos de sentido se constituem a partir e em torno de sujeitos e de acontecimentos por meio de processos discursivos.

Apesar de a disciplina estar consolidada, ainda acreditamos na importância de retomarmos alguns fatos históricos que contribuíram para a sua consolidação. Neste capítulo, destacamos pontos importantes para a compreensão desse campo disciplinar, mesmo de forma sintetizada. Não interessa explanar todas as teorias e influências teóricas da AD, mas mostrar o seu surgimento e o percurso realizado pelo seu fundador na construção de sua ciência/disciplina de análise e suas primeiras tendências metodológicas.

A análise de discurso se constitui na conjuntura intelectual do estruturalismo filosófico do final da década de 1960-1970, na França. Os intelectuais da época discutiam questões relacionadas à ideologia e à leitura dos discursos ideológicos. “A problemática estruturalista, que se estava condensando em torno de alguns nomes como os de Lévi-Strauss, Foucault, Barthes, Althusser..., era um dispositivo polêmico contra as ideias dominantes da época” (PÊCHEUX, 2010, p. 251). A França vive profunda transformação e debates intelectuais iniciados na década de 1950, mas tem seu apogeu durante os anos 1960 do século XX.

Segundo Eni Orlandi (2012c), os estruturalistas lutavam contra alguns pensamentos dominantes sobre uma concepção religiosa de leitura. A discussão estava enraizada sobre a hermenêutica literária que visava à

projeção do sentido sobre a matéria verbal. O sujeito-leitor, para essa área de conhecimento, é considerado como princípio interpretativo dos sentidos, uma subjetividade sem limites. Havia também outra prática de leitura que se propagava e invadia as ciências humanas. Sob a forma de análise de conteúdo, trabalhava com as leituras mais cotidianas, mais espontâneas e por último, o objetivismo quantitativo, que trata os textos como “população de palavras” em que se analisa a estrutura do texto, verificando em números como uma espécie de “demografia dos textos”. A análise se baseava em paráfrases e em uma relação de análise sintática.

O estruturalismo filosófico coloca-se contra todas essas evidências que tratava a leitura de forma empírica. Da mesma forma, a AD 69 de Michel Pêcheux e discussões de outros autores que também tomam como objeto de análise o discurso. Contudo, cada teórico caracterizou o discurso de acordo com sua corrente e posições epistemológicas e domínios de saber. Por isso, não existe uma única corrente francesa de Análise do Discurso na atualidade e cada uma tem sua história particular.

A AD francesa pêcheutiana tem seu marco inaugural com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, em 1969. Contudo, as discussões e reflexões são anteriores a essa publicação, passando por esse marco e estendendo até a década de 1970, na qual o próprio Michel Pêcheux pode rever alguns pontos de sua teoria. Aqui no Brasil, essa disciplina também recebeu diversas contribuições importantes que ampliaram o campo de investigação, aventando a existência de uma AD Brasileira.

Michel Pêcheux publicou, nesse período inicial, quatro artigos importantes em revistas de divulgação científica. Suas duas primeiras publicações foram “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966); “Observações para uma teoria geral das ideologias” (1968), publicados na revista *Cahiers pour l'analyse* sob o pseudônimo de Thomas Herbert. As duas publicações seguintes, já com assinaturas de Michel Pêcheux, “*Analyse de contenu et théorie du discours*” (1967); e “*Vers une technique d'analyse du discours*” (1968), ambas publicados nas revistas *Psychologie Française* e *Bulletin du Centre d'Études et de Recherches Psychotechniques* (CERP), respectivamente com o propósito de intervenção no campo da história das ciências e da teoria das ideologias.

Segundo Paul Henry (2010, p.12), “poderíamos pensar que Michel Pêcheux e Thomas Herbert eram duas pessoas distintas, tendo pressupostos e preocupações bem diferentes” porque em sua obra inaugural “o materialismo histórico e a psicanálise” são reflexões que quase não aparecem, não há referência a uma “teoria das ideologias” e “teoria do inconsciente”, essa última apenas aparece em uma nota de rodapé. Todas as questões e reflexões sobre Marxismo, enquanto teoria da ideologia e da Psicanálise para tratar da relação posição sujeito no discurso são trazidas para o interior da linguística na obra *Les vérités de la Palice*, publicada em 1975, traduzida no Brasil com o título de *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, publicada, no Brasil, em 1988.

Depois da publicação dessa obra, como ratifica Grigolletto (2003, p. 01) “O ideológico e o inconsciente, a partir de Pêcheux, não podem mais ser pensados como elementos “residuais” da linguagem, mas como elementos constitutivos de todo e qualquer discurso e, conseqüentemente, de todo sujeito”. Como bem exemplifica a autora, ele compreende a prática da linguagem como uma que se relaciona com outras práticas, tanto política quanto científica, dessa forma, o filósofo traz, para a semântica, reflexões importantes que a linguística deixou, por muito tempo, de lado.

Quando Michel Pêcheux desenvolveu a Análise Automática do Discurso, ele estava tentando dar às ciências sociais um instrumento científico, seguindo os passos de Bachelard e Canguilhem, trazendo para essas reflexões o marxismo. Por meio dessas reflexões o filósofo consegue construir alicerces importantes para sua disciplina da interpretação, retirando das Ciências Sociais fortes princípios positivistas, deixando-a mais no domínio do humanismo. Com isso, subjetividade, ideologia, confronto e lutas tornam-se essenciais para o que ele pretendia.

Nessa obra, ele se afasta um pouco das bases epistemológicas linguísticas e critica a concepção estruturalista de Saussure que trata a língua de forma abstrata e a toma como convenção e produto na história. Ao refletir sobre isso, Pêcheux consegue mostrar que língua e discurso apresentam materialidades diferentes, mas que são complementares, pois o “enunciado atestado é o material, mas ele é manipulável; o discurso não é texto, é uma manifestação da materialidade da língua, não é a fala saussuriana” (MAZIÈRE, 2007, p. 30). Ancorado nessas noções de base linguística e processo discursivo, Pêcheux prevê que a primeira é a materialidade necessária para a realização da ideologia, e o segundo remete aos lugares sociais e históricos em que a

ideologia funciona e provoca determinados efeitos de sentidos. Contudo, conforme destaca Zandwais (2009, p. 23-24), ele

[...] ainda está atado tanto a referenciais teóricos funcionalistas e distribucionalistas⁸ de linguagem, como a procedimentos analíticos descritivistas e formalistas que dominam em suas práticas de análise de discursos, acreditando, quiçá, que pudesse lançar mão de dispositivos mais ou menos “automáticos” para “conciliar” questões discursivas e estruturais.

Nessa obra, o filósofo ainda não se desvencilhou de alguns pontos teóricos anteriores, mas que irá abandonar ao rever sua teoria na década seguinte. Entretanto, discurso, condições de produção, ideologia, sujeito, formação social, noções importantes para a AD, fazem parte da reflexão da/sobre a “práxis” discursiva. Essas reflexões iniciais são elementos importantes para se afastar e “desatar alguns nós” para seguir em frente. “Pêcheux começa a fragilizar as “fronteiras” entre as Ciências Sociais e Humanas, e a delinear as bases para a constituição de uma disciplina antipositivista e antiformalista de linguagem” (ZANDWAIS, 2009, p. 22).

No período da década de sessenta, faz-se muito presente a questão do revisionismo, ou seja, muitos teóricos revisitavam outras fontes para poder progredir em suas análises e questionamentos, ampliando assim suas ideias.

A grande maioria de intelectuais da época passa por esse processo de releitura. Althusser revisa Marx em seu Materialismo Histórico (ciência da história) e o seu Materialismo Dialético (filosofia marxista), trazendo contribuições importantes, formulando sua teoria das ideologias com base na história das formações sociais e seus modos de produção, considerando aí a luta de classes.

Jacques Lacan relê Freud e reformula sua concepção de psicanálise. Ele toma emprestado da linguística o seu pensar sobre o inconsciente (estruturado como linguagem) e começa a trabalhar a cura por meio das palavras “cura de palavra”. O psicanalista age exclusivamente sobre a fala, conforme destaca Paul Henry (2010, p. 27) “indo de encontro a tendências psicologizantes, biologizantes ou mesmo sociologizantes ou antropologizantes na psicanálise”, refletindo sobre o sujeito enquanto sujeito de linguagem.

⁸ A AD se impôs pela transferência de métodos linguísticos americanos para análises lexicais sociopolíticas tradicionais na França. Ela se constitui como triunfo pleno do distribucionalismo de Harris, (Classe de equivalência), depois passa pelas contribuições de Jean Dubois (Classe de proposições) que aponta para uma linguística além da frase. Depois de tudo isso, Pêcheux trabalha as questões semânticas, deslocando-as da sintaxe (MAZIÈRE, 2007).

Seguindo esse mesmo raciocínio, em releituras desses autores e discussões teóricas que teve em grupos de estudos com Louis Althusser, seu grande mentor, Michel Pêcheux desloca e articula três regiões de conhecimento para pensar sua *Análise do Discurso em 1975: Materialismo Histórico, Psicanálise e Linguística*, conforme descrito por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (2010, p. 160):

[...] o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; a teoria do discurso, com teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Esses autores explicitam, também, que essas três áreas são articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Entretanto, esse conceito é reformulado por Pêcheux (2009, p.121) em *Semântica e Discurso* que traz uma concepção de “teoria (não subjetivista) da subjetividade.” Portanto, ele vai afirmar que o domínio teórico [...] “encontra-se definitivamente determinado por três regiões interligadas que designaremos, respectivamente, como a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciência/ideologia”.

Dessa forma, a AD está calcada no materialismo histórico e o discurso é a materialização, ou, ainda, a manifestação da ideologia que decorre da organização dos modos de produção social. Segundo Orlandi (2012b, p. 15), a *Análise de Discurso*

[...] concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção humana.

Ao articular essas três áreas de conhecimento, Pêcheux, segundo Zandwais (2009, p. 24), configura “as bases de uma disciplina com alicerces em uma concepção materialista histórica de ciências humanas” e ao ser definido como “teoria das formações sociais e de suas transformações”, incluindo a “teoria das ideologias”, isso passa a “operar na teoria pecheutiana como um componente global”. Sobre a história a partir de uma perspectiva materialista, Pêcheux afirma

[...] uma referência à História, a propósito das questões Linguísticas, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no “estudo da linguagem” e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados de luta de classes hoje em um “país ocidental”, sob a dominação da ideologia burguesa (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

Por meio do materialismo histórico, tornou-se possível pensar em uma teoria materialista dos processos discursivos, conforme Malidier (2003, p. 33), “É a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso o discurso, explicitamente posto em relação com a ideologia”.

Pêcheux, após considerar os estudos em Althusser, afirmou que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas” (2009, p. 130). O filósofo trouxe essa reflexão a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado, porém, ao contextualizar as teses: 1) “Só há prática através de e sob uma ideologia”; 2) “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”, ele verifica que a história mostra que há um real, mas esse real não é transparente porque os AIE não são “puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes (p. 131), eles apresentam conjuntos bem mais complexos de relações de contradição-desigualdade-subordinação, porque as lutas de classes em seu interior podem tanto contribuir para a reprodução como para a transformação das práticas e dos saberes ideológicos dominantes, uma vez que o sujeito pode apenas replicar os saberes ou questioná-los.

Por meio do materialismo histórico e da relação com as ciências da linguagem, Pêcheux propõe a Análise de Discurso que apresenta questões para a Linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui, bem como os questionamentos que essa faz às Ciências Sociais, considerando a não-transparência na linguagem em seu uso. Porém essa ciência tem um lugar importante na construção da teoria do discurso e do dispositivo analítico, fornecendo a maioria das categorias com as quais se deveria fazer a análise formal dos dados.

Essa prática se justifica porque os discursos são sempre produzidos no interior de uma língua determinada, obedecendo a suas regras, a qual fornece os mecanismos formais e possibilita a construção das metáforas e das metonímias que constituem o

processo ideológico. Esses processos estão relacionados ao que ele chama de deslizamento de sentido. Para Pêcheux, de um lado, uma mesma palavra (ou sintagma) empregada em discursos diferentes, pode não possuir o mesmo significado, já que este desliza sob o significante. Por outro lado, um mesmo significado pode ser representado por significantes diversos no interior de um mesmo discurso.

Nesse sentido, a linguística não deu somente a base sobre a qual o pai da AD pode constituir o conceito de discurso, mas também todo o dispositivo instrumental. Linguistas como Saussure, Jakobson, Harris, Culioli e Benveniste são as referências que o autor cita, implícita ou explicitamente, critica, elogia ou menciona como fonte de inspiração para a proposição dessa ciência/disciplina da interpretação.

Partindo desse princípio, em *Análise automática do discurso*, ele define o discurso como “efeito de sentidos entre locutores”. Assim, ele é um objeto sócio histórico, no qual a Linguística está pressuposta. Entretanto, conforme explanação anterior, o filósofo critica a evidência de sentido e o sujeito intencional como gênese do sentido, pois considera a linguagem como um sistema sujeito à ambiguidade. Desse modo ele vai afirmar que as discursividades são efeitos materiais da língua na história, abrangendo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem.

Pêcheux compreende o sentido como sendo regrado pelas questões de espaço e tempo das práticas humanas, descentralizando o conceito de subjetividade e limitando a autonomia do objeto da Linguística. Dessa forma, o filósofo considera a estrutura e o acontecimento discursivo, relacionando a linguagem à sua exterioridade. O teórico afirma que existe o interdiscurso, uma memória discursiva que engloba os já ditos que acabam por sustentar todo o dizer. Em suma, os sujeitos estão ligados a um saber discursivo que não se aprende, porém produz efeitos através da ideologia e do inconsciente. Com tudo isso, Michel Pêcheux cria uma nova teoria com um novo objeto que é o discurso, mudando completamente o terreno nos estudos da linguagem.

Portanto, por meio da linguística podem-se estudar os mecanismos sintáticos dos processos de enunciação. Entretanto, ela se constitui pela não transparência da língua, dessa forma, ela somente pode ser pensada em sua relação com o discurso, ultrapassando os limites da frase e considerando o sujeito e a história. Como exemplifica Indursky (2013, p. 37),

[...] de um lado, depende dos processos linguísticos (lexicais, morfológicos e sintáticos) e que determinam o dizer de um sujeito e,

do outro, o dito, ao ser relacionando a um sujeito interpelado ideologicamente, sofre determinações históricas que definem o que pode e o que deve ser dito.

À luz da linguística, Pêcheux pode inserir a terceira área – a teoria do discurso que envolve os processos semânticos, uma vez que o discurso se manifesta materialmente por meio dos textos expressos em língua natural. Ao analisar a base linguística torna-se possível verificar o funcionamento linguístico e discursivo, uma vez que a língua, em seu funcionamento discursivo não é fechada, estanque, mas que se realiza no jogo com a exterioridade e a historicidade.

A Análise de Discurso resultou desses três campos do saber, constituindo seu *corpus* de forma interdisciplinar e sustentando o que Michel Pêcheux tanto desejou – construir uma nova epistemologia. É assim que essa disciplina trabalha, nos entremeios, mas não de modo servil, pois a relação com essas áreas de conhecimento é sempre crítica

[...] do marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o linguístico; da linguística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas se interessa por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção (INDURSKY, 2013, p. 39).

O processo de construção dessa teoria continuou durante toda a trajetória de Pêcheux, sempre sujeito a retificações e a mudanças conceituais, um traço marcante do autor e da própria teoria, com os quais podem ser revistos pontos importantes para a consolidação desse novo campo de saber. Naquela época (60/70), foram privilegiados textos políticos, prevalecendo sobre os discursos pedagógicos e científicos e hoje podemos fazer uso dessa disciplina da interpretação para as mais diversas materialidades que produzem o simbólico da língua na história, fazendo o uso das categorias de análise institucionalizadas por essa disciplina - Análise de Discurso.

1.2 A palavra e seu funcionamento: categorias de análise.

A palavra dos homens é o material mais duradouro. Se um poeta deu corpo à sua sensação passageira com as palavras mais apropriadas, aquela sensação vive através de séculos nessas palavras e é despertada novamente em cada leitor receptivo (SCHOPENHAUER, 2009, p.147).

A epígrafe, retirada da obra “A Arte de Escrever”, do filósofo Arthur Schopenhauer, instiga-nos a pensar sobre o funcionamento das palavras, iniciando pela sua origem, mostrando a sua historicidade e a inscrição em formações discursivas. Segundo Pêcheux (2009), nessa perspectiva, as palavras não possuem um sentido ligado à literalidade, mas recebem seu sentido de acordo com inscrição dos sujeitos no discurso.

A palavra, quando retirada das suas condições de produção, o discurso, significa pelas acepções do dicionário e se encontra estagnada, como diz João Cabral de Mello Neto⁹, como um rio sem discurso. Em seu funcionamento na/pela língua na história, em contextos enunciativos/discursivos, ela entra em relação com outros discursos e memórias e são possíveis sentidos outros. Isso significa que a palavra e os sentidos mudam, dependendo de sua inscrição em discursos e de sua filiação a sujeitos locutores e interlocutores, constituindo efeitos de sentidos. Como afirma Orlandi (2012b, p. 15) “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”, ou seja, a “língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

Na formação social, circulam discursos que se cruzam, que se enfrentam, que se esbarram, que se anulam e, muitas vezes, complementam-se, fazendo surgir novos discursos, alterando sentidos anteriores cristalizados e ressignificando palavras anteriormente em funcionamento, constituindo, nos termos de Pêcheux (2012b), *estrutura ou acontecimento* ou, conforme o mesmo autor em *Papel da memória* (1999), como acontecimento que escapa à inscrição ou como aquele que é absorvido por ela, deixando de se inscrever.

O discurso, conforme Pêcheux (2010), é efeito de sentido entre locutores dentro de algumas circunstâncias dadas, não havendo relação linear entre

⁹João Cabral de Melo Neto (1920 - 1999) foi um grande poeta brasileiro que nasceu em Recife (1920) e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1999, deixando vários livros publicados. Foi diplomata, mas ficou conhecido mesmo pela sua literatura. Sua obra mais conhecida é *Morte e Vida Severina*.

enunciador e destinatário, pois ambos estão, de certa forma, tocados pelo simbólico. Nessa relação de trocas, a língua não é somente um código, mas um conjunto de manifestações materiais, estruturada por designações e funcionamentos ideológicos que convocam e fazem trabalhar discursos outros e memórias pelas formações discursivas inscritas na formação social. Isso significa, como já referimos anteriormente, que o sentido das palavras depende da inscrição de sujeitos e dos modos como são interpelados pela ideologia e se inscrevem em formações discursivas, que Pêcheux (2009) define como

[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Assim, tudo que o sujeito diz ou faz é determinado pela sua filiação a uma FD, conforme Pêcheux

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é “produzido como causa de si” (PÊCHEUX, 2009, p. 238).

Nas formulações sobre a homossexualidade, na mídia, que serão analisadas no terceiro capítulo, partimos das palavras ao texto/discurso. Nessas formulações, conforme destaca Orlandi (2012d): “há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras”, dessa forma, “no momento em que o sujeito diz o que diz”, ele se assume na posição de sujeito-autor de seu discurso, vai se representar como responsável e determinar o que diz porque o sujeito, ao se reconhecer como sujeito, já é sujeito e ao se colocar enquanto posição no discurso, “esquece das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa” (PÊCHEUX, 2009, p. 158). Por conseguinte, suas formulações estarão carregadas de pré-construídos, memórias, designações anteriormente constituídas, porque “antes que o sujeito fale: ‘eu falo’, alguém já falou antes em outro lugar”, tendo em vista que o “indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão” (PÊCHEUX, 2009, p.

124) à ideologia. Nesse sentido, a FD se configura pelo processo de constituição de efeitos de sentidos e a sua relação com a ideologia, uma vez que

[...] é a ideologia que, através do “hábito” e do uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de retomada do jogo (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

A ideologia fornece e constitui evidências em torno do que “todos sabem” e reconhecem a si mesmos e ao outro nos discursos em circulação. Como afirma Pêcheux (2009), é por meio dela que identificamos/reconhecemos “o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica” e até mesmo uma greve. São essas evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado mascarem os sentidos e nos levem a questionar se eles realmente querem dizer o que dizem, pois a língua não é transparente. Nesse sentido, ela “é o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência não transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva” (PÊCHEUX, 2009, p. 146) daquilo que ele chama de todo complexo dominante das formações ideológicas, que se constituem no espaço de enunciação de uma determinada FI e mantêm uma associação com a noção de formação imaginária. É o lugar de formação do sentido, pois vai determinar o que “pode” e o que “deve” ser dito, a partir de posições-sujeito e de acontecimentos sócio-históricos e culturais funcionando discursivamente.

As formações ideológicas (doravante FI) estão ligadas diretamente às posições de classes em conflito e às relações que determinam posições sociais (não apenas no sentido econômico, mas, aí sim, ideológico) garantidas pelo materialismo histórico (teoria da ideologia), representado pelo que Althusser (1974, p. 46) denomina “aparelhos ideológicos do Estado”. São os modos de produção da vida material que condicionam o conjunto dos processos da vida social e política. Esse processo materialista nos leva a pensar a materialidade discursiva, trazendo para ela a noção de movimento do mundo e a de contradição.

Em nosso escopo, a mídia, está em constante movimento, trabalhando e produzindo o simbólico. Embora, as condições de produção das FI não sejam

componentes discursivos, os discursos, destaca Orlandi (2012c), são produzidos nessas condições. O sujeito e os sentidos parecem estar sempre “já lá”, mas na realidade são produzidos, pois estão/são condicionados ao efeito da ideologia em sua materialidade. O sujeito, enquanto corpo empírico, é apenas carne, mas quando interpelado torna-se “corpo-discurso¹⁰”. Nesse sentido, vão interferir no interior da FD, pois são os já-ditos, que ressoam pela memória discursiva, pela relação com a forma-sujeito interna em uma FD dada. O já-dito significa pelo que Pêcheux (2009, p. 142) designa de pré-construído que “consiste na discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”.

Pêcheux (2009) classifica esses componentes como constitutivos do interdiscurso, apesar de a FD ser concebida como um saber de domínio fechado. Esse saber se relaciona com o exterior, ou seja, “é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) e se repetem nela”.

Disso podemos afirmar, em consonância com Pêcheux (2009), que as FD’s são heterogêneas. Elas estão entrepostas pelos já-ditos e pelos acontecimentos sociais, históricos e culturais, estruturados por determinadas FD’s, que definem o significado e possibilitam que outros significados ressoem pela palavra em suas relações e funcionamentos no discurso, a partir de sujeitos. Conforme assinala Indursky (2013, p. 45, grifo da autora) a FD

[...] deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo. Pode-se dizer que uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. [...] O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém.

Considerar o que destaca Indursky significa dizer que os efeitos de sentidos dos enunciados terão novos sentidos em momentos diferentes, uma vez que uma FD não é atemporal. As palavras inscritas em uma FD são contraditórias ou antagônicas e possuem/adquirem novos sentidos e nem mesmo dentro de uma mesma FD esses sentidos se repetem. Conforme destaca Pêcheux (2009), o sentido de uma palavra não existe em si mesmo

¹⁰ Transformar-se em “corpo-discurso” significa funcionar materialidade, constituindo redes de sentidos.

porque ele é determinado pelas posições-sujeito e pelas ideologias em funcionamento, no processo sócio-histórico e cultural, no qual os sujeitos estão/são envolvidos.

Sobre esse antagonismo, Zandwais (2009, p. 34) diz que a contradição ocorre dentro de uma mesma FD, na qual os sujeitos ocupam mais de uma posição. Ocorre “a contradição de interesses que se processam em seu interior, podem contribuir tanto para a reprodução, como para a transformação das práticas, dos saberes ideológicos dominantes. Servindo a interesses de classes diferentes”. Já o antagonismo ocorre em FD’s diferentes, no interior de Aparelhos Ideológicos de Estado, instaurando o conflito, a desidentificação que pode ou não ocorrer, pois entre ela e a identificação há a contra identificação.

Como destaca Orlandi (2012d, p. 09), é justamente “na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. O sentido obtido por meio do discurso vai depender da posição-sujeito dentro da FD, ou seja, a posição ideológica sustentada por esse sujeito.

Ressaltamos que o sujeito para a AD se apresenta como um sujeito imaginário, porque ele é pensado como uma posição sujeito, pois, em vez de entendê-lo como um “organismo humano”, Pêcheux (2010) concebe o sujeito como um “lugar determinado na estrutura social”, ou seja, ocupa um lugar para ser sujeito do que diz e enuncia. Ao ocupar a posição sujeito, esse é atravessado e estruturado pela linguagem na história. Conforme sugere Orlandi (2012b), o sujeito é “sujeito de e sujeito à”, pois, para se constituir enquanto sujeito do discurso e fazer produzir sentido, ele é afetado pela língua e pela história. Se isso não ocorre “o sujeito não fala e não produz sentido”.

Portanto, o sujeito da AD não está na origem do seu dizer, ao se constituir enquanto tal, é afetado pelo inconsciente e pelo social, pois, em conformidade com Indursky (2008, p. 10-11), “na constituição de sua psique, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia”. É sob a articulação e efeito do inconsciente que o sujeito produz seu discurso, por isso, conforme destaca Pêcheux (2009), ele se realiza a partir de uma subjetividade não subjetiva.

Assim, considerando a posição sujeito do discurso, na FD, estão relacionados os desdobramentos dos sujeitos bom ou mau, por conseguinte, o “bom sujeito” é aquele que Pêcheux (2009) designou de superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da formação discursiva, ou seja, há uma identificação plena do sujeito à FD que afeta/domina seu discurso.

Isso reflete a unicidade imaginária desse sujeito, portanto, a tomada de posição produzirá um efeito sujeito, ele construirá seu discurso sob a ilusão de que é a origem de seu dizer; “o mau sujeito” ocorre quando o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, irá contrariar os saberes que constituem a FD com a qual ele se identifica, rompendo com esses saberes. Conforme aponta Pêcheux (2009, p. 199), discurso

[...] no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação e revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno.

Nesse funcionamento ocorre a separação decorrente de questionamento, dúvida, contestação e revolta, que leva esse sujeito a não mais se identificar com a forma-sujeito da FD que o afeta, ou seja, o “mau sujeito”, “mau espírito” como nos mostra Pêcheux. Esse sujeito “se contraidentifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva”, produzindo o discurso contra. Nessa contraidentificação, de acordo com Indursky (2008, p. 13), “produz tensão na e sobre a forma-sujeito”, assim, essa inquietude dentro da forma sujeito sinaliza que a pretendida unicidade da forma-sujeito pode ser somente imaginária. A contraidentificação do sujeito à FD assinala, portanto, que a forma sujeito do discurso não é dotada de unicidade e isso faz com que diferentes formas de identificar-se e subjetivar-se ocorram. Assim, pode-se ter uma identificação total, parcial ou a desidentificação que irá gerar uma tomada de posição em uma nova FD.

Na desidentificação, há uma transformação/deslocamento do sujeito à outra FD e uma nova tomada de posição e uma nova forma sujeito, essa é a terceira modalidade apontada por Pêcheux (2009 p. 201-202), é uma tomada

de posição não subjetiva. O sujeito do discurso acredita estar livre da FD em que se encontrava inscrito. Entretanto, a ideologia é eterna e “enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos”, ela não desaparece, mas se mantém “funcionando de modo às avessas” contra si mesma, por meio de “arranjos e desarranjos” do complexo das formações ideológicas e formações discursivas pertencentes a esse todo complexo. Desse modo, a tão “sonhada liberdade” do sujeito não acontece. A desidentificação não significa apenas filiação do sujeito à outra FD, mas assinala que o sujeito não escapa da ideologia. A liberdade do sujeito é apenas uma ilusão, pois ele sempre se manterá identificado a uma ou outra ideologia, independentemente de seu desejo ou vontade.

Com isso, podemos concordar com Indursky (2008, p. 15) quando afirma que “há aí uma pequena ‘brecha’ que indica com clareza que o homem tem uma certa margem de movimentação e que não está condenado a manter-se para sempre identificado com o mesmo domínio de saber”. Logo, o sujeito da AD tem a mobilidade de identificação ou não a determinadas formas-sujeito de acordo com as condições de produção, pois, o movimento de identificação e desidentificação se dão sob o mesmo prisma – uma relação constitutiva entre inconsciente e ideologia. As condições de produção, conforme destaca Pêcheux (2010), estão ligadas aos lugares determinados na estrutura de uma formação social. As relações de força entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de formações imaginárias que designam o lugar em que os interlocutores atribuem a si e ao outro, construindo assim, um imaginário social que produzirá determinado efeito.

Com essas mudanças na concepção do sujeito, só podemos pensar em uma FD heterogênea, que apresenta fronteiras frágeis, permitindo que saberes provenientes de outros lugares, também, funcionem em seu domínio de saber e introduzam o diferente ou o divergente, conforme bem apontou Indursky (2008) e Zandwais (2009).

Considerar isso é compreender que o sujeito é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, tal qual descreve Althusser (1974), fazendo trabalhar as duas teses que sustentam a teoria discursiva idealizada por Pêcheux a partir da década de 60, do século vinte. A ideologia interpela os

indivíduos em sujeitos, como afirma Pêcheux (2009, p.135), “Só há prática através de e sob uma ideologia”; “Só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos”. Assim, o sujeito será sempre interpelado como alguém livre para livremente submeter-se às ordens do sujeito e assim aceitar sua submissão livremente, porque essa é a condição ideológica da reprodução.

Esses discursos entram em cena, por meio de saberes que pré-existem ao discurso do sujeito. Segundo Indursky (2003), são “enunciados discursivos” que se repetem na estrutura do enunciado. A noção de estrutura é de que os saberes representados pelos enunciados existem/funcionam numa relação de dependência, de acordo com Pêcheux (2012a, p. 21), a prefiguração do acontecimento “a dar-lhe forma e figura”.

O sujeito, ao entrar nessa rede de memória, é afetado pelo esquecimento. Conforme aponta Pêcheux e Fuchs (2010), ele se apropria dos saberes, como se esses saberes emanassem dele mesmo, mas na verdade, são já ditos que foram produzidos em outros lugares, de outros textos, de experiências vividas. Esses são retomados e sintagmatizados em sua dimensão vertical e, em posse do sujeito, são linearizados na estrutura dos enunciados que ao serem apropriados, dão-lhe uma dimensão horizontal. Assim, o sujeito realiza uma formulação própria, inscrevendo seu discurso naquilo que o filósofo chama de repetibilidade.

A existência vertical dos enunciados liga-se ao que se repete a partir de outras FD ou interdiscurso e afeta o sujeito, ou seja, ele retira o seu discurso de formulações pré-existentes e se inscreve na mesma rede de formulação, por meio do processo de sintagmatização. Os saberes mobilizados pelo sujeito passam, também, a existir no interior de um eixo horizontal, contudo, na forma como o enunciado tomou em seu discurso. Considerando-se isso, o discurso do sujeito é formulado no encontro dessas duas dimensões (vertical/horizontal) e o discurso é produzido pelo interdiscurso (Memória) e pelo intradiscurso (atualidade). Pelo interdiscurso, retornam como se estivessem ali, valores, crenças, ideologias e culturas que permitem ao sujeito enxergar o mundo em sua atualidade de determinada maneira e não de outra.

Ao mobilizarmos a memória discursiva e o interdiscurso, como categorias diferentes para a AD, dizemos que a memória discursiva tem sua existência

histórica relacionada ao enunciado, no interior das práticas discursivas e é regulamentada, de certa forma, pelos aparelhos ideológicos. É isso que permite a lembrança, a repetição, a refutação e também o esquecimento desses elementos na formulação dos enunciados pelos sujeitos, ou seja, os sentidos que são autorizados pela forma-sujeito ou refutados por ele. Nesse sentido, funcionam como ecos ideológicos que fazem ressoar uma memória coletiva, social. Já o interdiscurso diz respeito a todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, constituindo efeitos de saturação do discurso, como se todos os saberes estivessem presentes.

Em relação ao interdiscurso, Pêcheux (2009) vai afirmar que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento: o Esquecimento nº 1 e o Esquecimento nº. 2. Pelo primeiro esquecimento, o sujeito se coloca como agente e origem de tudo o que diz. Esse modelo é da natureza do inconsciente e do ideológico e o sujeito “apaga” e rejeita de modo inconsciente tudo que está inserido na sua formação discursiva e, ilusoriamente, coloca-se como “dono” do seu discurso. Conforme destaca o filósofo

[...] (“eu sei o que estou dizendo” “eu sei do que estou falando”), impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso, da antecipação de seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicitar a si mesmo o que ele diz e “aprofundar o que ele pensa” (PÊCHEUX, 2009, p. 162).

Pêcheux (2009, p. 163) trata desse esquecimento a partir de leituras de Lacan, que as reelaborou pela leitura de Freud sobre o inconsciente, destacando que o sujeito age nesse esquecimento sobre a ação do

[...] pré-consciente que caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja a primeira.

Assim, o inconsciente é estruturado como uma linguagem e o seu processo de constituição vincula-se a três registros – imaginário, simbólico e real, interferindo no modo como as formações inconscientes interferem no discurso do sujeito.

A relação entre consciente e inconsciente se dá por meio da identificação simbólica da/na língua. Dessa forma, ele apresenta o esquecimento nº 2, que é da ordem da formulação. O sujeito “esquece” as possibilidades de outros sentidos, ou seja, ele privilegia algumas formas e apaga outras, no momento de seleção dos dizeres, considerando sua “liberdade de sujeito enquanto falante”. Ao longo de seu dizer, vão se formando famílias parafrásticas de tudo que ele poderia dizer, mas não diz.

Esse esquecimento não é da ordem do inconsciente, todavia se apresenta como pré-consciente, ou semiconsciente, pois se trata de “escolhas”, conforme destaca Pêcheux (2009, p. 164), citando Lacan “a sintaxe, exatamente, é pré-consciente”. Portanto, na AD, o sujeito não é tão consciente quanto parece ser, ele está subordinado à língua para ser sujeito do que diz e vai se constituindo pela ideologia e se significando e ressignificando pelo simbólico na história porque “a ideologia não possui um exterior (para si mesma) mas [...] ao mesmo tempo ela é exterioridade (para a ciência e para a realidade)”.

Com tudo isso, apresentamos as categorias de análise trazidas pela Análise de Discurso pecheutiana. Num primeiro momento, fomos da palavra ao discurso e mostramos como o sujeito é delineado dentro dessa teoria e que os seus saberes estão relacionados à ideologia ou formações ideológicas (FI), determinadas por formações discursivas (FD), produzidas de acordo com as condições de produção (CP) do discurso. Refletimos, também, sobre os efeitos de sentidos produzidos de acordo com o interdiscurso ou memória discursiva que são/estão ressoando de acordo com as filiações dos sujeitos nas FD's. Entretanto, ainda precisamos refletir sobre a designação, pois, ela está relacionada diretamente ao recorte realizado na constituição do *corpus*.

1.3 A designação

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela recruta a todos, é preciso então, compreender de que modo os “voluntários” são designados

nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 144).

A relação entre sujeitos do mesmo sexo recebeu diversas designações das relações socioculturais na história, dependendo das condições de produção, filiações e posições- sujeitos em Formações Discursivas. No período clássico, essa relação foi designada de pederastia. Com a chegada do cristianismo, a relação homossexual foi designada como sodomia e, por meio do discurso da medicina, no século XIX, de homossexualismo. Desse século até a atualidade, houve outras designações, como casais invertidos, pervertidos, gays, homossexualidade e, por último, por meio do discurso jurídico, a designação casal homoafetivo.

Guimarães (2002), ao discutir sobre as expressões linguísticas em sua obra *Semântica do Acontecimento*, desenvolve o conceito de designação, para mostrar que as expressões significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam. Nessa obra, o semantista retoma a diferença entre a designação e nomeação. Para o autor, designação é aquilo que produz historicidade e instabilidade entre a linguagem e o objeto. De acordo com ele

[...] é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 09).

Na cena enunciativa, como destaca o autor, a designação estabelece relação com o real, por meio do linguístico e do simbólico. Dessa forma, rompe com a repetição, instaurando efeitos de sentidos e significados outros, pelo que se constitui o efeito de real, diferenciando-se de realidade. Isso significa passar do funcionamento linguístico para o funcionamento discursivo.

Na perspectiva do linguista, os nomes identificam os objetos, porém não os classificam, pois a nomeação é somente o funcionamento semântico pelo qual algo recebe o nome. Por exemplo, “se numa situação dada e adequada o

dono de um barco escreve sobre ele o nome *Brisa*, ele lhe está dando este nome, está nomeando o barco”. Ele considera que a designação é a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o nome recortado historicamente pelo nome.

É preciso considerar o fato semântico em que as coisas são referidas enquanto significadas e não meramente como coisas existentes no mundo. Essa significação é construída no dizer. Assim, identifica-se um material significante em virtude de significá-lo de acordo com filiações e relações estabelecidas discursivamente. Em outra obra – *Os limites do sentido* – Guimarães (1995, p. 27), estabelece a diferença entre “distinguir o modo pelo qual uma expressão (um nome próprio) designa algo (seu sentido) do objeto designado (sua referência)”, evidenciando determinadas perspectivas e não outras possíveis nas relações discursivas.

As designações resultam do trabalho da língua na história, afetada pelo simbólico e pelas diferentes posições-sujeitos. É assim que a língua, em funcionamento, transforma-se em discurso, inscrevendo-se na história, constituindo-se de distintos efeitos de sentidos, de modo que outros efeitos dados como evidentes sejam apagados, esquecidos, pois as palavras não apresentam sentidos por elas mesmas, em sua literalidade. Elas dependem, para significar, de relações sociais, históricas, culturais e discursivas, estabelecidas pelas redes de memória e por sujeitos inscritos em tempos e em lugares.

Segundo Guimarães (2005, p. 12), “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento, o sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. Para esse autor, o acontecimento representa o presente e um futuro por um passado que os faz significar e assim são postos os funcionamentos das designações para desencadear os sentidos. Da mesma forma, em *Análise de Discurso*, o que realmente é importante não é o acontecimento em si, mas como ele é significado como fato histórico. Nesse sentido, a relação homoafetiva filiou-se a diversos campos discursivos de acordo com sua designação, significando contextos e marcando simbolicamente sua existência enquanto sujeitos do/no discurso.

Pêcheux (2012a, p. 17) define o acontecimento “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” e disso podemos entender que o discurso em sua materialidade resulta de um discurso anterior, significado como memória. A partir disso, o acontecimento, de acordo com Cazarin (2007), não depende necessariamente dos sujeitos. Contudo, para ser histórico, ele precisa ser simbolizado e significado como resultado de uma formulação anterior, partindo de um lugar comum dado ao acontecimento empírico, conforme ocorreram nas designações pederastia, sodomia, homossexualismo, homossexualidade e homoafetividade que apresentam mudanças discursivas na forma de significar enquanto “corpo-discurso”.

Diante dessas considerações, podemos dizer que a designação relação homoafetiva, recortada para este trabalho de pesquisa, funciona, também, em consonância com outras palavras como casamento e família que foram modificadas e alteradas de acordo com o contexto sócio-histórico. Vale destacar que elas nem sempre apresentaram os mesmos significados e configurações de hoje, principalmente, no que se refere ao politicamente correto, com base no discurso jurídico. Isso porque não nos significamos sujeitos da mesma maneira que nos séculos passados até o século XXI. A nossa relação com a linguagem mudou juntamente com a formação social. Cada sujeito sempre será individuado de acordo com sua relação cultural, porque

[...] as formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo livre e responsável, dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais (ORLANDI, 2011, p. 42).

Essas palavras entraram em relação com outras designações e com posições-sujeito distintas, sinalizando para a reprodução e para as transformações sócio-ideológicas pela relação da língua na história e no simbólico. Assim, pela reprodução e pela transformação, fazem trabalhar redes de memórias que são significadas e ressignificadas pelos contextos envolvidos, de tal modo que os sentidos das palavras podem até se cristalizar ou se regularizar por determinado período. Entretanto, de tanto se repetirem, podem

acabar se modificando e instaurando novas redes, conforme explica Indursky (2011, p. 76), “vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo que vão se reunindo às existentes, vão se atualizando as redes de memória”.

A memória, segundo Pêcheux (1999, p. 56), é “um espaço de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas”. Dessa maneira, entendemos que os sentidos vão se movimentando e produzindo novos sentidos, dependendo das posições-sujeitos ou da matriz de referência à que se filiam. A palavra remete à relação homoafetiva, parte do nosso corpus, já apresentou diversas estruturas, conforme apontada anteriormente, constituindo-se por um percurso que vai das designações que significaram amor/físico, pecado, crime, doença, identidade e novamente amor. A homoafetividade, como nova designação, altera o modelo de família, que na constituição de 1988 passou a ser estruturada pelo afeto e não mais por um homem e uma mulher, como opostos que se atraíam pela diferença.

As palavras também são frutos do conhecimento, contudo, podem significar o bem e o mal porque nos

[...] raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos, categorias) são instrumentos do conhecimento. Mas na luta política ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda, calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra, algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva. Porém indecisa. O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político (PÊCHEUX, 2009, p. 195).

Todas as mudanças e transformações nas designações das palavras que se referem à relação entre sujeitos do mesmo sexo ocorreram devido a forças de formações ideológicas, a movimentos culturais, a embates políticos, filosóficos e morais que determinaram os discursos nas formações sociais em que se inscreveram, fazendo com que essa palavra significasse e se ressignificasse a cada período, na história e no simbólico. As transformações nas designações em relação à união homoafetiva aconteceram porque as culturas humanas atribuíram diferentes valores às práticas sexuais. Conforme registrou Michel Pêcheux, para abordar o “Efeito Munchhausen”,

[...] se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer) [...] (PÊCHEUX, 2009, p. 144).

Assim, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido em determinado tempo, lugar e culturas, como parte de planos materiais e imateriais de existência.

Em relação à cultura e ao sujeito, compreende-se o plano simbólico e suas múltiplas formas de expressão, costumes, língua, religião, crenças e saberes, entre outros. Nesse processo, cada sujeito/indivíduo se faz particular em uma dada cultura, pois faz parte de um corpo discursivo. Como afirma Ferreira (2011, p. 60) “um corpo não empírico, não biológico, não orgânico”, ou seja, um corpo cultural que é individuado pelas suas relações sociais e culturais.

Nessa conjuntura, para Pêcheux (2009, p. 138), a história é sempre movimentada pela luta de classes, pois segundo o filósofo:

[...] a história é um imenso sistema natural-humano em movimento, cujo motor é a luta de classes. Portanto, a história, ainda uma vez, isto é, a história de luta de classes, isto é, reprodução/transformação das relações de classes – com os caracteres infraestrutura (econômicos) e superestruturas (jurídico-político e ideológico) que lhes correspondem. É no interior desse processo “natural-humano” da história que faz eco à expressão de Freud: “o inconsciente é eterno” (PÊCHEUX, 2009, p. 138).

Na formação discursiva, as palavras ganham sentido e passam a estabelecer relações com outras palavras, significando de acordo com as condições de produção em sentido restrito, isto é, a partir do texto e, com as condições de produção em sentido amplo, abarcando o social e o histórico pelo funcionamento discursivo, do que resulta que um mesmo fenômeno seja designado diferentemente, sinalizando para ressignificações e para a constituição de sentidos outros.

Em relação à designação, Guimarães (1995) referenda o que afirma Pêcheux (2009) e aponta que esse processo é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, porque o objeto, na verdade, decorre do exterior

produzido pela linguagem. No entanto, é importante destacar que a exterioridade não se limita a isso, ela é objetivada pelo confronto de diversos discursos, uma vez que o discurso não existe de forma isolada, mas estabelecendo relações com outros discursos no interior de domínios de saber. Se o objeto é constituído por relações discursivas, o “cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença” (PÊCHEUX, 2009, p. 74)

A constituição da designação no discurso se dá pela rememoração e ela se produz de duas formas; em uma primeira instância ela se dá por meio do *discurso de* e, depois, num segundo momento, pelo discurso *sobre*. No *discurso de*, conforme destaca Venturini (2009, p. 75), “realiza-se a partir do discurso fundante, por intermédio do qual o dizer sustenta-se na materialidade e constitui no intradiscurso efeitos de verdade e autoridade”. Para falar sobre as relações homossexuais são retomadas as designações e, no eixo das formulações, ganham-se, ou legitimam-se, a partir de posições discursivas dentro do religioso, do médico, do jurídico etc. Esses sujeitos, ao se identificarem com esses discursos, são retomados pelo funcionamento do interdiscurso, como pré-construídos e são essas retomadas que irão sustentar o dizer.

O *discurso sobre* é formado pelo *discurso de*. O primeiro funciona “como a memória que o constitui e como o discurso fundante que retorna e o ancora no eixo da formulação” (VENTURINI, 2009, p. 75). Isso significa que o discurso *sobre* torna o nome o evento *sobre* o qual o sujeito inscreve-se no discurso. Contudo, a produção de sentido não se realiza de forma linear, pois são construídos por uma relação entre discursos. Nessa mesma direção, Guimarães (1995, p. 75), destaca que o processo de designação serve tanto para designar quanto para não designar, pois uma designação instala-se “num lugar de estabilidade referencial e produz um sentido pelo apagamento de outros”.

Dessa forma, poderá provocar um rompimento com a FD filiada ou instaurar outro sentido no interior dessa FD. O que nutre o funcionamento da designação é justamente o interdiscurso por meio da memória, ou seja, não é qualquer referente que relaciona a palavra “à coisa” designada. Conforme sinalizou Petri (2009), o funcionamento parafrástico das designações leva em

conta que o referente existe, mas não toma como um ponto de partida que tem seu sentido bem controlado, um sentido “literal” do qual derivem outras designações e sentidos.

Deslocando esses funcionamentos para a AD, podemos afirmar que não há uma relação direta entre o referente e o nome, de forma completa, total, homogênea e estabilizada, porque essa relação é da ordem do movimento. Os efeitos de sentidos relacionados à designação homoafetividade são constituídos pela possibilidade de sinonímia, considerando a substituição, ou somente a transformação, aquilo que Pêcheux chama de metáfora. Diante disso, somente podemos referenciar as relações de coexistência, de interdição, de interdependência dentro das designações que suscitam os processos de significações no discurso.

CAPÍTULO 2

AS DESIGNAÇÕES EM TORNO DA RELAÇÃO ENTRE SUJEITOS DO MESMO SEXO: TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL

*Abençoado o homem que ama e depois dos primeiros jogos
Com suas pernas tornadas fortes e flexíveis
Retira-se para sua casa, com vinho e canções
E brinca com um belo rapaz sobre seu peito o dia inteiro.
Sólon¹¹*

Neste capítulo, realizamos, a partir de Foucault e outros autores, um percurso sócio-histórico e cultural das designações em torno das relações homoafetivas, buscando saber como elas se constituíram e como funcionam discursivamente. Fazemos isso atendendo a dois objetivos, quais sejam: (i) investigar quais as designações mobilizadas para discursivizar a homossexualidade e a relação dela entre família e a instituição casamento; (ii) analisar como o termo homossexualidade, família e casamento são designados no âmbito jurídico.

Vale destacar que todas as grandes civilizações antigas, destacando-se os mesopotâmios, os egípcios e os chineses, deixaram de alguma forma, os registros da descrição do comportamento sexual entre sujeitos do mesmo sexo. Isso sinaliza para o fato de que essa prática sempre se realizou, apesar de não haver designação para ela.

O termo sexualidade, afirma Moreira (2012 p. 288), “era estranho para muitas sociedades, pois as relações sexuais tinham funções sociais que não estavam diretamente conectadas com a identidade pessoal ou com o mecanismo de reprodução”. Isso significa que, antes do século XIX, não existia uma palavra para designar a relação entre pessoas do mesmo sexo, a qual veio a surgir somente com o discurso médico a que se filiou a designação homossexualismo. Como se trata de registro de designações, trabalharemos,

¹¹ Sólon (Atenas, 638 – 558 a. C.) foi um legislador, jurista e poeta grego, considerado um dos sete sábios da Grécia antiga e, como poeta, compôs elegias morais-filosóficas.

neste capítulo, com a investigação em torno do surgimento da palavra que designou esse comportamento sexual na Grécia Clássica e sua relação discursiva por meio da representação e produção do real no Estado/sociedade. Isso porque não há como desvincular essa relação, assim como as designações para o sujeito-homossexual em Roma antiga e outros lugares, em séculos diferentes. Com essa reflexão em relação à designação e seu funcionamento discursivo, interessa-nos os possíveis efeitos de sentidos que retornam/funcionam como memória nas materialidades analisadas, no terceiro capítulo.

2.1 Pederastia

A primeira designação em relação a essa prática foi *pederastia*¹², que designa o comportamento sexual existente entre um sujeito homem mais velho, o *erastés* (amante), e um sujeito rapaz mais novo, o *erónomos* (amado). Segundo Dover (1994, p. 34), ambas as palavras “são derivadas do verbo *erán*, que significa amar. No livro, O Banquete, de Platão, *paiderastein* significa “amor pelos jovens”.

A relação entre esses sujeitos, nessa formação social, acontecia porque “a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo a corpo de um saber preciso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 2014a, p. 69), portanto uma relação de amor. Como destaca Moreira (2012), o sujeito amante não tinha somente a função de servir como modelo de coragem, mas de apresentar sabedoria e virtude cívica para o sujeito amado, jovem. A atração se baseava na beleza física, no fato de ter um futuro moral, intelectual e militar promissor.

O vínculo social entre o homem mais velho e o rapaz apresenta uma reflexão moral, que somente se faz presente nesses sujeitos individuados, nessa sociedade grega clássica. A pederastia desempenhou

¹² Oriunda de outra palavra grega – *paiderastia* – formada pela junção de *país* (criança) e *erán* (amar), de acordo com Donald Schüller, em *Eros: dialética e retórica*, as relações pederásticas eram realizadas pelo *erasta*, que na obra platônica na maioria das vezes é traduzido por amante, e pelo *erômeno*, o amado (SCHÜLLER, 2001, p. 17).

[...] papel fundamental na educação dos adolescentes. Por meio de frequente ligação, especialmente no ginásio, com um amado e admirado homem mais velho, objeto de ardente atração, a quem o jovem companheiro tomava por modelo, o adolescente era gradativamente iniciado na vida adulta e aprendia a tornar-se, por sua vez, um 'completo cavalheiro', um *kalokagathos* ('literalmente, belo e bom (ou valente)') (MARROU, 1998, p. 2016).

O sujeito, homem adulto, com idade de mais ou menos 30 anos, para se encaixar nesse papel - sujeito de *erastés* - precisava ser um homem sexualmente ativo na formação social, viril, forte, e ser cidadão, uma vez que essa relação de pederastia somente se realizava entre cidadão e futuro cidadão ateniense.

Para os sujeitos se constituírem como cidadãos, em Atenas, somente existiam duas formas. Primeiramente, precisava ser nascido nessa cidade, ou seja, ser filho de atenienses, os chamados eupátridas. A outra via de acesso à cidadania ateniense era através da assembleia, pela qual o sujeito devia ser aprovado por pelo menos seis mil atenienses, em voto secreto. Ao sujeito *erastés*, além de ensinar sobre educação, política, filosofia, entre outras coisas, deveria iniciar os mais jovens na vida sexual.

Como o discurso filosófico é uma prática que tem origem em homens e se dirige a homens, nessa cultura, caberia a esse sujeito-homem ser sempre o ativo, pois já conquistara seu *status* social. Dessa forma, caberia somente a esse sujeito homem, viril, a penetração. A mulher, nessa cultura, seria sempre a passiva, assim como os escravos e os rapazes. O rapaz, o *erónemos*, um jovem com idade que poderia variar de 12 a 18 anos, como filho de cidadão, poderia escolher o homem mais velho, seu *erastés*. Recebia os convites e escolhia o candidato, aquele que iria lhe transmitir os preceitos daquela cultura e formá-lo em cidadão, portanto, uma relação político pedagógica. Segundo Spencer (1999, p. 41),

[...] a família e os amigos do menino faziam de conta que se opunham e fingiam perseguir o sedutor, desde que ele tivesse uma boa posição social. Caso contrário, a resistência e perseguição seriam para valer e a família e os amigos afastariam dele o menino. No entanto, se o menino não tivesse um amante, e ninguém tentasse seduzi-lo, a vergonha social atingiria a família.

Quanto mais convites o jovem grego recebesse dos pretendentes, mais esses convites se configuravam em maiores qualidades ao *erónemos* e mais valorizado, socialmente, o jovem se tornava, como explica Foucault:

[...] para um jovem grego ser assediado por enamorados não constituía, evidentemente, uma desonra: era, ao contrário, a marca visível de suas qualidades; o número de pretendentes podia ser objeto de orgulho legítimo – às vezes de gloriola. Mas aceitar a relação amorosa, entrar no jogo (mesmo se não se apresentasse exatamente aquele que propunha o apaixonado), também não era considerado uma vergonha (FOUCAULT, 2014b, p. 255).

Os rapazes também poderiam se relacionar entre eles. Segundo Foucault (2014 b, p. 240), “as relações entre os rapazes mais jovens eram consideradas totalmente naturais e até mesmo parte de sua condição”. O grande problema é quando esse amor entre os rapazes se prolongava, passando a fase de adolescência, isso era reprovado pela sociedade. Outra preocupação, nessa relação, tanto teórica quanto moral, ocorre quando os jovens se articulavam a uma diferença bem marcada, em torno do limite que separa a adolescência do homem adulto.

No caso da relação com os rapazes, a ética dos prazeres, em relação à diferença de idade, precisava seguir delicadas estratégias, considerando a idade do outro, o mais jovem poderia recusar-se ou dar consentimento. Ambos precisam cultivar a relação com determinadas funções, o homem mais velho

[...] tem o poder da iniciativa, ele persegue, o que lhe dá direitos e obrigações: ele tem de mostrar seu ardor, e também tem de moderá-lo; ele dá presentes, presta serviços; tem funções a exercer com relação ao amado; e tudo isso o habilita a esperar a justa recompensa; o outro, o que é amado e cortejado, deve evitar ceder com muita facilidade; deve também evitar aceitar demasiadas honras diferentes, conceder seus favores às cegas e por interesse, sem por à prova o valor do seu parceiro; também deve manifestar reconhecimento pelo que o amante fez por ele (FOUCAULT b, 2014, p. 242).

A relação entre o sujeito *erastáe* o sujeito *erónomo* é formada por inúmeras convenções e regras de comportamentos. Isso mostra que a relação não era sem problemas. O sujeito-homem mais velho não poderia ter uma relação de passividade com o jovem, caso isso viesse a ocorrer, demonstraria

que esse homem não consegue controlar os desejos sobre seu corpo, sendo assim, um ser intemperante¹³ e indigno de vivenciar a política.

O sujeito-rapaz vive a contradição de sua posição enquanto sujeito mais novo, pois a virilidade como marca física deve estar ausente, mas ela precisa se fazer presente como forma precoce e promessa de comportamento, como diz Foucault (2014b, p. 247), “conduzir-se já como o homem que ainda não se é”, o menino vivia um verdadeiro “paradoxo”. Apesar da sua pouca idade, o rapaz não pode deixar-se conduzir por comportamentos que venham desqualificar sua posição de futuro cidadão grego. O rapaz deve, ao mesmo tempo, entregar-se ao homem mais velho, ele não pode ceder-se completamente, no plano sexual, para o seu *erastá*. Ele precisa manter certa relutância para não se configurar como passividade, ou será um sujeito intemperante, que não consegue controlar seus desejos. Assumir essa posição-sujeito é muito difícil, a temperança¹⁴ “que é exigida como uma das qualidades maiores dos rapazes implica uma discriminação nos contatos físicos” (FOUCAULT, 2014b, p. 256).

O rapaz precisa ser levado a ser homem, não se aceitar como objeto na relação, que é pensada sempre na forma de dominação, ou seja, uma antinomia, porém, com o tempo, pelo menos por um breve tempo, será aceitável como objeto do prazer. O ato sexual do sujeito homem mais velho e o sujeito rapaz será tomado em um jogo de recusa, de esquivas, e de tentativas de adiá-lo por mais tempo possível. Porém, como afirma Foucault (2014 b, p. 275), “também num processo de trocas que fixa quando e em que condições é conveniente que ele se produza”.

Em relação a isso, Foucault (2014c, p. 252) diz que “se o *erônemo* é virtuoso, só pode obter esse prazer fazendo-o sofrer violência; e se ele consente, deve-se então, reconhecer que se trata de efeminado”. Entrar nessa formação discursiva e manter-se nela não seria bem quisto pela formação social, apesar da aceitação social dessa posição-sujeito, o efeminado acaba sendo tratado como mulher, e isso, aos olhos dos Gregos, fazia com que eles fossem mal vistos, considerando a posição do sujeito-mulher na formação

¹³ Intemperante – aquele que não consegue ter o controle de si. (FOUCAULT, 2014b).

¹⁴ Temperante – Segundo os grandes pensadores Clássicos (Aristóteles; Platão; Xenofonte) é o domínio dos desejos e dos prazeres. “O homem será temperante na medida em que souber comandar seus desejos como comanda seus serviços” (FOUCAULT, 2014b).

social. Segundo Spencer (1999, p. 41), o costume na cidade de Creta era o seguinte:

[...] os meninos mais desejáveis eram os mais valentes e inteligentes, não os mais bonitos. O amante presenteava o menino e o levava para as florestas e montanhas, onde viviam por cerca de dois meses. Nesse período, o amante ensinava o menino a caçar, a viver em ambiente inóspito e a se tornar um homem honrado.

Nesse afastamento da cidade, os dois não permaneciam sozinhos, sempre permanecia um amigo ou parente do menino juntos, caçavam e festejavam a caça. Depois de um tempo, o menino era enviado para casa com presentes simbólicos e recebia de seu amante um boi, uma armadura e uma taça. “De volta para casa, o menino sacrificava o boi a Zeus e havia uma procissão e uma festa” (SPENCER, 1999, p. 41). A festa era apreciada por toda a comunidade, tudo isso significava que o jovem tinha dado seu primeiro passo para a vida adulta e havia se tornado um benfeitor da cidade. A taça era para o menino poder tomar o vinho servido nos banquetes, rituais e cerimônias cívicas, aos quais ele passava a ter o direito de participar. A armadura significava simbolicamente a promoção do menino ao *status* de guerreiro e protetor do Estado. Essa relação entre homem mais velho e o mais jovem, na Grécia Clássica, de acordo com os registros encontrados, também se diferenciava nas cidades-estados de Atenas e Esparta.

Em Esparta, uma formação social condicionada, unicamente, por uma formação discursiva guerreira, as instituições pregavam e incentivavam os casais de amantes ao treinamento e à disciplina militar. Essa prática dotava de força e poder as tropas, pois, segundo essa FD, tal prática significava que os amantes estavam prontos para proteger seus amados. Na cidade de Tebas, uma das colônias espartanas, havia o Pelotão Sagrado de Tebas, tropa de elite composta unicamente de casais do mesmo sexo. Eles eram extremamente ferozes, pois lutavam com muita bravura para que nada acontecesse a seus parceiros. Em campo de batalha, eram quase imbatíveis. “O batalhão de Tebas era um exército de 150 pares de amantes homossexuais. Tornaram-se célebres quando conseguiram derrotar os Espartanos, sendo vencidos somente três décadas mais tarde [...]” (NAPHY, 2006, p. 56). Assim, podemos ver que a homossexualidade dos espartanos em nada influenciava sua

condição de homens e guerreiros, mas adquire uma nova forma de relação homoerótica.

Essa constituição de sentido foi se alterando até mesmo para os militares que, na sociedade ocidental, mantiveram a designação pederastia no Código Penal Militar até 2005. Contudo, para a posição-sujeito militar ocidental, a prática de pederastia configurou-se em crime, segundo o artigo 235 (CPM) – “Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar: Pena – detenção de seis meses a um ano”. Diferentemente do Código Penal comum que não traz homossexualidade como crime.

Embora os gregos fossem livres para exercer a sexualidade, os sujeitos que se inscrevem nessa formação discursiva - pederastia, segundo os discursos filosóficos presentes nos textos de Sócrates, Platão, Aristóteles e Xenofonte, nos séculos IV e V a. C, vivem a contradição decorrente da moral dos prazeres, em vigência nessa formação social. Como se pode observar, muitas são as determinantes que corroboram para a construção desse preceito moral, construída por meio de um discurso “machista” de homens para homens. Toda a referência à moralidade condiciona a existência de um discurso de regras que os homens poderão seguir ou não. Por “Moral”, segundo os gregos, “entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação aos valores e regras que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta” (FOUCAULT, 2014b, p. 32). Nesse sentido, os sujeitos podem obedecer ou resistir a uma determinada interdição ou prescrição.

O ato sexual não é, certamente, percebido pelos gregos como um mal; ele não é, para eles, objeto de uma desqualificação ética. Contudo, os textos daquela época, segundo Foucault (2014b), testemunham uma inquietação paradoxal no uso dos prazeres na relação com os rapazes. Os gregos apresentavam uma perspectiva radicalmente diferente da concepção moderna de sexualidade. Nessa formação social, segundo Moreira (2012, p. 301),

[...] longe de classificar os atos sexuais em termos de morais ou patológicos, os gregos chamavam os atos sexuais de *aphrodisia*, ou

atos de *Afrodite*, o que congregava uma série de atos, gestos, contatos que proporcionavam certa forma de prazer.

Os gregos podiam simultaneamente ou alternadamente amar um rapaz ou uma moça ao mesmo tempo, podendo-se dizer que, de certa forma, eles eram bissexuais. Contudo, eles não reconheciam nessa forma de conduzir a sexualidade duas formas de desejos diferentes ou concorrentes, é nesse sentido que se pode pensar na bissexualidade como uma dupla estrutura, a liberdade de escolha. De acordo com Foucault (2014b, p. 233), “a seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são ‘belos’, qualquer que seja o sexo”.

Disso podemos entender que o homem pode tanto amar a mulher como, também, amar um homem. Contudo, o casamento reprodutivo era uma função fundamental de todo cidadão, pois aqueles que não exerciam o matrimônio não tinham acesso aos rapazes. Em muitos casos, os homens mantinham a relação com a mulher e também com o rapaz, em função disso,

[...] os gregos não imaginavam que um homem tivesse a necessidade de uma outra natureza para amar um homem; mas eles estimavam sem hesitar que, para os prazeres obtidos numa tal relação, era necessário dar uma outra forma moral que não aquela exigida quando se tratava de uma mulher (FOUCAULT, 2014b, p. 238).

Para tanto, exigia-se uma estilística própria para cada forma de amar, o amor para o sujeito-mulher era diferente do amor pelo sujeito-homem (rapaz). A posição sujeito-mulher, nessa cultura, é individuada para manter a linhagem, ou seja, de procriação, assim, o prazer com a mulher é conduzido de forma diferente em relação à forma prazer que os homens obtinham com os rapazes. Por isso, Foucault (2014b) vai buscar no discurso filosófico da época a problematização que envolve a relação do uso do prazer e os sentidos que perpassam a conduta moral dos gregos e os sistemas de poder que regulamentam a prática e as formas pelas quais os sujeitos se reconhecem dentro dessa sexualidade.

Assim, para compreender o discurso filosófico que envolve a cultura política sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo na Grécia, é preciso retirar a carga negativa da palavra. Vamos usar a palavra homoerótica,

expressão cunhada, em 1911, por E. Harsh-Haake e adotada no Brasil pelo psicanalista Jurandyr Freire Costa (1992). Segundo esse autor, é a palavra que melhor define essa relação de homens com os rapazes na Grécia Clássica, porque retira o preconceito ou qualquer estereótipo. O efeito do emprego desse termo é, entre outros, a exclusão de toda e qualquer alusão à doença, desvio, anormalidade, perversão, pecado, entre outros efeitos negativos constituídos pelo discurso religioso e da medicina no século XIX.

Tudo isso acaba por fazer parte do sentido da palavra “homossexual” e, ainda, nega a ideia de que existe algo como “uma substância homossexual” orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas. Além do mais, o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do “homossexual”, de onde derivou o substantivo “homossexualismo” e muito menos a carga negativa que a designação pederastia irá ganhar com o tempo, principalmente na era cristã. Homoerotismo é “uma subjetividade que se refere meramente à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico.” (COSTA, 1992, p. 22). Depois de retirada a carga negativa, na relação entre o *erastá* e o *erónomos*, que no período clássico não existia, faz-se necessário compreender as constituintes morais que conduziam à relação entre os sujeitos e qual era a forma de controle do prazer com o corpo para a relação da *aphrodisia*¹⁵.

Essas constituintes dividiam-se em: *dietética* – cuidar do corpo, a *econômica* – a propósito do casamento, a *erótica* – a propósito dos rapazes e por último a filosofia – sobre as questões da verdade, mais precisamente as três formas de discursos filosóficos ou de formações ideológicas, as quais determinam a *afrodisia*. E, segundo Foucault (2014b), seriam os cuidados morais para com o uso do prazer. A *aphrodisia* constituía subjetivações dos sujeitos para vivenciar a prática e o controle do uso dos prazeres. As formações ideológicas que conduzem a *aphrodisia* estabeleceram uma

¹⁵*Aphrodisia* – é a dinâmica constituída pelos atos, prazeres e desejos relacionados à atividade sexual. Nessa dinâmica havia uma problematização e reflexão sob quatro grandes práticas de si e correntes na Antiguidade: a dietética, a econômica, a erótica e a filosófica, as quais se ligavam, respectivamente: às relações que o indivíduo mantinha com o seu corpo; ao casamento; às relações com rapazes; à verdade (FOUCAULT, 2014b, p. 45-46).

preocupação em como os sujeitos (homens gregos) conduziam, ou deveriam conduzir as prescrições estabelecidas em relação a essa moral clássica que perpassava a relação sujeito-homem e rapaz, a pederastia.

Essas práticas são reguladas pelas formações ideológicas por várias razões, dentre elas, que de acordo com a teoria que ilumina nossa investigação, o sujeito é sempre interpelado pela ideologia, pois não há discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia, de acordo com Pêcheux (2009), conforme sinalizado anteriormente. Dessa forma, em todas as práticas há sempre ideologia, constituindo efeitos de verdade, de saturação e de evidências de que o sentido só pode ser um. De acordo com Pêcheux (2010, p. 163) “a formação ideológica [...] constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente as posições de classe em conflito umas com as outras”.

Isso não significa que a prática de prazeres fosse condenada ou se relacionasse a algo de normal/anormal, permitido ou proibido, contudo são preocupações que estão presentes nos textos dos grandes filósofos clássicos. A *aphrodisia* está ligada às substâncias éticas, ao domínio do prazer sobre o corpo. Dessa forma, os homens precisavam ser temperantes, manter o controle do prazer e não cometer os excessos, pois isso tornaria o homem intemperante. Segundo o discurso presente nos textos filosóficos, o excesso, aos olhos dos gregos, é algo reprovável, porque o homem não consegue ter o controle de si em relação aos prazeres. Conforme Foucault (2014b, p. 85), “O homem será temperante na medida em que souber comandar seus desejos como comanda seus serviçais”.

O sujeito-homem grego precisa ter o controle de si. Dessa forma, o discurso que permeia os textos é o de que o homem precisa ser forte, viril, cuidar do corpo, e cuidar do corpo significa manter uma relação de temperança. Sócrates, no livro IX da República, (*apud* FOUCAULT, 2014b, p.129) “o homem sensato não se entregará ao prazer bestial e irracional”; não somente ele não dirigirá “a esse lado suas preocupações”; fará mais: “Não terá consideração com sua saúde e não dará importância a ser forte, são e belo, se

com isso não se tornar temperante”. Portanto, a temperança que constitui o sujeito moral nesse período.

Na econômica e na dietética, a moderação voluntária de um homem fundava-se, essencialmente, sobre sua relação consigo mesmo; na Erótica, o jogo é mais complexo; ele implica o domínio de si e do amante; ele também implica que o amado seja capaz de instaurar uma relação de dominação sobre si mesmo e, enfim, ele implica a escolha refletida que fazem um do outro, uma relação entre suas duas moderações. A dietética é um discurso filosófico que faz parte da abstenção em relação ao cuidar do corpo, esse discurso que diz que precisa realizar uma dieta para se curar dos males e doenças, pois,

[...] faça da dietética uma arte primitiva, quer seja nela uma derivação ulterior, é claro que a própria “dieta”, o regime, é uma categoria fundamental através da qual se pode pensar a conduta humana; ela caracteriza a maneira pela qual se conduz a própria existência e permite fixar conjunto de regras para a conduta: um modo de problematização do comportamento que se faz em função de uma natureza que é preciso preservar à qual convém conformar-se. O regime é toda uma arte de viver (FOUCAULT, 2014b, p. 126).

De acordo com esse discurso, o sujeito-homem grego precisa cuidar de si e realizar a prática do regime para se manter fisicamente ativo na sociedade. Segundo essa formação discursiva filosófica, o homem livre precisa seguir um regime de comportamento, em todos os dias de sua vida, do levantar-se ao deitar-se, portanto, cuidar do corpo constantemente. As inúmeras prescrições criadas por meio desse discurso eram de cunho religioso e cultural. Além de considerar o controle do que se alimentavam, ela se estendia para a prática do prazer do sexo e das atividades físicas.

Todas as práticas precisavam ser realizadas com certa parcimônia, pois, caso ocorresse o exagero de uma dessas práticas, o cidadão ateniense era mal quisto. Portanto, homens e rapazes precisavam manter esse controle do corpo. A dieta deveria ser uma prática refletida de si mesmo e de seu corpo, não existe a determinação do regime para o sujeito, a grande questão está ligada à quantidade e circunstâncias. Na econômica, conseguimos saber sobre o funcionamento do casamento na época clássica, pois esse discurso filosófico descreve como acontecia a relação fora e dentro dessa instituição chamada casamento.

A formação social é culturalmente poligâmica. Nessa perspectiva, o casamento serve para manter a procriação, assim, a mulher tem um determinado *status* protegido por algumas leis. O homem não pode contrair outro casamento, contudo, pode ter relações fora do matrimônio tanto com outras mulheres quanto com outros homens (rapazes). Como destaca Foucault (2014b, p. 180),

[...] enquanto homem casado, só lhe é proibido contrair outro casamento; nenhuma relação sexual lhe é proibida em consequência do vínculo matrimonial que contraiu; ele pode ter uma ligação, pode frequentar prostitutas, pode ser amante de um rapaz – sem contar os escravos homens e mulheres que tem em sua casa, à sua disposição.

Considerando tudo isso, o matrimônio não liga o homem sexualmente à esposa como compromisso. Contudo, a econômica propõe que exista uma quantidade de relações com a esposa de pelo menos três vezes no mês (Lei de Sólon). Nesse contexto, a mulher jamais poderia contrair qualquer tipo de relação fora do casamento. Elas eram circunscritas por seu *status* jurídico e social e toda sua atividade sexual somente poderia ocorrer no interior da relação conjugal e tendo o marido como único parceiro.

Mesmo assim, o prazer é a única coisa que a cortesã pode dar; a concubina pode proporcionar, mas somente a esposa pode exercer uma função pertinente ao seu próprio status: dar filhos legítimos e dar continuidade à instituição familiar. Com isso, podemos verificar que a família apresentava apenas uma forma de contrato social, no qual o homem casado precisa ser chefe de família, ter autoridade e ter um poder que tem na “casa”, o lugar de aplicação, pois essa relação mantém a boa reputação do sujeito-cidadão. “Dirigir o *oikos* é comandar a casa e não é diferente do poder que se deve exercer na cidade” (FOUCAULT, 2014b p. 188). Dessa forma, a esposa, enquanto dona de casa, é essencial na gestão do *oikos* e para seu governo. Como se pode constatar, a mulher deveria se tornar uma boa dona de casa. A relação familiar se explica pelo fato de que as jovens eram entregues, pelos seus familiares, para homens mais velhos, com idade mais ou menos de 15 anos. Cabia ao homem ensinar a vida para essas jovens a partir do matrimônio.

Por meio do discurso da econômica, verificamos que tanto o sujeito-homem, quanto o sujeito-mulher exerciam funções sociais e o casamento era apenas um papel político e econômico. Ele tinha a finalidade de dar sequência às famílias, a qual, nesse caso, não se construía por meio do afeto, e muito menos pela união entre os pais, sustentada no “amor romântico”, pois esse amor somente era cultivado entre o sujeito-homem mais velho e os rapazes. Além do mais, esse “modelo” de cultivo do afeto entre as pessoas será criado posteriormente. Nessa relação homoerótica, o amor é apresentado por uma dissimetria, pois, para alcançar esse verdadeiro amor, cultivado por sujeitos do mesmo sexo, havia a exigência de diversos estágios e, nesses estágios, surgem os problemas.

Na prática, em tela, acontecem as contradições. A primeira tem como causa o dever/necessidade de o jovem assumir a posição-sujeito amado e negar a passividade de todas as formas, isso para não ser considerado efeminado. A segunda contradição se constitui pelo perigo das relações desonrosas que colocam o rapaz sob a dependência do amante. A terceira, quando o amado fica mais velho e o amante o deixa e, ainda, a dos sentimentos repugnantes e de desprezo que o amante pode ter para com o rapaz pelas próprias complacências que este lhe concede e mais, o ódio que o jovem pode experimentar pelo homem envelhecido que lhe impõe relações que podem não agradá-lo ao assumir o papel de feminilidade. Além de tudo isso, ainda há as questões morais que condicionam toda essa relação de amante e amado.

Vencidos todos esses contrapontos, os rapazes são conduzidos ao verdadeiro amor, o amor de *Eros*, uma relação que se liga de forma mais clara à atração física e, frequentemente, compele as pessoas a manterem um relacionamento amoroso continuado. Nesse sentido, também é sinônimo de sensualidade que leva à atração física e depois às relações sexuais. Esse sentimento será completado pela *Philia*, que significa generosidade. O amante e o amado dedicam-se inteiramente um para o outro, entregando-se totalmente à relação, não se importando em abrir mão das próprias vontades em virtude do outro. Quando atingindo por esse nível de amor, o sujeito investe

constantemente no relacionamento, mesmo sem ser correspondido e se sente bem quando o outro demonstra alegria.

No limite, é capaz até mesmo de renunciar ao parceiro se acreditar que ele pode ser mais feliz com outra pessoa. É visto por muitos como uma forma incondicional de amar, transformando a relação em amizade, respeito e proteção. Constata-se que nas relações amorosas não importa somente a beleza de seu corpo, mas também a sua alma, a formação que lhe é necessária, o caráter livre, nobre, viril e corajoso. Isso pode ser descrito nas palavras de Platão, em “O Banquete”:

Quando então se encontra com aquele mesmo que é a sua própria metade, tanto o amante do jovem como qualquer outro, então extraordinárias são as emoções que sentem, de amizade, intimidade e amor, a ponto de não quererem por assim dizer separar-se um do outro nem por um pequeno momento (PLATÃO, 192 b - c).

Para a relação homoerótica, *Eros* significa o compromisso com a verdade, pois somente poderiam ser levados a esse verdadeiro amor caso *Eros* se apresentasse nas duas pessoas – amante e amado, ou seja, quando ambos fossem conduzidos pela verdadeira força de *Eros* e nenhum, nessa relação de pederasta, deveria ser o objeto do outro, mas o verdadeiro mestre no amor. Em relação à passagem da virtude do rapaz amado para o amor do mestre e sua sabedoria, Foucault (2014b, p. 295) diz que:

[...] na arte de cortejar cabia ao amante fazer a corte; e mesmo se lhe era exigido guardar o domínio de si, sabia-se muito bem que a força de coerção de seu amor corria o risco de arrebatá-lo apesar dele. O ponto sólido da resistência era a honra do rapaz, sua dignidade, a obstinação razoável com que ele resistia. Mas a partir do momento em que *Eros* se dirige para a verdade, é aquele que está mais verdadeiramente enamorado da verdade, que poderá melhor guiar o outro e ajudá-lo a não aviltar-se em todos os prazeres baixos. Aquele que é o mais sábio em amor será também o mestre de verdade; e seu papel será o de ensinar ao amado de que maneira triunfar sobre os seus desejos e “torna-se mais forte do que a si próprio”.

Assim, não é mais a honra do rapaz que marcará a relação e sim a condução do mestre em matéria de amor. Como se pode observar, a designação pederastia significou a marca cultural de uma época em que não havia preocupação com as questões sexuais, mas apresentava uma constituição moral para aqueles que se inscreviam nessa formação discursiva.

Isso se constitui como uma contradição, pois a base está no sexo, mas é definida/significada como uma preocupação moral. Em Roma, as relações entre pessoas do mesmo sexo foram um pouco mais ambíguas que na Grécia. Eles interessavam-se tanto por homens quanto por mulheres, contudo, os relacionamentos entre os homens não tinham o mesmo valor cultural que se desenvolveu em Atenas e Esparta.

Em Roma, as relações estavam ligadas ao poder de dominação, havendo uma correlação entre a conquista militar e a preponderância sexual. Havia um culto muito mais excessivo em relação à virilidade do homem, isso fazia parte da socialização desse homem. Todos os homens eram criados integrados a uma cultura expansionista e guerreira. Nesse sentido, havia uma formação ideológica de que os jovens romanos eram criados para serem machos agressivos.

A infância tornava-se uma preparação para que eles pudessem exercer os poderes como senhores, tanto do espaço público, quanto do espaço privado. Nesse contexto, as práticas sexuais precisavam seguir o *status* social dos sujeitos envolvidos. Aceitava-se a relação entre o sujeito-homem livre e seus escravos, mas desde que somente o escravo fosse penetrado, pois se o contrário ocorresse, o cidadão romano sofria reprovação social. Nessa posição-sujeito cidadão, não se admitia relação de passividade, pois - com isso - estaria na mesma posição sujeito-mulher e que ocupava, assim como na Grécia, um papel de quase completa inferioridade social.

Júlio Cesar, o grande imperador romano, era, ao mesmo tempo, satirizado por ter se entregado passivamente a outro homem, mas louvado, admirado pelas conquistas de mulheres e pelas conquistas militares. “Cesar era o marido de todas as mulheres e esposa de todos os homens” (NAPHY, 2006, p.60), disse um senador. Segundo Spencer (1999, p. 72-73), os relacionamentos amorosos dos imperadores romanos ficaram bem famosos “o imperador Adriano desenvolveu uma afeição devotada por Antínio, erigindo templos para louvar o amado após sua morte”. E, ainda, segundo esse mesmo autor, “Nero casou-se, seguindo os mesmos rituais do casamento entre pessoas de sexo diferente”. William Naphy (2006, p. 61) confirma essa prática ao registrar a chegada de Nero ao poder (37-68 d. C.). Segundo esse autor,

Nero “além de ter relações sexuais com homens (e mulheres) assumia igualmente os papéis de passivo e ativo [...]” e ainda [...] “casou-se com dois homens (um seguido do outro) em cerimônias idênticas às praticadas entre homens e mulheres”.

Havia uma prática constante de envolvimento entre pessoas do mesmo sexo, entretanto, essa prática não era institucionalizada, como ocorria entre os gregos. Para os romanos, o importante era penetrar.

O prazer e a procriação eram ambas razões igualmente aceitas para a atividade sexual, mas, basicamente, um homem penetrava alguém ou alguma coisa. O homem podia penetrar para gerar filhos, por simples prazer, por razões de Estado, ou mesmo por amor – mas o homem penetrava. Desde que essa ordem natural fosse mantida (NAPHY, 2006, p. 62).

Caso alguém saísse dessa ordem natural, e se deixasse ser penetrado quando adulto, sofria o preconceito, pois somente poderiam ser penetrados as mulheres, os jovens e os escravos. Em função disso, os Romanos tinham seus escravos para satisfazê-los sexualmente. “Um Romano passivo estava, em parte, a trair a posição e o papel de todos os Romanos” (NAPHY, 2006 p. 65). O grande problema para esse povo era a passividade, o homem precisava ser ativo.

Segundo Moreira (2012, p. 306), como os casamentos tinham a função de transmissão de propriedades “os contratos de casamento celebrados no Egito sob o domínio dos romanos tinham uma cláusula estabelecendo que o marido não devesse ter concubinos de nenhum dos gêneros na sua casa”. Os romanos receberam muitas influências de outros povos, ocorrendo uma série de transformações culturais e mudanças no discurso filosófico desse povo. O pensamento estóico adquiriu proeminência particular na sociedade romana, um processo responsável pela desvalorização da bissexualidade e valorização da sexualidade entre o homem e a mulher com concentração da sexualidade no casamento e na procriação (MOREIRA, 2012, p. 307).

Os homens eram influenciados por pensamentos filosóficos de que deveriam canalizar e controlar os impulsos sexuais e assim ter um refinamento espiritual. A noção de sexo como algo a ser evitado veio da combinação de concepções desse povo com a dos gnósticos, do judaísmo e do cristianismo,

com a ideia de somente procriação, entre outros. A herança platônica também colaborou para a criação dos dualismos hierarquizados, como, por exemplo, celibato em contraposição ao sexo, o primeiro sendo superior ao segundo. Para os estoicos gregos, a expressão dos sentimentos e das emoções significava a fraqueza que necessitava ser abolida. Assim, a atividade sexual era vista como uma parte da fraqueza humana, pois responder ao desejo sexual era encarado como uma forma de ceder às emoções, novamente, a tentativa de uma constituição moral para hábitos e práticas sexuais.

A filosofia gnóstica considera a instituição casamento como algo negativo, bem como a prática de sexo, esse discurso aponta que essas práticas estão ligadas ao mundo material. Tanto o discurso do judaísmo como o do cristianismo atribuirá grande importância a essa pureza do corpo em relação ao sexo, a qual nos Evangelhos passa a ser menos física e mais espiritual. Com esse movimento interno dentro dessa filosofia serão construídas as bases para adoção do cristianismo como religião. Isso ocorre predominantemente no império romano, fazendo com que surja uma nova forma de existência. Nos séculos II e III d.C., o Cristianismo começa a influenciar e mudar as atitudes sobre a sexualidade.

O mundo greco-romano era dominado por ideias muito mais multifacetadas, completamente inaceitáveis para o judaísmo ou para o cristianismo. A chegada do cristianismo deu início à viragem no mundo mediterrâneo do politeísmo para o monoteísmo e do sexo por prazer para (depois de um período muito longo) o sexo para procriação (NAPHY, 2006, p. 53).

Esses novos discursos se formando nessa sociedade e o avanço do império Romano sobre outras regiões causarão grande impacto, pois “a combinação de provincianização, estoicismo e absolutismo começou a afetar as regras do império relativas ao sexo” (NAPHY, 2006, p. 69).

Com esse novo pensamento se constituindo dentro desse discurso filosófico, o discurso religioso surgirá como uma forma de condição para se praticar a religiosidade e, nesse período, uma nova formação ideológica que irá predominar durante muito tempo para designar a relação homossexual na sociedade. Progressivamente, o casamento no mundo helenístico e em Roma, toma lugar no interior da esfera pública, ultrapassando os limites do privado e,

assim, tanto o sujeito-homem quanto o sujeito-mulher estão reafirmando seu papel¹⁶ na relação e são cada vez mais obrigados a cumprir leis estabelecidas no contrato cerimonial. A instituição casamento começa a ser pensada de outra perspectiva e assim, com essa nova configuração e valorização desse ritual, institui-se a condenação moral da homossexualidade. Estar presa a essa formação discursiva será símbolo de pecado e devassidão.

2.2 A sodomia

Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante¹⁷. Terão que ser executados, pois merecem a morte.

Levítico 20:13¹⁸

Com o cristianismo, a homossexualidade passa a ser designada de pederastia, passando à sodomia. Essa nova palavra latina surgirá como forma de designar e contrapor os costumes culturais anteriores, deixados pelos helenísticos e será produzida uma mudança radical na forma de ver a identidade sexual na sociedade pelas autocracias combinadas da Igreja e do Estado, que se recusarão a admitir a possibilidade da bissexualidade praticada pelos Gregos.

Segundo a etimologia, essa designação tem origem no discurso religioso retirado da narrativa do livro Gênesis, do Velho Testamento, no qual se diz que Deus destruiu as cidades de Sodoma e Gomorra por elas estarem ligadas aos pecados da carne.

¹⁶ Empregamos o termo 'papel', porque estamos falando do discurso em relação à sociedade a partir das ciências sociais para depois, pela análise das materialidades que constituem o *corpus*, verificar como essas transformações se constituem efeitos de sentidos que sustentam e/ou alteram os discursos da atualidade, em torno do casamento homoafetivo. Após essa retomada é que passamos para a análise discursiva, em que o discurso ocorre entre interlocutores como efeito e não como resultado contedudístico.

¹⁷ Spencer (1999, p. 58), a palavra em Hebreu "toevah" (repugnante; abominação) é o sentido de algo ritualmente impuro, semelhante ao ato de deitar com uma mulher menstruada.

¹⁸Livro da Bíblia do Antigo testamento. Disponível em: <http://www.bibliaon.com/levitico_20/>. Acesso 12 jun. 2015.

Nesse período, a palavra irá designar a relação sexual anal entre pessoas do mesmo sexo ou entre o sujeito-homem e o sujeito-mulher. Nesse sentido, ela representava o pecado porque qualquer ato sexual sem a função de reprodução não teria a aprovação divina.

Na tradução da Bíblia do rei James, a palavra “sodomita” não tinha ainda a acepção moderna. Na época, ela traduzia todos os atos sexuais de qualquer tipo, entre pessoas dos dois sexos, que não fossem a penetração vaginal na posição ortodoxa (SPENCER, 1999, p. 57).

Portanto, o discurso religioso da época não designava a identidade de/ou reconhecimento de um grupo, mas o castigo por práticas sexuais que não tinham como objetivo a procriação, e sim o prazer sexual. Por muito tempo esse discurso religioso se propagou por toda a Europa e construiu um imaginário sobre a homossexualidade como algo negativo para aqueles que praticavam esse ato. Isso vai durar até o século XIX, quando a palavra ganha nova designação. A Bíblia, no livro do Gênesis, narra que Deus enviou dois anjos para analisarem tais cidades, que seriam origem de diversos pecados.

À tarde chegaram os dois anjos a Sodoma. Ló estava sentado à porta de Sodoma e, vendo-os, levantou-se para os receber; prostrou-se com o rosto em terra, e disse: Eis agora, meus senhores, entrai, peço-vos em casa de vosso servo, e passai nela. Responderam eles: Não; antes na praça passaremos a noite. Entretanto, Ló insistiu muito com eles, pelo que foram com ele e entraram em sua casa; e ele lhes deu um banquete, assando-lhes pães ázimos, e eles comeram. Mas antes que se deitassem, cercaram a casa os homens da cidade, isto é, os homens de Sodoma, tanto os moços como os velhos, sim, todo o povo de todos os lados; e, chamando a Ló, perguntaram-lhe: Onde estão os homens que entraram esta noite em tua casa? Traze-os cá fora a nós, para que os conheçamos. Então Ló saiu-lhes à porta, fechando-a atrás de si, e disse: Meus irmãos, rogo-vos que não procedais tão perversamente; eis aqui, tenho duas filhas que ainda não conheceram varão; eu vo-las trarei para fora, e lhes fareis como bem vos parecer: somente nada façais a estes homens, porquanto entraram debaixo da sombra do meu telhado. Eles, porém, disseram: Sai daí. Disseram mais: Esse indivíduo, como estrangeiro veio aqui habitar, e quer se arvorar em juiz! Agora te faremos mais mal a ti do que a eles. E arremessaram-se sobre o homem, isto é, sobre Ló, e aproximavam-se para arrombar a porta. Aqueles homens, porém, estendendo as mãos, fizeram Ló entrar para dentro da casa, e fecharam a porta; e feriram de cegueira os que estavam do lado de fora, tanto pequenos como grandes, de maneira que cansaram de procurar a porta (GÊNESIS, 19:1-11)¹⁹

¹⁹ Sodoma e Gomorra eram duas de cinco cidades da planície da Jordânia. Vestígios arqueológicos indicam que a área era fértil na idade do Bronze média (2000-1500 a.C), já que a

De acordo com a narrativa, as duas cidades foram destruídas depois do tumulto apresentado. Muitas interpretações e busca de sentidos para esse acontecimento condicionarão os discursos de/para os futuros cidadãos desse período. O discurso religioso diz que os sujeitos terão somente duas opções, ou se permanece em uma relação monogâmica entre o sujeito homem e o sujeito mulher, ou se nega a vida sexual para vivenciar o celibato. Qualquer relação exterior a essa formação discursiva não será bem vista pela sociedade. Aqueles que saírem dessa FD sofrerão castigos e condenações e, muitas vezes, serão condenados à morte.

As relações sexuais entre os sujeitos do mesmo sexo são vistas não como opção ou alternativa, mas sim como abominação, pecado e erro, sendo tratadas como prática contrária à natureza, ou seja, sodomia ressoa tudo que é negativo. Segundo o discurso religioso, desde o Gênesis, passando pela lei e pela trajetória do povo hebreu, até os evangelhos e as epístolas do Novo Testamento, a tradição bíblica aponta no sentido de que Deus criou homem e mulher com papéis sexuais definidos e complementares do ponto de vista moral, psicológico e físico. Além da sequência narrativa do gênesis, outras sequências discursivas bíblicas também reafirmam o pecado sodomita,

Não deverá haver prostitutas entre as filhas de Israel. E não haverá sodomitas entre os filhos de Israel (Deuteronômio, 23:18-19)

E haverá também sodomitas na terra: e eles agirão de acordo com todas as abominações das nações que Jeová expulsou antes dos filhos de Israel. (I Reis, 14:24)

E ele irrompeu na casa dos sodomitas, que estavam na casa do Senhor, onde as mulheres teciam cobertores para o Asherah (II Reis 23:5-7).

Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus (1 Coríntios, 6:10).

Condicionados por essa formação ideológica religiosa, não é possível justificar o relacionamento homoafetivo, nesse período. Esse modelo de

água doce fluía para o que hoje é conhecido como Mar Morto. As cidades foram devastadas por um terremoto por volta de 1900 a. C, que provocou incêndio das reservas de petróleo existentes na área, causando um desastre que deve ter sido extraordinariamente dramático e aterrorizante; uma visão inesquecível que passou de geração em geração. O livro do Gênesis é uma compilação que os estudiosos datam de três épocas diferentes. Parte foi escrita por volta de 900 a. C., cerca de 1000 anos depois do terremoto que destruiu as duas cidades. Outras partes foram escritas nos séculos VII e V a. C (SPENCER, 1999, p. 59).

relação, de acordo com os preceitos defendidos, é pecaminosa e anormal. Segundo Michel Foucault (2014a, p. 41), até o final do século XVIII surgiram “três grandes códigos explícitos – além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opiniões – regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil”. O filósofo destaca que esses códigos fixaram a linha divisória entre o que era lícito e o ilícito. Contudo, eles não faziam distinção nítida entre infrações às regras das alianças e os desvios em relação à genitalidade.

Romper com as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos a ele era motivo para condenação. Com a constituição desses códigos, as justificativas apresentavam legitimidades para as proibições com base em leis jurídicas. Dessa forma, tudo aquilo que contrariasse a norma deveria ser punido. Com o Concílio de Latrão, houve a regulamentação do sacramento e com ele a técnica de confissão. Tudo que fosse contrário às leis divinas precisaria ser confessado. Essa prática difundirá amplamente seus efeitos na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, nas esferas mais cotidianas e nos ritos mais solenes. Confessam-se crimes, desejos, passados, sonhos, infância, em público e em particular. Torna-se um estado de vigilância constante, no qual são postos de vários pontos diferentes as condutas a serem seguidas.

De acordo com Foucault (2014a, p. 69), se “na Grécia a verdade do sexo se ligava, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo a corpo de um saber precioso, pois servia como suporte às iniciações do conhecimento”, com o cristianismo a confissão é que irá conectar a verdade e o sexo, pela expressão obrigatória e exaustiva de um segredo individual. Assim, essa verdade servirá de suporte ao sexo e as suas manifestações.

A confissão seria um ritual de discurso em que o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, a partir dela. O sujeito será avaliado, imposto, punido, julgado, perdoado, consolado e reconciliado. Com isso, a instância de dominação e de poder não estão do lado de quem fala, mas do lado de quem escuta e cala.

Dessa forma, a relação homossexual, sodomia, vai estabelecer redes de memórias, por meio dos discursos religiosos que serão propagados por muitas gerações e, em muitos casos, sodomizar será crime, e aquele que a pratica será condenado à morte. A formação social estará sob o controle dessa formação discursiva religiosa e sofre constantemente violências simbólicas e, muitas vezes, físicas para aqueles que forem condenados. Isso porque com base no discurso religioso, serão criadas leis jurídicas de convivências nesse período. Todos estarão condicionados por essa forma de controle que, constituída a partir de documentos religiosos, terá legitimidade também jurídica.

As primeiras opiniões se baseavam na forma de sexo que não fosse o procriador, assim, o discurso cristão corroborava com a perspectiva judaica cristã de que qualquer relação sem fins para a reprodução, oral, anal, com contraceptivo, era imoral, antinatural, ímpia e sodomítica.

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir (FOUCAULT, 2014a, p. 07).

Segundo Boswell (citado por NAPHY, 2006, p. 74), são quatro as categorias que constituem a relação sexual: comportamento animalesco; associações culturais indecentes; natural e antinatural e regras de sexo/gênero. Todos esses pensamentos são formas pelas quais a ideologia vai se materializando como doutrina a partir do discurso religioso. Como afirmou Zizek (1996, p. 25), “O indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer, por si mesmo, ‘estou na ideologia’; ele sempre requer outro corpo de opiniões, para deste distinguir sua própria postura, verdadeira”.

Em relação ao comportamento animalesco, criou-se um discurso de que Moisés, na Lei Mosaica, havia condenado o consumo de lebre, da hiena e da doninha, pois a lebre pratica o sexo anal e comê-la levava ao abuso sexual de crianças; a hiena mudava de sexo biológico todos os anos e isso conduziria à ambiguidade sexual, à promiscuidade e ao adultério; a doninha praticava o sexo oral, uma vez que dava à luz pela boca, o contato com esse animal levaria a não procriação. O discurso de que a homoafetividade ou atividades não procriadoras ligadas à associação de comportamentos de animais

estranhos e impuros tiveram grande circulação, principalmente, na Idade Média. Assim, os sujeitos homens e os sujeitos mulheres que tivessem esse tipo de comportamento eram acusados de comportar-se como animais, ou seja, não era um comportamento natural, um comportamento que não estaria presente na natureza do homem.

O discurso religioso disseminava a ideia de perversão, pois, como assinala Naphy (2005, p. 75),

[...] existe uma tese defendida muitas vezes por indivíduos que se opõem à homossexualidade de que esta é expressão de uma conduta humana desviante (ou desencaminhada) e por isso perversa. Tão perversa, na verdade, que não se encontra em mais lado nenhum da natureza.

Desses discursos cria-se um imaginário de que a homoafetividade (sodomia) não é civilizada ou comportamento para um ser humano. Com esse imaginário, de antinatural, a igreja também irá conduzir o comportamento da mulher para que nunca se pratique o sexo anal, “o homem não deve copular uma mulher por detrás”, a prática sexual entre o sujeito-homem e o sujeito-mulher “precisa ser face a face”, somente assim não estariam se comportando como animais.

Muitos desses discursos surgiram para opor o discurso da sociedade pagã que rondava o ideal religioso para os cristãos. O comportamento sodomizado era prática constante entre os sujeitos, nessa sociedade, um comportamento pecaminoso aos olhos divinos. Além do mais, esses comportamentos, nessa formação discursiva, eram relacionados ao abuso de adolescentes e não mais à pederastia (Grega Clássica) e sim à pedofilia. A sodomia (homoafetividade) foi compreendida

[...] como apenas a expressão mais evidente da polisssexualidade e da licenciosidade sexual do mundo pagão. Os cristãos propunham uma sexualidade diferente porque desejavam ser diferentes dos seus vizinhos pagãos. A promiscuidade, a prostituição, o adultério, a homossexualidade e o sexo com jovens – tudo isso pertencia ao mundo sexual pagão repudiado pela igreja (NAPHY, 2006, p. 76).

Esse discurso de antinatural, também, foi descrito por Santo Agostinho que diz que “para estar isento de pecado um acto não deve violar a natureza, a

tradição ou a Lei (NAPHY, 2006, p. 76)”. Apesar de que muitas outras coisas como o celibato e a recusa de não procriar, também, eram pertencentes à categoria de não natural, contudo o primeiro torna-se um ideal no Novo Testamento. As punições para a prática de sodomia começam com o imperador romano Justiniano (c. 482-565), que introduz a proibição de todos os tipos de relações homossexuais. Em 533, segundo Naphy (2006, p. 92), esse imperador “colocou todos os homossexuais ao abrigo da lei que punia o adultério (com a morte)”.

Depois disso, outras leis foram promulgadas – homossexuais poderiam se arrepender de seus pecados e de fazer a penitência, “Gregório III (731-741), estipulava uma penitência de 160 dias para o lesbianismo, 365 dias para a homossexualidade masculina” (NAPHY, 2006, p. 94). Em outras regiões, alguns homossexuais foram condenados à castração. Em regiões não dominadas pelos discursos religiosos do cristianismo, como Índia e China, as práticas de relações entre pessoas do mesmo sexo continuaram a acontecer.

Até o século XI, há um abrandamento em relação ao tratamento dado à homoafetividade pelo pensamento cristão, pois passa a ser considerada igualmente a outros pecados vistos como antinaturais, ou seja, a sodomia não era um pecado imperdoável, mas somente mais um pecado. Para os cristãos dessa época, os piores pecados são o adultério e o incesto, prática intensa também nesse período. A situação começa a mudar somente no século XII, na tentativa de se fazer cumprir o celibato entre as comunidades. Em 1102, a partir do Concílio de Londres, com o qual se fez com que a sodomia fosse confessada como pecado e, na sequência, os Concílios de Latrão (I, II, III, IV) preocuparam-se, assim como os demais, com as questões da sexualidade.

No primeiro Concílio de Latrão, houve o anulamento do casamento dos padres, principalmente porque era comum a prática sexual dos padres, tanto com uma mulher quanto com um homem. Entretanto, o casamento para os padres ainda continua liberado para as igrejas Ortodoxas e Igrejas Católicas de ritos orientais até a atualidade. O III Concílio de Latrão (1179), por exemplo, proibiu a fornicção que é contra a natureza e, assim, qualquer padre que fosse pego no ato de sodomia perderia o cargo de padre (despadrado) e levado a um mosteiro, sendo confinado até o resto de sua vida. No caso

daqueles que não eram padres, deveriam enfrentar a excomunhão e a exclusão social.

Com esses discursos, cada vez mais vários grupos que não se encaixam nessa formação discursiva religiosa são levados à categoria de ameaçadores da sociedade. Heréticos, judeus e homossexuais estariam na mesma categoria, como destaca Spencer (1999, p. 112) “como se acreditava que os hereges também fossem sodomitas, e os usurários eram às vezes chamados de hereges, a sodomia e a usura ficaram ligadas na mente do povo”. O pior acontece quando, juntamente com a ideia de pecado, vem a prática de feitiçaria e ligações demoníacas.

Os discursos disseminados eram de que essas categorias envolviam as pessoas culpadas pelas maldades do mundo e dos castigos que viriam de Deus para as comunidades. Além disso, a igreja ortodoxa acreditava que ocorriam orgias sexuais antinaturais durante as cerimônias religiosas nesses lugares. Assim, os rituais dos heréticos eram divulgados dessa maneira para a população, fazendo aumentar cada vez mais o ódio contra essas pessoas.

Na segunda metade do século XIII, com a propagação desse discurso religioso, ocorreram novas definições e leis, ampliando a legislação, nesse momento, muitos foram castrados e levados à fogueira. Em Castela, por exemplo, um edito real proibia e “se alguém cometer esse pecado, uma vez provado, ambos devem ser castrados diante de toda a população [...] pendurados pelas pernas até que estejam mortos” (SPENCER, 1999, p. 111).

No século XIV, principalmente entre os europeus, houve a preocupação de se encontrar uma explicação pela chegada da Peste Negra a esse continente, pois essa doença provocou a morte de muitas pessoas, dizimando comunidades inteiras. Dessa forma, com base nos pensamentos bíblicos e discursos religiosos, criaram-se imaginários de que os culpados por despertar essa ira divina seriam as pessoas que estariam vivendo e praticando atos que estariam fora dessa formação discursiva religiosa. Tudo aquilo que não era considerado natural, ou que fugia desse imaginário, seriam práticas e comportamentos que precisavam ser perseguidos e julgados pelos inquisidores.

Além dos sujeitos homossexuais, os judeus foram o alvo mais constante e visível desses sujeitos que buscavam culpados pela desgraça social, considerada consequência da ira de Deus. Por meio desses discursos, houve a disseminação de ódio entre as pessoas.

Os judeus eram o alvo mais óbvio e em várias zonas da França, Suíça e da Renânia, as suas comunidades foram arrasadas num delírio de antissemitismo. Os judeus eram acusados de conspirar com os mulçumanos, os leprosos e o diabo (entre outros) para espalhar a peste e destruir a cristandade (NAPHY, 2006, p. 99).

Nessa conjuntura, a heresia também era uma das “culpadas” pela ira de Deus. Com isso, tanto a igreja quanto o Estado começaram a dar maior importância para esses fatos, intensificando a prática e a fé católica. Eles acreditavam que a ira divina havia sido despertada pela grande imoralidade sexual nas comunidades. Assim, dois grupos passaram para a linha de frente e se tornaram alvos, muitos correndo o risco de ir para a fogueira, como os sodomitas e as prostitutas.

Assim, como escreveu Naphy (2006, p. 100), “os Judeus já não eram apenas “não cristãos”; os sodomitas já não eram apenas fornicadores e adúlteros; os hereges já não eram apenas irmãos desencaminhados” todos eles tornaram-se a grande ameaça da sociedade e precisavam ser erradicados da face da Terra. Portanto, nessa formação discursiva, havia uma razão óbvia para a doença que estava destruindo a Europa: Deus estava muito zangado com todas essas práticas libidinosas. Analisavam-se a devoção ou a falta dela nas comunidades, as pessoas envolvidas por esse discurso religioso eram obrigadas a servir-se dos sacramentos da igreja, realizavam-se peregrinações, havia grandes procissões e rezavam em nome da piedade divina.

O medo foi espalhado, e a grande maioria procurava servir e adentrar a essa formação discursiva religiosa. Muitas pessoas passaram a ser perseguidas, acusadas e julgadas pelos inquisidores. Assim, a religião passou a ter poderes para criar leis e aplicá-las. A heresia tinha que ser combatida, e os judeus que rejeitavam as verdades aplicadas dessa “fé cristã” eram considerados os inimigos de Deus e diziam que eles estavam mancomunados com Satanás. Apesar de existirem discursos de que as doenças eram consequências da falta de cuidado com o meio ambiente e a grande

quantidade de lixo espalhada pela cidade, os líderes religiosos afirmavam que as doenças tinham explicação, além de científica, também teológica. Esses “servos de Deus” manipulavam para conseguir adeptos para essa ideologia religiosa e fazer com que muitos permanecessem nela.

Até o século XV, a Europa deixou-se levar por esse discurso religioso, procurando justificar e encontrar “bodes expiatórios, o que incutiu no espírito popular uma teoria da catástrofe que culpabilizava determinados tipos de pessoas” (NAPHY, 2006 p. 101). Sodomitas, prostitutas e judeus constituíam esses grupos, apesar de que as pessoas envolvidas em negócio de sexo ou perversões sexuais eram bem mais perseguidas dos que os judeus. Contudo, para esse último grupo, no quinto Concílio de Latrão, houve o decreto de que eles eram obrigados a usar roupas específicas e distintivas para que fossem facilmente reconhecidas entre os cidadãos.

As acusações contra eles eram de várias ordens, além de serem os responsáveis pela crucificação de Cristo, muitos diziam que eles eram chamados Libelos de sangue, afirmavam que os judeus utilizavam o sangue de crianças cristãs em muitas cerimônias religiosas (como a Páscoa); roubavam hóstias consagradas; conspiravam juntamente com os muçulmanos e cristãos heréticos ou ortodoxos contra os discursos dos católicos do ocidente. Para os sodomitas, foram criados os Agentes da Noite (*Unifficale di Notte*) em 1432, que segundo Naphy (2006, p. 107),

[...] resultou em 70 anos de perseguição municipal de homens que tinham relações sexuais com outros homens (geralmente um homem mais velho e um jovem no final da adolescência)”. Em 1448 foi estabelecida em Veneza uma instituição semelhante (o *Collegium sodomitarum*).

Com a criação dessas instituições perseguidoras em alguns locais, o resultado foi de que entre os anos de 1432 a 1502, mais de

[...]17000 homens foram incriminados (240 por ano, quase cinco por semana) foram incriminados e 3000 (43 por ano) condenados por sodomia, numa população florentina de 40.000 habitantes. Se tomarmos uma geração como 20 anos então em qualquer geração cerca de 12 por cento da população masculina foi pública e oficialmente acusada de sodomia e 2 por cento efetivamente condenada (NAPHY, 2006, p. 107).

Como se pode constatar, esse discurso religioso levou a relação homoafetiva, considerada totalmente natural em algumas culturas, uma vez que não havia uma preocupação com o sexo, ao patamar de algo mau e ruim para a sociedade. Dessa forma, a sodomia designa e faz funcionar a memória de todo o mal contra o casamento e todos os sacramentos religiosos, pois simbolizou o pecado para essas pessoas, nesse período. É como se ela constituísse um perigo para a instituição casamento. Com a grande devastação da Europa pelas doenças, muitas pessoas morreram e, assim, era preciso constituir novamente essas comunidades. Com isso, lançou-se para o primeiro plano a procriação de filhos legítimos, ou seja, a perseguição continuou, talvez em menor proporção que este período de trevas, mas estará presente até meados do século XX.

No século XV, a Itália tornou-se berço do Renascimento e, juntamente com esse pensamento renascentista, houve um discurso humanista, no qual as culturas gregas e romanas voltaram a ser revisitadas. Assim, de muitos lugares da Europa, filósofos e poetas migraram para a Itália, principalmente para justificar a prática homoafetiva e tentar remover a mancha de pecado e depravação imposta pelo discurso da igreja. Na literatura poética e na arte, os temas eram arquétipos clássicos do amor masculino: Apolo, Narciso, Cupido e Baco. Nessa época, artistas como Michelangelo e Leonardo da Vinci viveram boatos de sodomia com seus assistentes. Leonardo sofreu a acusação, juntamente com mais quatro pessoas, de sodomizar um jovem de 17 anos e ficou dois meses na prisão.

Em 1580, na igreja de São João, em Roma, realizavam-se cerimônias de casamento entre duplas masculinas, com a afirmação de um amor platônico, recordando denúncias do século XII. Contudo, essas cerimônias eram apenas simbólicas, pois se houvesse qualquer contato carnal entre eles e fossem descobertos de estarem vivendo juntos, seriam queimados na fogueira. Em Florença, outra região da Itália, havia naquele momento uma baixa taxa de natalidade, e os governantes começaram uma nova ação, associar a prática da sodomia ao resultado de não procriação. A partir daí, foram criados conselhos em muitas cidades e os sujeitos homossexuais eram obrigados a se exilar para outros lugares, muitos nobres foram executados.

Vale destacar que se na Grécia Clássica havia uma valorização da virilidade, na qual o sujeito-homem precisava ser ativo, na Itália dessa época, o sujeito passivo recebia um castigo mais brando, quando condenado, o castigo era apenas uma surra de chicote. Na Inglaterra da Renascença, o Estado e a Igreja haviam proibido a sexualidade desviante, com medo de sua natureza pagã e herética. Os sujeitos desse período reagiram de diferentes formas em relação à expressão de sua identidade sexual.

Alguns eram castigados pela culpa e a vergonha e queriam escolher suas preferências. Esses, em geral, parecem ter sido homens que preferiam outros homens e pensavam que mereciam a condenação da sociedade por serem passivos. Outros glorificavam sua natureza, tendiam a ser amantes de meninos ou rapazes, já que era considerado aceitável (SPENCER, 1999, p. 142).

O que se viu, nesse período, foi uma grande briga dos sujeitos consigo mesmos, considerando o discurso vigente. Entretanto, muitas situações contribuíram para o desenvolvimento da relação entre os sujeitos do mesmo sexo, uma vez que as autoridades fingiam não enxergar. Somente quando ocorria algo muito grave de injustiça, eles agiam.

Nas grandes mansões dos patrícios, por exemplo, havia grande número de criados, e esses sujeitos acomodavam-se juntos, em lugares da casa, dessa forma, acabando por facilitar o envolvimento entre eles. Outra situação de envolvimento diz respeito às relações entre membros da família e seus criados. O rei James I era abertamente lascivo com seus favoritos.

Um caso bastante conhecido, nesse período, e que demonstra a relação entre o senhor e seu criado, foi a história do Sir Francis Bacon²⁰. Ele manteve

²⁰Francis Bacon nasceu no dia 22 de janeiro de 1561 na *YorkHouse*, Londres, residência de seu pai sir Nicholas Bacon, que nos primeiros vinte anos do reinado de Elizabeth tinha sido o Guardião do Sinete. A mãe de Bacon foi lady Anne Cooke, cunhada de *sir William Cecil*, lorde Burghley, que foi tesoureiro-mor de Elizabeth e um dos homens mais poderosos da Inglaterra. O pai dela tinha sido o tutor-chefe do rei Eduardo VI; ela mesma era linguista e teóloga, e não tinha dificuldade em se corresponder em grego com bispos. Tornou-se instrutora do filho e não poupou esforços para que ele tivesse instrução. Bacon frequentou a Universidade de Cambridge, e viveu também em Paris. Começou a sua carreira de homem político e jurista, antes sob a rainha Isabel, e, depois, sob Jaime I, subindo até aos mais altos cargos: advogado geral em 1613, membro do Conselho particular em 1616, chanceler do reino em 1618. Foi agraciado por Jaime I com os títulos de Barão de Verulam e Visconde de S. Albano. Entretanto, foi acusado de concussão e condenado pelo Parlamento a uma multa avultada. Perdoadado pelo rei, retirou-se para suas terras, dedicando-se inteiramente aos estudos. Faleceu em 1626. Teve uma inteligência muito esclarecida, convencido da sua missão de cientista, segundo o espírito positivo e prático da mentalidade anglo-saxônica. A obra principal de Bacon é a *Instauratio magna scientiarum*, vasta síntese que deveria ter compreendido seis

casos com sua criadagem, conforme bem descreveu sua mãe Lady Bacon a outro filho mais velho, Anthony Bacon, destacado por Spencer (1999, p. 143), “Lamento por seu irmão, ainda que ele não se lamenta por manter aquele maldito Percy – sim, como um companheiro de sofá e de cama [...]”. A homoafetividade não estava presente somente em Bacon, pois mais tarde o filho mais velho de Lady acabou confessando a sua mãe sua preferência sexual por pessoas do mesmo sexo. A relação entre Bacon e seus criados também é destacada por um contemporâneo dele, Sr. D’Ewes – colecionador de antiguidades, puritano e escritor moralista - que registrou em seu diário, no dia 03 de maio de 1921, no momento em que Bacon era censurado pelo Parlamento a seguinte passagem:

Ele não desistia da prática de seu mais horrível e secreto pecado de sodomia, conservando ainda consigo um certo Godrick, um jovem verdadeiramente afeminado, para seu amante e companheiro de cama, embora tivesse despedido a maior parte dos outros criados; o que é muito de se admirar, porque os homens em geral, depois de sua queda, começaram a comentar sobre seu crime, que praticou durante muitos anos, abandonando a cama da mulher, que considerava, como os Italianos e os turcos, um prazer mais pobre e menor que o outro (SPENCER, 1999, p. 144).

A relação entre senhor e servo, talvez, tenha sido a única saída para que os sujeitos homossexuais pudessem viver juntos, pois, embora criticada, era aceita na sociedade, “Bacon chegou a ter 75 atendentes, dos quais 25 eram servidores pessoais” (SPENCER, 1999, p. 144).

Apesar de Bacon ter sido casado com uma mulher, ele não teve filhos e, ainda, registrou em suas obras algo que incomodou a sociedade. Segundo Spencer (1999), no ensaio da Amizade, ele usa a palavra amizade para esconder as suas alusões à homoafetividade – “O amor nupcial faz a humanidade, o amor de amigos a aperfeiçoa” e; “se um homem não tem um amigo, deve deixar o palco”. No ensaio do Casamento e da vida solteira, Bacon elogia os homens solteiros e sem filhos como sendo os melhores amigos,

grandes partes. Mas terminou sendo apenas duas, deixando sobre o resto esboços e fragmentos. As duas partes acabadas são precisamente: I - *De dignitate et argumentis scientiarum*; II - *Novum organum scientiarum*. Como se vê pelos títulos, e mais ainda pelo conteúdo, trata-se de pesquisas gnosiológicas, críticas e metodológicas, para lançar as bases lógicas da nova ciência, da nova filosofia, que deveria dar ao homem o domínio da realidade. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/bacon.htm#ixzz3cx8OxLvz>>. acesso em 13 jun.15

patrões e empregados e, por fim, o ensaio da Beleza, no qual ele somente discute sobre a beleza masculina. Como a relação entre pessoas do mesmo sexo acabou se tornando comum, nesses países, pelo discurso proveniente da Grécia Clássica, começa a haver uma indefinição no termo. Não sabem se usam a palavra sodomia ou pederastia para designar a relação entre pessoas do mesmo sexo, Francis Bacon preferiu usar o termo “amor masculino”.

Indiferente ao uso dos termos faz-se importante destacar que a perseguição em muitos lugares continuava, os monarcas como Henrique III, da França e James I, da Inglaterra, apesar de terem relacionamentos com rapazes, criaram leis contra aqueles que praticavam a sodomia, pois, para eles, a prática deles era mais próxima da pederastia. Conforme Spencer (1999, p.156), “havia claramente uma regra para a corte e outra para o restante da sociedade”. Na Inglaterra, em 1617, o parlamento sentiu-se incomodado com as atitudes do rei James e convocou um Conselho Privado. Nesse, eles o questionaram sobre sua relação com os rapazes, dizendo que o rei amava mais seus favoritos do que as mulheres.

James se defendeu com o seguinte argumento: “amava aqueles que me são mais caros do que outros homens” e, para reforçar seu argumento, o rei disse ainda, “Jesus Cristo fez o mesmo e, portanto, não posso ser culpado. Cristo tinha seu filho João, eu tenho meu George”. Após esse episódio, o rei James dissolveu o parlamento em 1621, mas acabou perdendo o controle do reino. Na segunda metade do século XVII, acontece uma transformação radical na mentalidade ocidental, principalmente na Inglaterra, em relação à homoafetividade, com a contribuição de novas formas ideológicas e discursos religiosos contrários ao catolicismo, mas que, em partes, somente veio a contribuir com os discursos anteriores firmados na sociedade.

Reformadores como Lutero, Calvino e Zwingli se preocuparam com a moralidade sexual, reafirmando ainda mais o preconceito contra os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Eles pregavam que qualquer manifestação sexual fora do casamento precisava ser reprimida porque simbolizava o pecado da carne. Além disso, eles eram contra o celibato dos padres porque acreditavam que o celibato somente contribuía ainda mais para a sodomia. Entretanto, confiavam que o sexo dentro do casamento não precisa

ser somente para procriação. Esses reformadores contribuíram com a forma de ver o matrimônio cristão. Além dessa liberdade sexual dentro da relação, eles pregavam que o casamento precisava ter o consentimento dos pais para ter validade. Mas isso construiu um silenciamento ainda maior, com dispositivos ainda mais poderosos que irão impor o silêncio e a censura, pois

[...] dominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso, como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. (FOUCAULT 2014a, p. 19)

O discurso e práticas desses reformadores eram muito mais cruéis em relação ao sexo fora do casamento. Conforme Spencer (1999), para Lutero a fornicação era prejudicial, ruim para a alma, para o corpo, para a família e a honra. Huldreich Zwingli também recomendou, em Zurique, pesada punição a toda permissividade sexual. Eles pregavam que o adultério e a prostituição tinham sua origem em graves imperfeições espirituais e morais, chegavam a recomendar a morte àqueles que os praticavam.

Assim como o catolicismo, “Calvino acreditava que o plano de Deus para a salvação da humanidade estivesse no texto bíblico” (SPENCER, p. 163). O discurso religioso, com base nesse documento, ganhou muito mais força, porém, agora a partir da ideologia Calvinista. Uma formação discursiva totalmente reformulada no que se refere ao discurso religioso. Considerando o número de analfabetos, nesse período, havia um desconhecimento quase que unânime da população em relação aos textos bíblicos. Esse discurso acabou mais uma vez se tornando doutrina forte, os reformistas criaram estratégias de ação para impor essa nova formação ideológica. Os ministros da igreja, com base na doutrina calvinista, passam a interpretar a Bíblia diretamente para a população. O resultado disso foi o fechamento de muitas tavernas e a proibição de jogos de cartas, bailes, teatros entre outras proibições.

A contrarreforma²¹ dedicou-se, em todos os países católicos, a um ritmo maior nas confissões, impondo regras para o exame de si mesmo, conforme destacou Foucault (2014a), atribuindo, assim, maior importância à penitência. Tudo que se relacionava ao pecado da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, entrou em detalhe na confissão e da direção espiritual.

O sexo, segundo a nova orientação pastoral, precisou ser abordado, quando mencionado, com muita prudência, entretanto seus efeitos necessitavam ser seguidos até “às mais finas ramificações”, até os sonhos precisavam ser cuidados. Para aqueles que eram contrários a essa formação ideológica, os reformistas utilizaram a pena de morte sem nenhuma piedade, muitos fugiram e se exilaram em outros lugares. Somente em Genebra, segundo Spencer (1999, p. 163), “nos quatro anos entre 1542 a 1546, 48 pessoas foram executadas, 34 das quais por bruxaria. Entre 1555 a 1678, houve 62 processos por sodomia, com 30 execuções”.

Essa ideologia calvinista simplificou a moralidade, ofertando aos seus seguidores uma grande esperança, Deus salvaria somente os eleitos, “os novos israelitas” (SPENCER, 1999, p. 164). A parte espiritual do homem, a alma, aprenderia a controlar a carne, pois o corpo estava acostumado a agir de forma errada. Conforme destaca Michel Foucault (2014a), [...] “efeito de reconversão espiritual, de retorno a Deus, efeito físico de dores bem aventuradas por sentir no seu corpo as ferroadas da tentação e o amor que lhe resiste”. Com esse discurso, até a masturbação ganha ênfase, segundo os reformadores, ela estava ligada à sodomia e precisava receber maiores

²¹ Contrarreforma, também conhecida por Reforma Católica é o nome dado ao movimento que surgiu no seio da Igreja Católica e que, segundo alguns autores, teria sido uma resposta à Reforma Protestante iniciada com Lutero, a partir de 1517. Em 1545, a Igreja Católica Romana convocou o Concílio de Trento (na cidade italiana de Trento) estabelecendo entre outras medidas, a retomada do Tribunal do Santo Ofício, a criação do *Index Librorum Prohibitorum*, com uma relação de livros proibidos pela Igreja e o incentivo à catequese dos povos do Novo Mundo, com a criação de novas ordens religiosas, dentre elas a Companhia de Jesus. Outras medidas incluíram a reafirmação da autoridade papal, a manutenção do celibato eclesiástico, a reforma das ordens religiosas, a edição do catecismo tridentino, reformas e instituições de seminários e universidades, a supressão de abusos envolvendo indulgências e a adoção da Vulgata como tradução oficial da Bíblia. Podemos dizer que a contrarreforma foi uma resposta direta à Reforma Protestante de Lutero (ORLANDIS, 1993).

punições, muito mais severas do que a fornicação ou adultério, e a sodomia passa a ser crime capital.

Acreditava-se que o sujeito homem possuía pouca quantidade de sêmen armazenada dentro de si, e se ficasse ejaculando com frequência ficaria vazio, improdutivo para reproduzir. Caso alguém tivesse um orgasmo espontâneo, isso era considerado errado, precisava orar a Deus para se livrar de qualquer prazer. Em 1708, um médico holandês chegou a advertir sobre o excesso de masturbação “o sêmen descarregado de maneira pródiga ocasiona fraqueza, distração, indisposição para o movimento, convulsões, abatimento e secura, calor e dores nas membranas do cérebro” (SPENCER, 1999, p. 213).

Essa nova ideologia influenciou todo o mundo ocidental, até meados do século XX ainda foram encontrados resquícios desse puritanismo, pois foram escritos estatutos e manuais casuísticos para funcionar como lei. Em 1665, na colônia de New Haven, foi editado um conjunto de leis e, pela primeira vez, consideraram crime o ato de lesbianismo.

É a primeira vez que aparece num código civil, que cita Romanos 1.26 como precedente, interpretando-o assim: “chamou nas escrituras a procura da carne diferente, ou outra carne que não a permitida por Deus, por um conhecimento carnal de outro instrumento que não o que Deus determinou (SPENCER, 1999, p. 167).

Nesse mesmo código, segundo o autor, a depravação sodomita causaria a destruição da raça humana. Até então, não se falava muito sobre a relação entre mulheres, porque somente se considerava antinatural o sexo entre homens, no qual a anatomia humana não permitia a penetração de outra forma. Entre as mulheres não havia penetração e perda de espermas. Mesmo com a perseguição puritana, houve muitos casos de reis, rainhas e nobres que se envolveram em casos sodomitas, isso fez com que os sujeitos sodomitas mudassem a forma de enxergá-los a si mesmos. A partir de 1709, a sociedade começa a presenciar a existência de um novo tipo de sodomita, são sujeitos-homens, na sua maioria casados, que se encontram em clubes e tavernas, alguns até se transvestem de mulher.

Aparece a palavra que passa a designar, nesse momento, essas pessoas como “veado” (*molly*)²² e, com o passar do tempo, esses

²²*Molly* – origina-se de *moll*, gíria em inglês para prostitutas.

homossexuais começam a construir seus guetos, lugares nos quais eles possam a ser quem eles queiram, livres dos questionamentos da sociedade. Daí surgiram as “*molly houses*”, casas destinadas aos trabalhadores em geral e classe média. Nessas, os homens fazem shows, cantam, dançam e também se relacionam com outros homens. Porém, segundo os registros, não havia “contato urogenital”, a prática usual era a do sexo oral e, ainda, era assistida pelas pessoas que faziam parte do casamento. A casa era frequentada por homens e mulheres, normalmente, eram dependências reservadas em tavernas. Em 1726, um agente das Sociedades pela Reforma dos Costumes invadiu uma dessas casas e registrou em seu relatório,

Encontrei entre 40 e 50 homens fazendo amor um com outro, como eles diziam. Às vezes, um sentava no colo do outro e ambos se beijavam de modo obsceno, usando a mão indecentemente. Depois levantavam, dançavam, faziam reverência e imitavam as vozes de mulheres... Então se abraçavam, continuavam com as brincadeiras e saíram em duplas para outros quartos, no mesmo andar, para se casarem, como diziam (SPENCER, 1999, p. 178).

Esses lugares eram conhecidos pela sociedade. Segundo o autor, o povo fazia de conta que as casas não existiam, os homens, fora desses recintos, tinham uma vida normal e não se comportavam como homossexuais, “uma vez que não levava sua frescura feminina para casa ou para o trabalho” (SPENCER, p. 179). Todas as roupas e adereços eram utilizados somente nesses redutos, inclusive os trejeitos eram suprimidos fora dele. Após a descoberta dessas casas pelos agentes da reforma, os sodomitas eram levados aos pelourinhos, nos quais eles tinham um julgamento a céu aberto. Muitas pessoas foram mortas pela própria multidão que os atacava, pois o povo achava-se no direito de julgar e de condenar aqueles que realizavam tais práticas. Quando não eram mortos, os sodomitas eram obrigados a pagar multas e muitos acabavam sendo condenados de seis meses a três anos de reclusão.

O discurso puritano dificultou qualquer discussão sobre a sexualidade nesse período. Isso era arma na mão dos ignorantes, essa nova forma de enxergar as coisas deu ao povo “uma ética agressiva”, na qual podiam cometer barbáries com consentimentos religiosos e jurídicos. Os homossexuais precisavam se esconder ao máximo, pois viviam sob a repressão dessas duas

instituições de poder, a religiosa e a jurídica. Mesmo com toda essa perseguição, os “desprezíveis”, por causa da sua sexualidade, como eram chamados, conseguiram manter a existência dessas casas até meados do século XIX, na Inglaterra. Em outros países ocidentais não foi muito diferente, a aristocracia francesa conservou a tradição do *laissez-faire* no que diz respeito à sodomia. No século XVII, era permitida a relação entre pessoas do mesmo sexo entre os nobres, entretanto, qualquer pessoa apanhada no ato de sodomia era queimada na Praça de Grève, em Paris. Com base nos costumes gregos, o termo utilizado pelos franceses para designar o ato de um sodomita era “pecado filosófico”, o ato era equivalente à heresia.

Nos Estados Unidos, Thomas Jefferson, logo após a independência, instituiu que estupro, sodomia e bestialidade deveriam ser punidos com a castração. No artigo, a descrição para sodomia era o seguinte: “A sodomia pode ser praticada de dois modos: 1, com seres humanos; 2, com animais. A aberração é o gênero, do qual a sodomia e a bestialidade são espécies”. (SPENCER, 1999, p. 220). Mudanças ocorreram, na metade do século XVII para início do Século XVIII, com a chegada do capitalismo surge a burguesia e, com o consumismo exacerbado, uma nova constituição familiar começa a se formar. O amor romântico está em voga, jornais, livros e revistas estavam sendo editadas e, com base nesse discurso burguês, torna-se moda casar por amor. Contudo, mais uma vez, não há espaço para práticas sexuais do mesmo sexo, segundo Spencer (1999, p. 185), “a maior obsessão da sociedade – o consumismo – não apenas rejeitava o sodomita, mas também obscurecia”, pois desconheciam o poder de compra “do dinheiro cor-de-rosa”²³, assim, poucos produtos eram feitos e nenhum produzido em massa para os sodomitas.

Nessa nova sociedade de consumo, a homoafetividade também era afetada porque, com as suas “esterilidades”, não podiam procriar e contribuir com a coletividade. O consumismo apoiou-se na competitividade masculina e na emulação social, sendo frequentemente impulsionado pela ideia do amor romântico, e todos atacaram, dominaram e sublimaram qualquer manifestação de envolvimento emocional com o mesmo sexo que pudesse aparecer. Os

²³ O termo dinheiro “cor de rosa”, trabalhado por Spencer (1999), surgiu no século XX, quando as grandes empresas veem no homossexual a possibilidade de lucro, pois ele é um grande consumidor de produtos mais refinados, dentre eles, redes de hotéis específicos para gays.

sodomitas eram insultados como “monstros pecadores e canalhas bestiais, criaturas tão semelhantes a cachorros que nem o mais desumano tratamento a eles dispensado poderia ser tolerado” (SPENCER, 1999, p. 185).

Os homossexuais continuavam sendo escorraçados pela sociedade, pois pelo discurso religioso foi construído um imaginário tão categórico e inabalável sobre esses sujeitos, que eles não conseguiam apagar os efeitos da construção desse discurso. Isso os impedia de se constituírem como sujeitos-cidadãos. Com a transformação no modo de produção e mudança na forma de enxergar a sociedade, o que restou para muitos foi a transformação. Muitos homens começaram a se transvestir e viver como mulheres, mas quem mais se destacou foram as mulheres, pois, para sobreviver nessa sociedade, cada vez mais machista, elas eram obrigadas a se vestir como homens.

Muitas delas passaram a conviver com os homens e até lutar como soldados, somente eram descobertas quando morriam. Segundo Spencer (1999), esses travestismos, de certa forma, foram as primeiras manifestações feministas, pois, transformadas em homens, elas podiam exigir privilégios à sua classe. O grande destaque, no qual o travestismo feminino foi bem aceito pela sociedade em geral foi no palco, tanto na Inglaterra quanto na França. Já o travestismo masculino era mais aceito, se fosse para parodiar alguém, caso contrário não. Os homens eram extremamente criticados pelos puritanos.

No final do século XVIII, em função do discurso religioso que teve força de lei e conseguiu implantar sua ideologia, a divisão das pessoas em dois sexos biológicos, sujeito-homem e sujeito-mulher, e dois gêneros, masculino e feminino, estava bem estruturada e cristalizada pelos seus lugares e posições simbólicas nas sociedades ocidentais – sujeito-homem macho, ativo, o patriarca da família e o sujeito-mulher, fêmea passiva, conforme os ensinamentos bíblicos. Mas, conforme os registros, havia um terceiro e ilícito gênero – o sujeito homem adulto passivo travestido, ou “veado”, conforme acreditavam, esses relacionavam-se somente com homens.

Assim, como em Atenas e Esparta, a passividade não era bem vista, o sujeito-homem passivo não cabia na sociedade capitalista burguesa, por isso era preferível criar uma outra forma de expressão para esses seres não adequados a essa visão de mundo. Com isso, considerando essa passividade

transvestida como uma blasfêmia, eles tentaram racionalizar afirmando que havia dois gêneros, contudo três sexos biológicos – sujeito-homem, sujeito-mulher e o sujeito-hermafrodita.

Induzidos por essa “racionalização”, os sujeitos “hermafroditas” somente eram aceitos se escolhessem um gênero, caso praticassem sexo com ambos os gêneros, eram considerados sodomitas, lembrando que os sujeitos mulheres, nesse momento, também podiam praticar a sodomia, uma vez que o termo passou a considerar qualquer relação não ortodoxa. Os sujeitos-hermafroditas tinham sido representados na antiguidade como fonte de erotismo, contudo, nessa mudança de paradigma social, eles começam a ser tratados como casos psicológicos e passavam a ser examinados como casos clínicos. Acreditavam agora que o sujeito-homem e o sujeito-mulher poderiam ser íntimos no casamento, gentis um com o outro e cuidar dos filhos da mesma forma.

Nesse movimento, a instituição casamento começa a sentir os primeiros abalos em prol da igualdade de direitos. Vislumbrados com o discurso romântico, mulheres e filhos passam a ter um papel significativo para a sociedade capitalista, pois passava uma ideia de perfeição, e o sodomita mais vil e depravado. Muitas casas de prostituição são ativadas, nessa época, principalmente para tentar levar os sujeitos-meninos aos seus primeiros passos para sua sexualidade de “sujeito-macho”. É a primeira vez que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamento e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo (FOUCAULT, 2014a, p. 29).

Nesse sentido, considerando os problemas econômicos e políticos da população, eles começam a analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais entre os casais, o efeito do celibato ou das interdições, entre outros assuntos.

O sexo, mesmo que somente para os homens, no século XVIII, foi considerado por alguns como a “idade do ouro do prazer sexual”, [...] o Iluminismo arrebatou com as cadeias do texto bíblico e decidiu ver o caráter do homem como uma tábula rasa. O impulso por trás do

comportamento humano era o de evitar a dor e procurar o prazer (SPENCER, 1999, p. 208).

Considerando essa conduta em relação ao sexo, há uma preocupação em torno das suas determinações e efeitos na sociedade, as quais vão numa linha tênue entre o biológico e o econômico. Nessa nova realidade, surgem campanhas com exortações morais, religiosas e medidas fiscais, até o sexo das crianças passa a ser preocupação com a criação de dispositivos institucionais e estratégias discursivas. Todo esse liberalismo em relação ao sexo não previa ou se estendia ao amor homossexual, que ainda continuava sob o controle do discurso religioso dos agentes da reforma e seus aparelhos repressivos. Em alguns casos, o discurso da medicina começava a tentar compreender os desvios de comportamentos. Dessa forma, a mudança mais marcante entre o século das luzes (Iluminismo) e o século seguinte (XIX), é que a preocupação com o sexo passa para outro discurso e outro campo de saber, o discurso da medicina. Assim, surgirá uma nova designação para a homoafetividade que especificará práticas, desvios, doenças entre os sujeitos.

2.3 O Homossexualismo

Quando eu era militar, eles me condecoraram por matar dois homens e me expulsaram por amar um.

Matlovich²⁴

Nos séculos anteriores, depois da época clássica, as questões relacionadas à homoafetividade foram constituídas por diversos discursos e órgãos repressores que transformaram a vida e causaram a morte de muitos sujeitos. A palavra, nesse momento, foi designada como sodomia, tendo em vista a negatividade gerada em torno dessa designação, por meio dos discursos religiosos. A palavra mal poderia ser pronunciada, principalmente, a partir do momento em que foi incorporada aos códigos e passou a funcionar

²⁴ Soldado condenado e expulso do Exército deixou essa frase como registro para o epitáfio em sua lápide quando faleceu em 1991, vítima de AIDS.

como lei. Houve tanto excesso de repugnância e de policiamento contra a prática sodomita que ninguém se interessou, ou se atreveu, a investigar com profundidade essa prática para saber como os sujeitos começaram a se interessar ou a praticar relação sexual com outros do mesmo sexo.

Nesse período, ocorreram apenas discussões sem nenhuma base científica em torno dessa temática e o conhecimento empírico foi o fio condutor das discussões, prevalecendo o discurso religioso que ganhou *status* jurídico devido à relação de poder que as instituições religiosas exerciam sobre o povo. A partir do século XVIII, com a disseminação das práticas sexuais como base econômica, tem início a incitação técnica para se falar de sexo, mesmo que para fazer análise sob a forma de contabilidade, de classificação e de especificações quantitativas ou causais. Esse foi o começo da construção de um novo discurso sobre a homoafetividade. “Levar ‘em conta’ o sexo, formular sobre ele um discurso que não seja unicamente moral, mas da racionalidade” (FOUCAULT, 2014a, p. 26). Segundo o autor, essa é uma necessidade nova, o suficiente para começar a se falar de sexo, mas sem muita convicção, instaurando a surpresa e a necessidade de desculpar-se.

Esses discursos de controle social que vão permanecer e, no século XIX, designar uma nova palavra para a relação entre pessoas do mesmo sexo, que de sodomia passa para a designação homossexualismo, porém agora muito mais com a razão do que constituição moral, entretanto, ainda com o sentido negativo. Se antes a relação entre sujeitos do mesmo sexo era pecado, nesse século, conforme Foucault (2014a), com o discurso da medicina, a relação se torna patologia, doença. Em um primeiro momento, a homoafetividade será vista como doença dos nervos, depois a psiquiatria começa a procurar explicações do lado da “extravagância”, na sequência, do onanismo²⁵, mais tarde, com a insatisfação sexual e “fraudes contra a procriação”. Em seguida, como decorrência de doença mental e, assim, os discursos vão corroborando para cada vez mais para os sujeitos homossexuais ficarem à margem da sociedade.

²⁵ Onanismo – Automasturbação masculina; sensação de prazer causado pelo estímulo aos próprios órgãos genitais. Interrupção do ato sexual antes da ejaculação. Houaiss Dicionário Eletrônico – Objetiva (2009).

Nesse século, muitos sujeitos homossexuais foram acusados de sodomitas e sofreram perseguições. O caso mais conhecido foi do escritor Oscar Wilde (Inglês), que teve como condenação dois anos de trabalhos forçados. Depois de 1836, a pena de morte para esse crime foi abolida em muitos países. Dessa forma, para quem era acusado de tal prática, a pena poderia variar de um ano até a prisão perpétua. De acordo com Willian Naphy (2006 p. 210), “o século XIX é bem conhecido por duas coisas: os valores vitorianos e a hipocrisia vitoriana”. Os governantes e políticos europeus tentavam deletar a sodomia e os sodomitas tanto do mundo deles como do passado, como se esse tipo de ser não houvesse existido, apagando até mesmo de suas consciências.

Para Michel Foucault (2014a), na burguesia vitoriana, a sexualidade é encerrada na sociedade e passa para dentro de casa, “a família conjugal a confisca” e a transforma como única função de reproduzir, “o casal, legítimo e procriador, dita a lei”. Essa configuração conjugal passa a impor a regra e se constitui como normatizadora da vida em sociedade, instaurando verdades. Dessa forma, qualquer outra relação, que não a instituída, será considerada anormal, doença, perversão.

O autor refere, ainda, que “no espaço social, como coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitária e fecunda, o quarto dos pais”. Nesse espaço, determinadas palavras, gestos e ações estão autorizados em surdina, referendando que só se podia praticar ou falar de sexo, na intimidade. Na prática, entretanto, muitas condutas dessas atitudes consideradas inapropriadas acontecem dentro e fora desse espaço, o quarto, principalmente, com os sujeitos-homens casados, que deixam as esposas e procuram satisfazer suas necessidades em outros lugares.

Um caso famoso na Inglaterra, desse período, foi o escândalo de *Vere Street* (1813), no qual as autoridades vitorianas encontraram uma casa de “invertidos” sobre a qual um advogado chamado Richard Holloway escreveu um livro relatando os fatos ali ocorridos – *The Phoenix of Sodom, or The Vere Street Coterie*. Nessa casa, os homens podiam se encontrar com outros homens, até os casados, entretanto, por falta de provas, poucos homossexuais foram condenados. O autor do livro exemplifica essa prática, contando que seis

peessoas foram levadas ao pelourinho e agredidas com muita violência, que até um repórter não quis descrever as cenas, mas além de xingar, a população torturava os réus, lançavam frutas podres, urinas, fezes, até mesmo gato em decomposição.

O resultado de tudo isso foram os castigos e, muitas vezes, as pessoas levadas saíam mutiladas, algumas até com cegueira permanente. A motivação de tudo isso foi o discurso religioso. Os sujeitos, convencidos pelos discursos religiosos e médicos, consideravam as práticas homoafetivas inaceitáveis, pois inscrever-se nessa formação discursiva significava ser abominado da formação social e tido como doente. A consequência disso foi o aumento da prostituição e de bordéis na época vitoriana. A situação, entretanto, era bastante ambígua em relação às condenações, pois quando os sujeitos eram pegos nesses lugares, as penas variavam de castigos que iam de penas leves até a morte, principalmente, no Império Britânico e nos Estados Unidos, onde a lei era mais severa.

Outra situação, durante o século XIX, foi o aumento da geração de médicos, tanto na América quanto na Europa e da competitividade na profissão. Fazer sucesso na medicina da época significava pesquisar e atuar em problemas sociais presentes nesse período. Como o interesse por pessoas do mesmo sexo era considerado um problema social, os médicos começam a investigar as causas de os sujeitos se interessarem por outros do mesmo sexo, ocasionando visibilidade para o problema e rentabilidade para os profissionais da medicina. Muitos deles criaram métodos e formas de tratamentos para esses sujeitos que não se encaixam nos padrões estabelecidos pelos discursos religiosos/jurídico e nem no discurso da medicina. Segundo Spencer (1999), em um relatório sobre o estado das prisões francesas, um médico afirmou que os pederastas ativos já nasciam com essa problemática porque era uma doença hereditária. Em outro manual de um médico chamado Adolf Henke (1832), destacou-se que a homossexualidade era um “vício abominável”.

O termo homossexualismo foi cunhado pela primeira vez em 1869 por um médico húngaro chamado Karoly Maria Benkert, que mais tarde trocou seu nome por Kertbeny. Embora o termo tenha sido criado e utilizado gradualmente por muitos acadêmicos, ele somente se fez presente em 1905, quando o

panfleto de Kertbeny foi publicado pelo alemão Magnus Hirschfeld²⁶. Para descrever quem era o homossexual, o médico húngaro registrou que,

[...] além do impulso sexual normal dos homens e mulheres, a Natureza, em seu poder soberano, dotou alguns indivíduos masculinos e femininos, ao nascer, de um impulso homossexual, deixando-os assim numa dependência sexual que os torna física e psicologicamente incapazes – mesmo com a melhor das intenções – de ereção normal. Esse impulso cria antecipadamente um claro horror ao seu oposto (SPENCER, 1999, p. 274).

Submetidos ao discurso médico, os sujeitos homossexuais passaram a ser significados como uma espécie que apresenta uma natureza singular, ou como registrou Michel Foucault (2014a, p. 48-49), o homossexual²⁷ “se torna personagem, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida”, porque essa terminologia, apesar de clínica, irá designar todas as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo. Antes disso, essa condição humana não existia, pelo apagamento decorrente do discurso religioso/jurídico²⁸.

Segundo esse autor, a homossexualidade, como categoria psicológica, psiquiátrica e médica, nasceu em 1870, quando o artigo de Westphal sobre as “sensações sexuais contrárias”, foi publicado. Homossexualismo, segundo esse médico, é uma patologia, um desvio sexual, uma inversão do masculino e do feminino. Desde então, o homossexualismo foi descrito como uma das formas emblemáticas da degeneração, no ramo da Sexologia. George Beard (1839-1883), um importante neurologista, descreve em sua teoria o esgotamento nervoso, referindo que os masturbadores habituais, independentemente do sexo, se interessariam muito pouco pelo sexo oposto. Haverlock Ellis, mesmo sem ter exercido a medicina, publicou o livro “*sexual inversion*” e, assim como muitos outros médicos, acreditavam que o homossexualismo era uma doença congênita e hereditária. Com esses

²⁶ Médico investigador alemão, judeu e homossexual, fundador da Comissão Científica Humanitária e teve muitas publicações que o tornaram ótimo sexólogo.

²⁷A palavra homossexual origina-se do grego *homós*, que significa “igual”, “semelhante”, e do latim *sexu*, cuja definição é “Conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais”, “Conjunto de pessoas que possuem o mesmo sexo”(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 731 e p. 1296).

²⁸ Empregamos discurso religioso/jurídico tendo em vista que o religioso passou a incorporar o jurídico, tendo força de lei pelo poder exercido pelo clero.

argumentos construiu-se um discurso de que os sujeitos homossexuais eram resultantes de anomalias genéticas, associadas a problemas mentais na família.

Richard Krafft-Rbing (1840-1902) (*apud* NAPHY, 2006, p. 221) afirmava que “em quase todos os casos em que foi possível um exame das particularidades físicas e mentais dos antepassados e parentes de sangue, foram encontradas neuroses, psicoses, sinais de degenerativos, etc., nas famílias”. Segundo o autor, essa visão da homoafetividade, juntamente com o discurso de pureza racial, teve consequência desastrosa nos anos 30 do século XX.

Muitos homossexuais foram levados ao tratamento criado e desenvolvido pelo médico português Egas Moniz (1874-1955), chamado de lobotomia²⁹, principalmente em países como Alemanha, Noruega, Suécia, Dinamarca e Estados Unidos. Assim como os judeus, os sujeitos homossexuais eram levados para os campos de concentração para serem diferenciados dos outros homens. Eles eram obrigados a utilizar um triângulo cor-de-rosa que os diferenciava dos demais sujeitos, nesses campos, ou seja, mais uma segregação dentro da segregação. Vários deles receberiam o tratamento de lobotomia e muitos não sobreviveram.

Na França, é apresentada a teoria da degenerescência, formulada pelo psiquiatra Benedict Augustin Morel (1809-1893), afirmando que os vícios, taras e anormalidades dos sujeitos poderiam ser transmitidos hereditariamente e agravados de geração em geração. A aceitação e a reprodução desta teoria, articulada a outras transformações sociais, permitiram que os médicos deslocassem seu olhar do casal heterossexual reprodutor em direção à definição e controle dos sujeitos de sexualidade anormal, desviante ou perversa, contribuindo, ainda mais, para a marginalização dos homossexuais. Os médicos passaram a interrogar os sujeitos e, por meio desse procedimento

²⁹ É uma intervenção cirúrgica no cérebro em que são seccionadas as vias que ligam os lobos frontais ao tálamo e outras vias frontais associadas. Foi utilizada no passado em casos graves de esquizofrenia. Por ser considerada uma técnica bárbara da psicocirurgia, não é mais realizada. Nos Estados Unidos foi popularizada pelo cirurgião Walter Freeman, que divulgou a técnica por todo o seu país, percorrendo-o no seu *Lobotomobile*, criando uma variante em que espetava um picador de gelo diretamente no crânio do doente, desde um ponto logo acima do canal lacrimal com a ajuda de um martelo, rodando-se depois o mesmo para destruir as vias aí localizadas. Supostamente a atratividade deste procedimento seria o seu baixo custo e o desejo social de silenciar doentes psiquiátricos incômodos. O último caso desse procedimento foi realizado em 1993.

esse discurso, agora legitimado pela ciência, ganha força. Assim, eles classificam e rotulam os sujeitos, definindo e registrando esses estudos nos manuais médicos.

Nessa época, há registros de médicos que saíram em defesa das pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo. Spencer (1996) cita o médico Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895), que publicou muitos panfletos, nos quais defendia a prática homossexual. Esse médico criou o termo *urning*, derivado de uma alusão a Urano e em defesa desse termo, afirma que

[...] os instintos chamados “anormais” eram inatos e portanto naturais; que no início do desenvolvimento fetal todos os embriões eram iguais, depois do que se dividiam em três, masculino, feminino e urning, esse último com características físicas de um dos gêneros, mas com instintos sexuais que não correspondiam aos seus órgãos sexuais (SPENCER, 1996, p. 275-276).

Esse discurso não foi suficiente para alterar a prática discursiva em relação à homoafetividade, constituindo-se, então, em apenas um grito sem eco. Muitos foram os tratamentos para a tentativa de cura dessa doença nos sujeitos homossexuais. Além dos já citados, o médico John D. (1899) tratou da perversão ou paixão antinatural por pessoa do mesmo sexo com hipnose. Contudo, o tratamento somente daria certo se o paciente aceitasse efetivar mudanças em seu comportamento. Em defesa da hipnose, o médico sublinhava que podia “remover impulsos criminosos e substituir a anestesia moral pela sensibilidade da consciência” (SPENCER, 1996, p. 276). Essa formação discursiva em que se inscrevem os sujeitos que significam a homoafetividade como uma doença foi cultivada durante muito tempo, ressoando os mais diversos efeitos de sentidos e muitas contradições estiveram funcionando nessa FD. Como destaca Foucault (2014a, p.45), embora

[...] a intervenção da igreja na sexualidade conjugal e sua repulsa às “fraudes” contra a procriação tenham perdido, nos últimos duzentos anos, muito de sua insistência. Entretanto, a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais “incompletas”.

O discurso da medicina do século XIX e do início do XX foi uma forma de disciplinalização dos sujeitos; ou se é “normal” ou se é “anormal”. Com isso, constroem-se casas de correções e os sujeitos pervertidos sexuais foram tratados como loucos e desequilibrados psiquicamente, pois tiveram que carregar o estigma da “loucura moral” ou, mais especificamente “uma neurose genital”, como destaca Michel Foucault (2014a). A teoria da “degeneração” levou a ações punitivas e a ideias sobre novas formas de controle social, permitindo aos médicos demonstrar poder de cura para as patologias, principalmente, com o desenvolvimento do capitalismo e com o surgimento de uma nova burguesia, que preza por um consumismo descontrolado. Em 1880, um médico de St. Louis, Charles H. Hughes registrou que:

Homens negros disfarçados de mulheres e dançando com homens brancos configuram o mais recente registro da neurótica e psicopática perversão sexual de St. Louis. Os negros eram presos e tinham seus nomes e endereços anotados, enquanto os brancos que dançavam com eles eram liberados (SPENCER, 1996, p. 301).

Os médicos, segundo esse mesmo autor, decidiram que os homossexuais masculinos eram efeminados porque “sentem a necessidade de submissão passiva, ficam facilmente maravilhados com romances e roupas”. Quando podia ser provado que nem todos eram efeminados, eles justificavam que esses homossexuais pertenciam à “variedade que tinha mente de mulher num corpo de homem”. Esses mesmos médicos pregavam, ainda, que a mulher não poderia ter a mesma liberdade que os homens porque havia uma diferença marcante biologicamente e se essas diferenças fossem violadas, a mulher poderia perder a capacidade de reprodução. Havia essa formação discursiva da medicina e, funcionando nela, formações imaginárias que legitimavam esse discurso e faziam com que a ideologia dominante permanecesse latente na formação social.

Pêcheux (2010) define a formação imaginária como o modo como os sujeitos veem a si mesmo, o interlocutor, o seu próprio dizer, de modo a encaminhar o dizer e a argumentação. De acordo com Orlandi (2012a, p. 41), trata-se

[...] da imagem que o professor tem do que seja um aluno universitário, a imagem que um aluno tem do que seja um professor universitário, a imagem que se tem de um pesquisador, a imagem que o aluno (o professor, o funcionário) tem de um reitor, a imagem que o aluno (o professor, o funcionário) tem de um dirigente de um diretório acadêmico, a imagem que o aluno (o professor, o funcionário) tem de um dirigente de uma associação de um professor universitário.

Pelo mecanismo de antecipação, segundo a mesma autora, o caminho inverso se realiza e o sujeito ajusta o seu dizer, colocando-se no lugar em que o outro ouve as suas palavras.

A grande maioria das mulheres, nesse período, é vista como submissa ao homem, passiva. E, considerando o desenvolvimento da burguesia, elas ficavam em casa sozinhas, liam romances, por isso, são consideradas sonhadoras e fúteis.

No século XX, surgiram as “tecnologias do sexo”, a “ciência da sexualidade”, o pedido para a procriação e aumento da máquina capitalista, a força laboral produtiva. Novamente, um discurso que mantém a segregação dos “doentes” do sexo. Os homossexuais não cabiam, nessa sociedade, diante da necessidade de procriação, tornam-se uma ameaça à espécie humana e à “máquina” que se desenvolve. Quando o crescimento populacional caía, além dos políticos, os médicos e as igrejas atacavam os homossexuais. Assim, esses sujeitos passaram a perturbar todo esse discurso burguês e a herança do discurso da psiquiatrização do século XIX, de que o sujeito homossexual se resume em sexo, penetrou tão fortemente, na sociedade, que os séculos XX e XXI ainda terão resquícios desse imaginário, o qual frequentemente é retomado como memória. Além desses discursos negativos, fizeram-se presentes, também, certos discursos positivos de médicos que não aderiram a essa “ciência” sexista e criaram os primeiros movimentos de resistência contra a FI hegemônica. Houve movimentos que mudaram drasticamente a sua forma, pelo menos em parte, de ver o sujeito homoafetivo.

Walt Whitman (poeta – 1819-1892) juntamente com mais três médicos (J.A.Symonds, Eward Carpenter e Havelock Ellis) são pessoas que tentaram humanizar a abordagem do homossexualismo para a sociedade.

Conscientemente minimizavam o papel da sodomia, insistiam que a efeminação era uma caricatura da homossexualidade masculina e

rejeitavam a pederastia. Queriam apresentar a relação homossexual como viril e saudável, igualitária e não exploradora, tão estável e duradoura quanto os relacionamentos heterossexuais (SPENCER, 1996, p. 280).

Imbuídos dessa ideologia, esses poucos médicos apresentavam a relação homossexual como uma inofensiva anomalia congênita. Apesar de considerar a homossexualidade uma anomalia, esses médicos enfocavam a temática de modo mais político, com vistas a evitar que suas obras em torno da relação homossexual, nesse período, fossem impressas privadamente ou proibidas pelo movimento da contra reforma religiosa.

Assim como os médicos, que relativizaram o enquadramento do homossexualismo como doença, começam a surgir movimentos que saíram em defesa desses grupos, contrariando também os discursos da medicina, na década de 70 a 80 do século XIX. O movimento chamado Uranista³⁰, segundo Spencer (1996), compunha-se de poetas menores, professores, clérigos e pintores que escreviam sobre a relação homoerótica. Eles compreendiam a relação entre pessoas do mesmo sexo como pederastia, retornando o discurso da Grécia Clássica, em que o sujeito-homem mais velho mantinha relação com o sujeito-jovem. As poesias apresentavam temas como os dias fugazes da infância, todas as formas de amor e o pederástico que acaba bem depressa por se tratar de apenas uma relação amorosa por um pequeno período de tempo.

Além desses pequenos movimentos, que criavam outro discurso na contramão da sociedade médica, havia os homossexuais que, em vários locais da Europa e da América, começavam a se mobilizar para tentar garantir direitos. São esses movimentos iniciais que acabaram promovendo grandes rupturas futuras como o movimento Gay que irá ocorrer na década de 1960/1970, nos Estados Unidos da América e a aprovação do casamento gay em igrejas protestantes (Presbiteriana), também nos USA e na França, em 2015.

Como exemplo de movimento de ruptura, destaca-se também “A Renascença do Harlem”, uma explosão de igualdade para lésbicas e

³⁰ Termo dado ao movimento por Timothy d'Arch Smith em seu livro sobre o assunto, Amor com fraqueza.

homossexuais brancos e negros que aconteceu no bairro nova-iorquino, na década de 20.

Esse movimento “fez brotar uma subcultura homossexual especificamente afro-americana, em que brancos e negros, normais e diferentes se reuniam nas esquinas, nos cafés, em *night clubs* e salões privados, embalados pela música e a letra do *blues*, que espelhavam esse mundo novo, entretanto esse movimento durou somente até 1929, com a queda da bolsa de valores (SPENCER, 1996, p. 326).

A partir daí, de acordo com Spencer (1996), todos os pejorativos foram ressuscitados para esses sujeitos homossexuais. Um exemplo disso é o artigo *Current Psychology and Psychoanalysis*, que os descreve como degenerados do bairro de *Greenwich Village*. Nesse artigo, o autor diz que antigamente o bairro era tranquilo, mas que naquele momento havia se transformado num ponto de exibição de malucos, pois ali os invertidos, membros do terceiro sexo, exibem suas tendências. Teve início, novamente, o processo de inferiorização dessa minoria. Em 1937, D. Owensby, de Atlanta, na Geórgia, iniciava sua terapia de cura através de choques, induzidos por um estimulante químico, o Metrazol, em que o médico justificava o tratamento, afirmando a preocupação com o crescimento do número de homossexuais no país.

Na década de 60 do século vinte, teve início um grande movimento dos sujeitos homossexuais nos Estados Unidos da América, pois estavam cansados de ser humilhados, tanto pela sociedade que os apagava cada vez mais, quanto pelas autoridades que os perseguiram. Os médicos ainda afirmavam que os sujeitos homossexuais sofriam de distúrbios mentais, um tipo de psicopatia e, com esse diagnóstico, os psiquiatras buscavam reverter o processo homossexual, tentando convencer os sujeitos-homossexuais a serem heterossexuais. Para realizar o tratamento era realizado um condicionamento aversivo, em que os médicos mostravam fotos de homens nus e, na sequência, aplicavam choques para fazer com que o cérebro registrasse que pensar era proibido e fazia mal. Em muitos casos, os homossexuais foram esterilizados e, às vezes, castrados, os pais, quando percebiam tal anomalia, internavam os filhos em clínicas.

Na Califórnia, havia uma clínica chamada Atexadero, conhecida por todos os homossexuais da época. Eles não queriam ser levados para esse

lugar, pois lá os homossexuais tomavam um medicamento que simulava o afogamento, um exemplo farmacológico de tortura. Se um homossexual fosse descoberto na Marinha, era dispensado, sofria uma desonra total e não conseguia trabalho em nenhum lugar. Caso fosse pego e comprovada a prática, o nome do infrator era publicado, juntamente com a idade e endereço, nos principais jornais americanos. Mais de quinhentas pessoas eram presas por ano, acusadas de crime contra os costumes, e de três a cinco mil pessoas presas por prostituição e vadiagem. Em 1969, os atos homossexuais eram considerados ilegais em todos os estados americanos, exceto em Illinois. Era um pesadelo para esses sujeitos, quando precisavam ser levados de camburão e, muito mais difícil, ainda, para aqueles que eram casados, pois acabavam sendo descobertos.

Muitos sujeitos homossexuais viviam escondidos e saíam somente para os seus redutos, lugares em que podiam se encontrar com outros sujeitos da mesma “espécie”. A máfia americana percebeu que os Gays³¹(designação utilizada desde a década de 20, desse mesmo século, para se referir a essa minoria) eram um grupo que possibilitava uma forma de ganhar dinheiro. Assim, passaram a construir bares e vender bebidas e cigarros para esse público.

O grande problema é que havia muita perseguição: os bares recebiam visitas constantes de policiais em função do consumo de bebidas alcoólicas e de drogas. Pela palavra gay ressoava, nesse momento, somente discursos e memórias negativas como “boiola, bicha, marica, esquisito, pervertido, entre outros significados”. Um bar chamado Stone Wall era um desses locais de encontros preferidos por eles, e isso motivou o grande movimento em defesa da homossexualidade americana, pois pela mobilização desses sujeitos, o sistema que os oprimia começou a desabar.

Os gays, a princípio, não tinham forças suficientes para evitar a repressão, e os conflitos foram se agravando, cada vez mais. Os policiais os perseguiram nas ruas, e muitos desses agentes da lei até se transvestiam e se infiltravam entre esses sujeitos para prendê-los. As batidas eram constantes em 1969, e os policiais cobravam propinas ou usavam de muita violência. Os

³¹ Gay – do latim tardio *gaiu*, do francês *gai* e do inglês *gay* significa “alegre – jovial”.

gays saíam somente durante a noite, por isso eram nomeados de *Twilight*³². Essa minoria já estava cansada de tudo isso, até que, em 1970, os policiais dirigiram-se até o bar Stone Wall para reprimi-los mais uma vez, contudo, nesse dia, eles decidiram enfrentá-los. O resultado foi uma grande rebelião de enfrentamento, tanto policiais quanto gays saíram machucados, mas os sujeitos homossexuais disseram não, pela primeira vez. Esse acontecimento teve grande repercussão, e os gays perceberam que seria o momento de lutar contra toda a repressão que vinha se perpetuando ao longo dos tempos, pelos discursos religiosos e da medicina. O poeta Allen Ginsberg³³ registrou isso escrevendo: “Os caras estavam lindos, tinham perdido aquele ar ferido que todas as bichas tinham dez anos atrás!” (SPENCER, 1996, p. 349).

Depois de dois dias e duas noites do ocorrido em Stone Wall, no dia 28 de junho, mais de 2000 mil pessoas saíram em passeatas pelas ruas de Nova York para protestar, foi uma história de luta por direitos humanos. Com esse movimento, eles criaram “A Parada do Orgulho Gay”. A partir desse momento histórico, iniciou um discurso de orgulho em ser homossexual, todos queriam se mostrar para a sociedade vestindo-se, diferentemente, exageravam e criavam estereótipos. A placa abaixo foi escrita pelo movimento e pregada ao lado de fora do bar Stone Wall, na qual eles pedem a paz para a comunidade The Greenwich Village Mettachine.



³² Crepú

³³Allen G

século X

movimento de contracultura e de rebeliões juvenis dos anos 1960 e 1970.

e do

u do

Fonte: documentário “A Revolta de Stone Wall”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>> acesso em jun.15.

Esse movimento de uma cultura Gay tornou-se exemplo para o mundo, muitas entidades começaram a se formar e lutar pelos direitos desses sujeitos homossexuais. Na Inglaterra, por exemplo, os sujeitos-homossexuais, imbuídos pelo discurso de revolução do movimento, ocorrido na América; pelo discurso do movimento estudantil de 68, em Paris; pelo acontecimento “a primavera de Praga”, na antiga Tcheco-Eslóvaquia e pelo movimento *Hippie* passaram a acreditar que a “velha ordem” estava ruindo e uma esperança surgia, possibilitando a apresentação deles ao mundo, sem nenhum estigma. Em 1970, segundo Spencer (1996), surge a Frente de Libertação Gay (GLF), tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, e os seus membros tinham entre 24 a 35 anos e eram artistas, professores, estudantes e sociólogos. Todos esses sujeitos passaram a falar abertamente sobre suas condições em ser gay e, como forma de legitimar a luta, passam, também, a exercer as mesmas práticas que os heterossexuais, tais como: beijar, andar de mãos dadas, expressando perante a sociedade, que era ideologicamente constituída pelos discursos vigentes até então, sua representação de amor.

Com isso, a sociedade é obrigada a conviver com essa “nova/velha” formação ideológica que tenta sobrepor-se e praticar seus direitos, enquanto cidadãos. O poder Negro de luta vigente torna-se modelo para o poder Gay. O “sair da casca”, como afirma Spencer, foi o primeiro passo para que outras instituições se engajassem no movimento. A família, colegas e amigos passaram a coadunar dessa formação ideológica. Os Gays passaram a ser capazes de encarar sua natureza e não ver nada de errado nela. Os discursos anteriores tinham causado estragos de grande proporção nos homossexuais, mas agora estavam dispostos a vencer tudo que os reprimia.

Os sujeitos homossexuais ganhavam, naquele momento, uma identidade própria, e se bares recusassem clientes Gays, eram denunciados. A Libertação Gay se une a outro grupo, “A Libertação Feminina”, dando início a

uma luta conjunta contra os discursos machistas presentes na sociedade. Em 1971, homens e mulheres organizam um Manifesto, apontando que a opressão começa com os papéis desempenhados pelos gêneros, no seio da família tradicional: macho dominante, a mulher escrava e seus filhos, forçados a moldar seu comportamento em conformidade com o dos pais. A homoafetividade é excluída desse meio, aparecendo somente como perversão doentia.

O modelo heteronormativo, pela sua subversão, legitimava, por meio de mecanismos de coerção, até mesmo os casais homoafetivos, conforme registrou Spencer (1996). Até os gays caíram na armadilha desses padrões estabelecidos por esse discurso machista, “um parceiro assume o papel de marido e outro de esposa”. Tudo isso porque os sujeitos-homossexuais não tinham outra escolha, a não ser seguir a estrutura heterossexual. A única forma de fugir desse estereótipo era ter relações clandestinas e pouco duradouras, até mesmo com estranhos. Com esses movimentos em prol de uma nova identidade para o sujeito homossexual, surgiram revistas para o público gay, jornal para lutar contra posições e discursos homofóbicos.

Os movimentos pressionavam as faculdades de medicina para retirar o homossexualismo da lista de desequilíbrios psicológicos e, em 1973, a Associação Psiquiátrica Americana retira esse termo do rol de transtornos mentais. Na década de 1970 e 1980, o sexo ganha um novo olhar e passa a ser visto pela sociedade como prazer e diversão, buscando tornar sem efeito os sentidos presentes nos discursos religiosos da época vitoriana. Nessas décadas, as práticas sexuais entre os sujeitos ganham novos espaços e saem dos quartos escuros e sem prazer. O novo discurso é de que o sexo é aquele pelo qual se precisa sentir e conhecer o corpo do outro. Manuais são escritos e muitos viram *best sellers*, há uma exploração erótica dos desejos mais íntimos.

O “amor gay” passa a ser visto como sexo natural e sadio. Nesse contexto, o sujeito-homossexual tem uma identidade, a de sujeito-homem gay. Nesse sentido, a designação gay simboliza a luta desses sujeitos para vencer o preconceito. Os sujeitos homossexuais não precisam mais de artifícios para expor sua sexualidade, não se usa mais travestismos ou qualquer outro estereótipo. Ocorre a construção do senso de integridade para o sujeito

homossexual e eles adquirem o direito de frequentar clubes, bares, restaurantes, livrarias e saunas. Contudo, todos os direitos adquiridos por esse novo grupo de gays acabou caindo em declínio no início da década de 80. Os Gays são novamente influenciados por discursos contrários a sua existência. O sujeito homossexual passa, mais uma vez, a ser vítima de preconceitos e de discursos depreciativos. Com toda a apologia a drogas e à prática de sexo com liberalidade desse período, surge a AIDS. A relação entre a combinação do consumo de drogas, poucas horas de sono e sexo promíscuo, ocasiona a destruição do sistema imunológico e o aniquilamento de muitos sujeitos por essa nova doença.

Os sujeitos-homossexuais, se antes sofriam patologias, agora se transformam na própria doença. Além de terem se tornado grupo de risco, o discurso dessa época foi de que o HIV era transmitido somente pelos gays. Esse discurso é reforçado novamente pelo discurso religioso, que ainda não tinha aceitado os sujeitos homossexuais como pessoas normais. Assim, afirmava-se que a AIDS era um castigo divino, o que também era reforçado pela mídia, que discursivisava em seus tabloides as manchetes – “Praga Gay” para se referir ao HIV. Apesar de que em Nova York e Los Angeles, nos Estados Unidos, e Londres, na Inglaterra, tiveram muitos registros de casos de heterossexuais que tinham adquirido o vírus.

A epidemia ocasionou a perda de muitas pessoas amigas da comunidade Gay, assim como muitos perderam seus pares, amantes e tiveram que aprender a conviver com a dor da perda e com o processo doloroso da doença, enquanto a morte não chegava.

O discurso da “Praga Gay” espalhou-se rapidamente pelo mundo e as pessoas evitavam contato com os sujeitos homossexuais, crianças com o vírus foram banidas das escolas. Atores e empregados gays de empresas eram demitidos e muitos afirmavam que a AIDS era o resultado de uma conduta degenerada dos sujeitos homossexuais, os quais, por isso, foram considerados bodes expiatórios, passando, assim, como em outros tempos, a ser o alvo da sociedade. No final da década de 80, segundo Spencer (1996, p. 359), “já se tinham registrado mais de 100 000 doentes de Aids nos Estados Unidos; desses, a metade havia morrido”. Contudo, percebeu-se com o tempo que não

era mais a doença gay, pois afetava cada vez mais as pessoas de regiões mais pobres da grande maioria dos países, principalmente as populações negras da África³⁴.

Com o discurso constituído na formação social, muitos bares deixaram de ser atração e a maioria dos gays acabou se isolando da sociedade, pois se sentia responsável pela existência da doença. Ainda, de acordo com Spencer (1996), a epidemia apresentou um lado positivo, fez aflorar um sentimento de solidariedade, que inspirou o heroísmo e altruísmo e reforçou a necessidade de sobreviver e de triunfar sobre a indiferença das autoridades heterossexuais. Os sobreviventes continuaram lutando para fazer prevalecer os direitos, enquanto pessoa humana de direito e conquistando aos poucos direitos em prol dessa minoria.

Em 1993, o termo homossexual, classificado no CID (Classificação Internacional de Doenças) como desvio ou transtorno sexual, foi alterado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a reclassificou, inserindo o termo no capítulo dos sintomas decorrentes de circunstâncias psicossociais. Em 1995, novamente o termo foi alterado no CID e a designação homossexualismo foi classificada como Transtorno da preferência sexual. Na sequência, essa designação acabou sendo abandonada e o sufixo “ismo” foi substituído pelo sufixo “(i)dade”³⁵, que indica o funcionamento como processo, indicativo não mais de doença e sim de uma tendência, que significa pejorativamente ou não, dependendo da filiação dos sujeitos que a mobilizam no discurso.

Dessa forma, começou-se a utilizar o termo “homossexualidade” e com essa mudança na designação, seu significado passou a não se referir mais à doença, mas a um modo de ser desses sujeitos, ocorrendo a despatologização do comportamento homossexual. No Brasil, o Conselho Federal de Medicina já havia abandonado e tornado sem efeito o art. 302 da CID em 1985, pois, em

³⁴ O fato de a AIDS ter deixado de ser uma doença dos gays pode ter contribuído para a transformação da designação ‘homossexualismo’ em ‘homossexualidade’, pois eles deixam de ser vistos como doentes ou como a própria doença.

³⁵ O uso de sufixo “-ismo” e “-idade”, podem ressoar negativamente ou positivamente dependendo do contexto de produção – Homossexualismo e Homossexualidade são registrados nos dicionários mais recentes como o Houaiss com o mesmo significado (Homossexualismo – substantivo masculino, prática de relação amorosa e/ou entre indivíduos do mesmo sexo; mesmo que homossexualidade. Obs. Por oposição a heterossexualismo) (Homossexualidade – Substantivo Feminino, condição de homossexual; homossexualismo. Obs. Por oposição a heterossexualidade). Contudo, no século XIX, pelo discurso da medicina, significou doença.

1973, a Associação Psiquiátrica Americana também, já havia retirado esse termo do rol de transtornos mentais. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia expediu a Resolução 1/1999, proibindo a patologização da homossexualidade, bem como seu tratamento pelos profissionais dessa área. Com isso, a designação homossexual passou a significar “sexualidade semelhante”, ou seja, são aquelas pessoas que têm relação sexual com pessoas do mesmo sexo.

O discurso da medicina propiciou o funcionamento das designações homossexualismo e homossexualidade, ajudando a constituir uma forma de identificação dos sujeitos homossexuais, uma identidade. Mesmo tendo propiciado essas formas de identificação, com esse discurso, essa condição continua sendo uma patologia, uma espécie pervertida. Pela pressão dessas minorias, surgiu uma nova designação - a palavra “Gay” - que representa, na ordem do simbólico, a luta desses sujeitos contra a opressão da sociedade naquele momento.

Essa minoria conquistou/perdeu espaço, mas sobreviveu a todas as formas de repressão instaurada por formações discursivas contraditórias e antagônicas pelas quais eles foram vistos, pelo processo metafórico divulgado pelos discursos médico, religioso e jurídico, como a representação das catástrofes ocorridas na formação social. Portanto, com esses discursos, as designações foram produzindo suas inscrições sócio-históricas e culturais.

No século XXI, os sujeitos homossexuais passam a ser sujeitos de direito, conforme preconiza a designação homoafetiva, podendo ser vistos e permanecer na ordem discursiva e na formação social.

2.4 A homoafetividade

O amor, seu nome e os seus Direitos

Arthur e Fernando conheceram-se na cafeteria do campus da universidade na qual estudavam. Os dois resolveram se conhecer melhor e depois de muitos encontros descobriram que foram feitos um para outro. Começaram a namorar e passando alguns meses foram morar juntos. Formavam um casal feliz até Fernando perder o emprego. Com esse

problema, Arthur e Fernando entraram com ação para reconhecimento de união estável entre eles e com o pedido de inserção do companheiro, como dependente no plano de saúde. O juiz alegou que casais homossexuais não podem ser classificados como entidades familiares porque tanto a união estável quanto o casamento civil pressupõem a diversidade de sexo. Mesmo entrando com ação em órgãos superiores, o juiz retificou a sentença anterior. Além desse fato, Fernando sofreu grave acidente, ficando sem movimento por longo período de tempo em um hospital e, mais uma vez, a justiça não estava do lado deles. Arthur solicitou afastamento para cuidar de Fernando, a resposta foi negativa. Também não conseguiu permanecer no hospital porque não era membro da família. Fernando esteve no hospital entre a vida e a morte. Os seus pais já haviam avisado Arthur que caso o Fernando viesse a falecer, eles queriam o apartamento que estava no nome de Fernando. Durante a estadia no hospital, Fernando recebeu herança de seu avô, porém Arthur também não pode administrar porque não era reconhecido como cônjuge. Depois de muito tempo, Fernando se recuperou e uma de suas amigas não poderia cuidar do filho dela e pediu para que eles ficassem com a criança. Contudo, novamente, a legislação não os deixou ficar com a criança, Arthur teve que adotá-lo sozinho e Fernando não teve nenhum poder pátrio sobre o garoto.

A falta de proteção jurídica os deixou em uma situação particularmente frágil. Em 2003, ambos não tiveram acesso a uma série de garantias necessárias à vida matrimonial, apesar de o preceito Constitucional estabelecer tratamento igualitário entre todos os cidadãos, essa isonomia é apenas uma promessa não cumprida para Arthur e Fernando.³⁶

MOREIRA, Adilson José

Essa síntese fundamenta-se em uma história real e representa a realidade de muitos casais homoafetivos que durante muito tempo não tiveram nenhum reconhecimento legal de seus anseios como cidadãos e como membros de família até meados do ano dez do século XXI. A própria designação para se referir aos casais homossexuais era carregada de preconceito e de negatividade. A lei que prevê justiça e a igualdade para todos em sociedade, também corrobora para a segregação dessa minoria. Durante muito tempo ela foi alimentada por um discurso religioso, depois por um discurso médico, e por ambos, dessa forma, apenas condenava e não aplicava nenhum tipo de proteção.

³⁶ Síntese de um relato presente na obra *União Homoafetiva: a construção da igualdade na jurisprudência brasileira*, de Adilson José Moreira.

As designações anteriores - Homossexualismo/homossexualidade - , apesar de dar existência aos sujeitos homossexuais, não apagavam toda a história de discriminação registrada e vivenciada por essa minoria na formação social. Era preciso muito mais para conseguir legitimar a existência real desses sujeitos. O psiquiatra brasileiro Jurandir da Costa, na tentativa de amenizar o preconceito, criou a palavra “homoerotismo”. Nessa mesma linha, o jurista Enézio de Deus Silva Júnior cunhou “homoessência”, mas hoje o termo mais empregado é a designação homoafetividade, criado pela jurista Maria Berenice Dias, no ano de 2000, em sua obra – União Homoafetiva: o preconceito e a justiça.

Essa designação, segundo Enézio de Deus Silva Junior (2011 p. 80), vai muito mais além, pois reporta a “vínculos entre pessoas homossexuais que bem mais do que sexuais no sentido genital, encontram no amor a sua razão de se desenvolverem e existirem na sociedade, apesar de todo o preconceito”. Apesar de a Jurista Maria Berenice cunhar essa nova designação em 2000, ela vai aparecer somente no Ato deliberativo nº27/2009 - STF, do reconhecimento do companheiro (a) de união homoafetiva, na Resolução 33.131-7/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que reconhece como dependentes os companheiros (a) de união homoafetiva e com maior representatividade no projeto de Lei do Senado nº 612/2011, no qual altera os artigos 1.723 e 1.726 do Código Civil de 2002, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Com essa nova designação, relação homoafetiva, no discurso em torno de uniões de pessoas do mesmo sexo, designadas pela palavra homoafetivo, há uma tentativa de retirada da negatividade da palavra, realizada pelos discursos religiosos/jurídicos e médicos, passando posteriormente também a funcionar como dispositivo legal. Conforme destaca Dias (2014, p. 12), “a razão de cunhar o neologismo foi retirar o peso do preconceito que sempre marcou a natureza sexual do relacionamento, sem atentar à sua origem afetiva, que em nada se diferencia das demais entidades familiares”. O que realmente une os pares é o afeto entre esses sujeitos, “melhor do que falar em homossexualidade e heterossexualidade, é utilizar as palavras heteroafetividade e homoafetividade”.

A relação da linguagem com essa nova designação como relação homoafetiva passa a funcionar como politicamente correta, tendo em vista que o discurso jurídico cria efeitos de normatização e constitui evidências de que a relação entre pessoas do mesmo sexo encontra-se legalizada. Nessa conjuntura, a palavra funciona como autoritária e, torna-se, incontestavelmente, prescritiva, porque pretende igualar a todos perante a lei. Dessa forma, a nova designação impõe-se como obrigação na origem do dizer.

A ciência do Direito tenta construir um apagamento das negatividades impostas anteriormente à palavra ao propor uma nova designação para essa relação entre pessoas do mesmo sexo e lança um novo contrato social, baseado em uma Lei maior – A Constituição Federal. Esse documento, em seu artigo quinto estabelece que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Homens e mulheres serão tratados pela Constituição de forma igualitária, não havendo distinção entre os sexos.

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Ninguém está autorizado a obrigar ninguém a não ser determinado por lei.

Como se pode constatar, a lei preconiza uma condição de igualdade de todos os sujeitos e impõe o norte para as relações jurídicas. Dessa forma, as minorias tornam-se também sujeitos de direito e querem garantia de serem respeitadas como tal. Entretanto, essa isonomia desses sujeitos é constantemente deflagrada por outras formações discursivas que tentam não reconhecê-las como sujeitos de direito.

A trajetória desse reconhecimento é longa e nebulosa, pois muitos juristas ainda não conseguiram estabelecer critérios somente baseados na pessoa de direito. A repressão sexual, conforme apontou Michel Foucault (2014abc), ocorre por meio de muitas interdições, permissões, normas, valores e regras estabelecidas histórica e culturalmente. Em pleno século XXI, ainda se fazem presentes ideologias contrárias à igualdade de gênero e muitos sexistas ainda rotulam o comportamento como anormal. Os sujeitos homoafetivos não

se encaixam no padrão heteronormativo estabelecido. Conforme sinaliza Dias (2014, p. 35), a discussão é invariavelmente fulcrada na moralidade, imoralidade ou anormalidade, sem buscar a identificação de suas origens: se orgânicas, sociais ou comportamentais.

As instituições sociais, por meio dos valores dominantes em cada momento sócio-histórico e cultural, valem-se de sistemas e de dispositivos de exclusão e, por meio de práticas coercitivas, buscam disciplinar e normatizar as formações sociais por meio de regras, conforme mostrada por Michel Foucault (2014abc), que representam, no discurso, o funcionamento do imaginário e da ideologia em torno de sujeitos e de práticas. Desse modo, tentam impor como única regra, formações discursivas específicas de grupos homogêneos, desvalorizando o diferente.

O casamento e a homoafetividade eram vistos como opostos, pois o discurso herdado do século XIX é o de que o homossexual interessa-se somente pelo sexo e isso leva à promiscuidade ou ao desenvolvimento de práticas de pedofilia. O homossexual sempre foi visto como uma ameaça à procriação. Entretanto, depois de muito tempo de luta, pela lei vem sendo estabelecida a possibilidade dessa relação legitimar-se por estar acompanhada de transformações sociais evidentes.

A lei, conforme sinaliza Pêcheux (2009, p. 145), “produz o sujeito sob a forma do sujeito do direito”. Desse modo, a designação homoafetividade, criada com base no discurso jurídico, passa a ter seu caráter também representativo como a palavra adequada para se referir às novas configurações e relações entre pessoas do mesmo sexo. Assim, as designações para se referir à união entre pessoas do mesmo sexo foram adentrando a temporalidade presente, constituindo diversas possibilidades discursivas, tecendo a história, significando e ressignificando pela linguagem e sua historicidade os sujeitos e as formações sociais.

Dentro do discurso jurídico, a designação homoafetividade somente se tornou possível a partir das lutas dessas minorias. Foram muitas as conquistas desses sujeitos dentro da legislação, conforme percurso descrito a seguir:

Em 22 de março de 1999, foi sancionada a resolução 1/1999, do Conselho Federal de Psicologia, estabelecendo as normas de atuação para os

psicólogos em todo o país, com vistas a não considerar o homossexualismo uma doença. No corpo da resolução estava descrito que “a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”; “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”; “há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio culturalmente”; “a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”.

Assim, resolve em Art.3º que os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

A própria designação no corpo da resolução aponta que esses sujeitos têm uma identidade e sua relação é homoerótica, designação também cunhada para se referir às relações de pederastia na época Clássica.

O Ato Deliberativo em 27 de junho de 2009 dispõe sobre o reconhecimento de companheiro ou companheira de união homoafetiva estável como beneficiário (a) do Plano de Assistência à Saúde e Benefícios sociais do Supremo Tribunal Federal.

A resolução 33.131-7/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em seu Artigo 29 estabelece que “podem integrar o quadro de beneficiários do Plames, na qualidade de Dependentes de Titulares Assistidos e Equiparados, as seguintes pessoas: I- um cônjuge ou um (a) companheiro (a) – união estável homo e heteroafetiva”.

A Instrução Normativa nº 126, de 17 de agosto de 2011, que dispõe sobre os procedimentos para reconhecimento da união estável no âmbito do Supremo Tribunal Federal, estabelece em seu Artigo primeiro que “o reconhecimento e o registro de união estável, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, passam a ser regulamentados por esta Instrução Normativa. No artigo segundo, para fins desta Instrução Normativa, considera-se como entidade familiar a convivência contínua, pública e duradoura entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos.

O Projeto de Lei do Senado Nº 612, de 2011, altera os Arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. “O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Os Arts. 1.723 e 1.726 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1.723: É reconhecida, como entidade familiar, a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. “Art. 1.726: A união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração.”

Parágrafo único – Os efeitos da conversão se produzem a partir da data do registro do casamento.

Todos esses documentos normativos utilizam a designação união homoafetiva, considerando o politicamente correto a partir desse próprio discurso jurídico, de forma a manter a coerência normativa. As conquistas alcançadas por essa minoria somente ocorreram após a transformação e o reconhecimento da união entre esses sujeitos de mesmo sexo como entidade familiar. Contudo, no capítulo seguinte, verificaremos se o “politicamente correto” se fez presente nos discursos construídos pela mídia. Além disso, procuraremos investigar quais os possíveis sentidos estabelecidos nas materialidades discursivas desse período sobre a relação homoafetiva.

CAPÍTULO 3

HOMOAFETIVADE: O PERCURSO ENTRE OS DISCURSOS INSTITUCIONAIS E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS

“O instrumento de transformação da prática política é o discurso, como sistema articulado que remete à prática social complexa – seja ela sob forma de mito ou de sistema – compreende-se finalmente que a prática política tem por função transformar as relações sociais, reformulando a demanda social [...]” (HERBERT, 2012a, p. 35)

De acordo com as filiações em redes de memória, ao formular determinados discursos, diversos sentidos são possíveis. Assim, as materialidades discursivas selecionadas para análises são as formulações publicadas em jornais *online* e disseminadas na *web* por meio das redes sociais.

As análises evocam o real da história, verificando como a palavra que designa a relação entre pessoas do mesmo sexo – a homoafetividade - é discursivizada e segue seu curso/discurso³⁷ na/pela mídia.

Desse modo, retomamos o objetivo geral de mostrar que as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo, colocando em suspenso os efeitos de sentidos dessas modificações no discurso em torno de casais homoafetivos, veiculados na/pela mídia jornalística.

Nessa prática discursiva, proliferam pluralidades de sentidos que ecoam e provocam funcionamentos imaginários *sobre* a relação homoafetiva. Embora a mídia jornalística caminhe para a homogeneização do discurso *sobre* os sujeitos, ela também instaura a contradição, a repetição e a luta de classes entre os sujeitos homoafetivos e aqueles que não pertencem a esse grupo de

³⁷ Curso/discurso – conforme compreendemos a partir de Venturini (2014), referimos à memória e aos discursos que significam o discurso *sobre a união homoafetiva* como um processo, ainda, em construção, que aponta a resistência e a transformação, considerando que essa discussão encontra-se em aberto na sociedade.

sujeitos, principalmente na sociedade capitalista pelas memórias e domínios que convoca e faz trabalhar, tal como refere Pêcheux (2012a).

A mídia, assim como outras instituições funcionaram/funcionam no passado/presente como dispositivos de poder que manipulam e constituem procedimentos, que na passagem para o discursivo subjetivam os sujeitos, instituindo/criando/propalando saberes e ideologias, por meio das escolhas lexicais ou discursos constituídos por enunciado-imagem³⁸. Nesse sentido, trazemos, neste terceiro capítulo, as materialidades recortadas por meio de possíveis gestos de interpretação *sobre* os discursos que circularam e geraram certos desconfortos na formação social, no que concerne à relação homoafetiva.

Dividimos o capítulo em duas partes, na primeira, recortamos materialidades que, de acordo com a teoria Pecheutiana, as classificamos como Acontecimento Discursivo, pois, além dessas materialidades convocarem outros enunciados sobre a relação homoafetiva, instauram tensões e desestabilizações nos discursos dentro das FD's provocando, muitas vezes, novas séries discursivas ou não. Na segunda parte, trazemos para análise recortes midiáticos que instauram a contradição e a repetição na ordem do simbólico, misturando o verbal e o não verbal como objeto de análise.

3.1 Acontecimentos Discursivos:

O recorte I tem como materialidade um texto jornalístico, reportagem que aborda sobre “Casal gay em casamento coletivo no interior do RS gera polêmica”. Essa cerimônia inédita seria celebrada em Centro de Tradições Gaúchas, o que designamos, a partir de Pêcheux (2012a), de acontecimento discursivo, pois se trata do encontro de uma memória e de uma atualidade, instaurando o que Achard (1999) refere como uma “nova rede de sentidos”, uma nova série. Segundo esse autor, “a memória suposta pelo discurso é

³⁸ Enunciado-imagem, conforme destaca Orlandi (2004), é o encontro do verbal e do não verbal no qual ambos se constituem como evento discursivo, um funcionando na dependência do outro. A imagem sem o verbal perde o significado porque o linguístico funciona como marca do sujeito.

sempre reconstituída na enunciação” (2012a, p.17), dessa forma, todo discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada, e a enunciação é assumida como operações que vão regulamentar a circulação do discurso. Sobre isso, Pêcheux (1999, p. 50) afirma que “a memória seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler”, porque ela vai “restabelecer os implícitos (quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

A enunciação presente no recorte não só traz essa memória da instituição CTG, mas um acontecimento novo que a atualiza – o casamento homoafetivo dentro de um Centro de Tradições Gaúchas. Esse acontecimento perturba e rompe com os sentidos antes formulados (memória), instaurando a repetição ou novas regularizações e deslocamentos, instituindo uma tensão entre o contexto histórico-social e cultural entre os sujeitos envolvidos.

Recorte I

Casal gay em casamento coletivo no interior do RS gera polêmica Cerimônia inédita será celebrada em Centro de Tradições Gaúchas

POR FLÁVIO ILHA / CORRESPONDENTE 26/07/2014 6:00 / ATUALIZADO 26/07/2014 9:45

PORTO ALEGRE - Graças à persistência da juíza Carine Labres, o Rio Grande do Sul terá seu primeiro casamento gay na sede de um CTG — sigla de Centro de Tradições Gaúchas, o equivalente a um santuário para o movimento tradicionalista no estado. Mas o evento, marcado para setembro, precisará de um reforço na segurança por conta da indignação dos tradicionalistas, que não aceitam que a cerimônia se realize num templo do gauchismo.

O evento vai reunir 30 casais, um dos quais formado por duas mulheres, no segundo matrimônio coletivo de Santana do Livramento, a 492 quilômetros de Porto Alegre. A união vai ser sacramentada na sede do CTG Sentinelas do Planalto na tarde de 13 de setembro, justamente quando se iniciam as comemorações da semana farroupilha.

A pressão dos tradicionalistas, porém, foi tamanha que o casório esteve ameaçado de reunir apenas parceiros heterossexuais. Dos quatro casais gays que mostraram interesse em participar do ato, três desistiram com medo das consequências que a cerimônia poderia provocar em suas vidas pessoais.

O presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Manoelito Savaris, não quis se pronunciar sobre o assunto por entender que se trata de “falsa polêmica” para desmoralizar a valorização dos costumes gauchescos. Mas deixou claro seu descontentamento em um editorial publicado na página do movimento. “Para casamentos no interior dos galpões (dos CTGs), desde que sejam entre tradicionalistas e que as cerimônias ocorram no modo tradicional, sejam elas civis ou religiosas, não há qualquer restrição”. Para ele, o conceito de moderno tem privilegiado o que é “anárquico, alternativo, bizarro”.

Segundo a juíza Labres, a utilização de um CTG para o casamento coletivo foi pensada como forma de homenagear as tradições gauchescas, comemoradas na terceira semana de setembro em todo o Estado, e como “uma mensagem de tolerância”.

— Não se trata de provocação, pelo contrário. A presença de casais homoafetivos nesses eventos deve ser encarada com naturalidade, já que se trata de uma união respaldada por lei federal. A família deve ter por base o afeto e não apenas o gênero dos parceiros — justificou a juíza, que oficiou a Procuradoria Criminal de Santana do Livramento para que garanta a integridade do casal homoafetivo inscrito na

cerimônia coletiva. Ela pedirá reforço à Brigada Militar no dia do casamento.
 O “patrão” do CTG Sentinelas do Planalto, Gilbert Saldívia Gisler, concordou com a cerimônia, mas fez uma advertência a todos os casais:
 — Beijo aqui dentro, não mesmo. Se quiserem se beijar, tem que ser da porta pra fora.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/casal-gay-em-casamento-coletivo-no-interior-do-rs-gera-polemica-13387723>> acesso em: 26 jul. 2014.

A materialidade em torno do casamento gay, num CTG, instaura redes parafrásticas porque vai tecendo o discurso, definindo o que é lugar, detalhando o seu funcionamento, as suas normas e o que pode ou não acontecer nesse espaço, que entendemos como discursivo. Nosso primeiro gesto de leitura deu-se pela decisão de significá-lo como um acontecimento discursivo, o que significa dizer que ele faz sentido a partir de memórias e de discursos outros pelos quais se engendra e toma corporalidade.

As palavras tradição, tradicionalistas, juntamente com gaúcho, convocam domínios de memórias que normatizam o CTG e o significam como santuário, isso é relacionado ao sagrado. O casamento homoafetivo, conforme referendado, no segundo capítulo, refere à relação entre pessoas do mesmo sexo, passando ao longo dos tempos por transformações, sendo designado diferentemente. Vale destacar que essas designações não são aleatórias, pois mobilizam outros discursos e memórias que as fazem significar.

As análises empreendidas sinalizam que a palavra Gay, como referência a casamento de pessoas do mesmo sexo faz retornar discursos de ordens distintas, significando a partir de sujeitos e da inscrição deles em formações discursivas heterogêneas. O presidente do CTG (patrão) e o representante do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), a juíza de direito e os demais sujeitos, incluindo os casais homoafetivos, significam diferentemente esse acontecimento devido a suas filiações e inscrições em FD's.

O acontecimento – casamento gay - rompe com a linearidade do discurso, pois, de acordo com as normas vigentes, em Centros de Tradições, especialmente, gaúchos, essa prática, mesmo que escape ao que as formações sociais aceitam, não tem lugar. Por isso, casamentos entre sujeitos do mesmo sexo, instauraram o novo e viraram acontecimento, tendo em vista que rompem com a ordem estabelecida, com a memória e com a história.

SD³⁹ 1 – “Casal gay em casamento coletivo no interior do RS gera polêmica”

A SD1, recortada do texto veiculado pelo Jornal O Globo, dá visibilidade, na manchete, à categorização “Casal Gay” e não a designação “Casal homoafetivo”, conforme nomenclatura tida como politicamente correta e constituída juridicamente na/pela Lei. Trata-se de um gesto interpretativo e de um posicionamento daquele que se identifica ou não em relação ao acontecimento. Desse modo, o sujeito responsável por esse dizer, ao empregar uma designação e não outra significa o acontecimento e a ele mesmo. Isso ocorre pela interpelação ideológica e pelo atravessamento do inconsciente, referendando o que dizem Orlandi (2012b) e Pêcheux (2009) em torno dos discursos e dos sujeitos, quando destacam que o sujeito não tem domínio total do dizer, tendo em vista a língua que falta e falha.

Pela designação “gay”, significa e ressoa a luta dessa minoria, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, principalmente em *Stone Wall* (Bar em Nova York), quando os sujeitos homossexuais disseram não pela primeira vez e lutaram contra a repressão do Estado, pela criação do movimento “Parada do Orgulho Gay”. Esse movimento transformou, em certa medida, o comportamento desses sujeitos, pois eles conquistaram um outro lugar na formação social, que passou a vê-los de outra forma. Isso porque eles se tornaram visíveis, significando-se como sujeitos marcados pela resistência, pela não aceitação de estereótipos imputados a eles.

Contudo, essa designação Gay, apesar de ser bem aceita pela comunidade homoafetiva, em alguns países pela positividade construída em torno desse movimento, e de fazer parte da sigla LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexuais - grupo de lutas dos direitos homossexuais), não constitui unanimidade. Por ela/nela ressoam também discursos e memórias preconceituosas constituídas pela formação social antes e depois do movimento gay. A designação união homoafetiva, se empregada, sinalizaria para um funcionamento social isento de julgamentos, visto que se está representando o sujeito de direito, efeito que se deve ao lugar e posição do sujeito que a cunhou e fez circular.

³⁹ Sequência Discursiva.

Outro efeito de sentido, que pode ter relação com a veiculação do próprio texto pela mídia, conecta-se à designação gay. Provavelmente, ela chama mais a atenção dos leitores do que a designação considerada politicamente correta, uma vez que tem circulado com mais frequência na formação social brasileira como um todo. Contudo, por essa escolha ressoam memórias e discursos historicamente marcados pelo estereótipo e pelo imaginário que se tem do homossexual como uma condição social negativa, tendo em vista que os gêneros definem-se a partir do masculino e do feminino e apagam a relação homoafetiva, significada como contravenção.

Vale destacar que, pela designação “gay”, ressoam memórias e discursos referentes a comportamentos e práticas não adequadas aos padrões esperados pela sociedade. Ela escapa àquilo que é esperado por não ser legitimada pelo juridicamente estabelecido ou por algumas religiões e instauram tais efeitos, pois significam “o invertido, o diferente, o alegre, a aberração, o bicha, o veado, o mariquinha, o anormal, o pervertido”, entre outros efeitos de sentidos, que encaminham para a desqualificação do sujeito.

Por essa designação ressoa também a memória e os discursos pelos quais os sujeitos homossexuais foram reconhecidos e significados como “praga gay”, na década de 1980, nos Estados Unidos, Inglaterra e outros países da Europa e América Latina. Os sujeitos que formavam casais homoafetivos eram estigmatizados e rechaçados pela grande maioria da sociedade como responsáveis pela disseminação da AIDS (Doença que dizimou muitas pessoas, principalmente aquelas de regiões mais pobres do globo).

Na manchete, há destaque para o substantivo “polêmica” e a expressão adverbial de lugar - interior do RS – pelo que ressoa o discurso em torno da oposição normalidade x anormalidade. No interior do Rio Grande do Sul, a maioria dos sujeitos se significa pelo tradicionalismo, pelo qual ressoam as relações heterossexuais, portanto a realização desse casamento não seria normal, porque foge aos padrões da formação social gaúcha. Não é por acaso que o Rio Grande do Sul, enquanto espaço em que o casamento “gay” se realizaria, no CTG, foi amplamente divulgado e destacado.

Trata-se de um Estado que tem uma forte característica de culto às tradições, no qual o machismo é uma prática que ressoa como memória,

sinalizando para um lugar bem marcado, para a separação entre masculino e feminino. Nesse Estado, o casamento é o tradicional e o CTG é o espaço social em que a separação entre sexos é praticada e naturalizada. Nesse lugar, mulheres são designadas de prendas e só podem dançar com homens, vestidos a caráter, sendo que a vestimenta masculina principal é a bombacha e das mulheres, o vestido de prenda.

O casamento “gay” a ser realizado em um CTG, no Rio Grande do Sul, constitui-se como um acontecimento discursivo, pois há uma desestabilidade na memória que organiza o lugar CTG – Centro de Tradições Gaúchas na ordem do simbólico. A proposição do casamento gay, nesse espaço, desencadeia distintos efeitos de sentidos, tendo em vista os pré-construídos que ressoam e perturbam as filiações históricas e estruturam o discurso, rompendo com a formação discursiva de tradição gaúcha. Esse rompimento, conforme explicita Pêcheux (2009, p.151), “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ seu sentido sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”.

O CTG, além de representar imaginariamente a cultura tradicional gaúcha com suas danças, é “equivalente a um santuário para o movimento tradicionalista no Estado”. Essas evidências se constituem pelas definições do CTG como um “templo do gauchismo”, santuário, entre outras. Por conseguinte, funciona o imaginário legitimado por essa tradição, de que para frequentar esse espaço o sujeito deve ser homem “macho”, gaúcho. Considerando isso, a realização da cerimônia, neste lugar, constituído por esses discursos, inaugura uma nova forma de pensar esse sujeito homem gaúcho, no interior dessa formação discursiva gaúcha.

Nos discursos em circulação no editorial, há duas filiações discursivas em choque: a formação discursiva constituída pelo jurídico e a formação discursiva do CTG. A primeira tem no centro o sujeito-mulher Carine Labres, na posição sujeito de Juíza, que tenta legitimar as garantias civis presentes na Lei para o casal homoafetivo, conforme a sequência discursiva que analisamos abaixo. A segunda constitui-se pelos que se filiam ao CTG, enquanto formação discursiva marcada pelo tradicional, na qual o casal é formado por homem e por mulher. Desse modo, tudo que escapa a essa prática é significado como

anormal, porque rompe com a norma identificadora, tratada por Pêcheux (2009). Entendemos que no CTG acontece a definição do que constitui o gaúcho está sempre presente, assim como está determinando o funcionamento e as regras no CTG e o que significa um casamento tradicional e casamento entre sujeitos do mesmo sexo.

SD2 - “Para casamentos no interior dos galpões (dos CTGs), desde que sejam entre tradicionalistas e que as cerimônias ocorram no modo tradicional, sejam elas civis ou religiosas, não há qualquer restrição”. Para ele, o conceito de moderno tem privilegiado o que é “anárquico, alternativo, bizarro”.

Na SD 2, a formação discursiva a que o sujeito se filia é o do centro de tradições, representado naquele espaço pelo sujeito-homem Manoelito Savaris, na posição- sujeito de presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), conforme informações do texto. Esse sujeito, ao que tudo indica, se contraidentifica com a FD do jurídico, distanciando-se dela e assumindo uma posição mais crítica, de resistência em relação ao estabelecido nesse âmbito.

Na FD do jurídico, a partir da Constituição de 1988, o casamento tem como centro a afetividade. No entanto, conforme Indursky (2008), o sujeito permanece na FD, não se desfiliando, como ocorre quando o sujeito assume a filiação em outra FD, pela desidentificação.

O presidente do MTG – Savaris - é o sujeito porta-voz⁴⁰ do Movimento Tradicionalista Gaúcho e fala em nome de seus associados pela posição que ocupa. O seu funcionamento é contraditório porque não coincide, necessariamente, com o seu posicionamento como indivíduo. Ele é interpelado pela ideologia vigente, pelos estatutos da instituição que representa. Assim, se vê impelido a cumprir a lei e a assumir um posicionamento jurídico, mesmo porque não teria como romper com uma lei federal e nem caberia à lei estabelecer julgamentos. A naturalidade de que fala decorre, então, desse lugar e não de seus posicionamentos particulares. Se falasse em seu nome,

⁴⁰ O sujeito porta-voz é definido por Pêcheux (1990, p. 17) “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o olhar [...] que o coloca em posição de negociador potencial, no entro visível de um “nós” em formação [...]. Ele circula, de acordo com Venturini (2009, p. 95). “[...] entre três posições: a do profeta, a de dirigente e do homem de Estado, constituindo-se como agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo existente e a possibilidade de ‘um outro mundo’”.

talvez mudasse seus posicionamentos. Trata-se de um posicionamento determinado pelo lugar que ele ocupa, conforme preconiza Pêcheux (2009), o que o sujeito pode/deve fazer decorre de suas filiações e posições. Juridicamente, ser presidente do CTG permite que o sujeito assuma algumas posições e não outras.

Desse modo, há legitimidade para casamentos em CTG, mas há restrições e essas estão expressas pelo conector “desde que” que estabelece as condições, nesse caso, que seja “entre tradicionalistas”, “as cerimônias ocorram de modo tradicional”. Sendo assim “não há qualquer restrição”. A coerção ocorre na linearidade da materialidade pelo conceito do que seja ‘moderno’, quando o sujeito, que ocupa duas funções: de enunciador e de sujeito que resiste refere a “anárquico, alternativo, bizarro”. Para ele, portanto, o casamento Gay, no espaço do CTG, poderia ser assim definido, como inadmissível.

SD3 – “A presença de casais homoafetivos nesses eventos deve ser encarada com naturalidade, já que se trata de uma união respaldada por lei federal. A família deve ter por base o afeto e não apenas o gênero dos parceiros”.

Na SD3, há uma reafirmação da legitimidade do casamento homoafetivo pelo jurídico, ressoando a constituição de 1988, quando refere que as uniões devem pautar-se no afeto entre sujeitos, não definindo ou distinguindo o sexo ou gênero. Por ela ressoa que o casamento entre pessoas do mesmo sexo somente deve ser compreendido como “natural”, aceitável socialmente, sentenciando que “deve ser encarado com naturalidade, já que se trata de uma união respaldada por lei federal”. Contudo, ao afirmar “respaldada por lei federal”, pois a união somente acontece pela força da Lei e não como própria das relações humanas, ou seja, instaura também a contradição presente nessa formação discursiva jurídica.

Mesmo assim, o discurso sinaliza que as relações entre os sujeitos são anteriores a qualquer lei e, também, que as manifestações do corpo em relação à sexualidade do sujeito extrapolam qualquer estereótipo, decorrente de

configurações tradicionais, impostas por discursos hegemônicos e de determinações advindas de crenças religiosas, que veem como legítimo somente o casamento entre o sujeito-homem e o sujeito-mulher e que vem se repetindo, consolidando a memória discursiva em torno do casamento.

Diante disso, o que se tem são efeitos de contradição, pois a formação discursiva do casamento é heterogênea porque nele funcionam duas posições-sujeito: a da juíza e a do Patrão do CTG. A primeira entende o casamento entre sujeitos do mesmo sexo como legítimo porque a lei permite. Mas esse posicionamento não traduz, necessariamente, o posicionamento pessoal da juíza, pois ela ocupa a posição de sujeito porta-voz, falando em nome da Lei. A segunda posição-sujeito – a do patrão do CTG – destaca que nesse espaço só pode realizar-se o casamento apenas de forma “tradicional” entre homem e mulher e, ainda, caso por força da lei a cerimônia realmente aconteça, seria somente nesses moldes seguido pela tradição.

Nessa SD, o funcionamento do sujeito porta-voz, nessa materialidade é bastante peculiar, pois quem ‘fala’, o faz em nome de, enquanto representante jurídico. Não há posicionamentos ou julgamentos que identifiquem sujeitos que ocupam o lugar de locutor. O dizer ancora-se em discursos e memórias que vêm de outros lugares, no caso do Patrão do CTG, das tradições e do discurso religioso e da juíza, a Constituição de 1988, que foi a gênese das discussões de casamento entre sujeitos do mesmo sexo.

Não há como deixar de destacar que ressoam, ainda, discursos da história, da Filosofia, do Religioso, da Medicina, conforme trabalhado, no Capítulo 2. Com isso, sinalizam que essas relações sempre existiram, mas sempre em dadas condições, legitimando o posicionamento dos analistas de discurso de compreender os discursos a partir de suas condições de produção, importando, por isso, quem fala, de onde fala, a quem fala e as razões do seu falar.

SD4 -“Para casamentos no interior dos galpões (dos CTGs), desde que sejam entre tradicionalistas e que as cerimônias ocorram no modo tradicional, sejam elas civis ou religiosas, não há qualquer restrição”.

Nessa SD4, a posição-sujeito em destaque é do presidente do MTG, para ele, o conceito de moderno tem privilegiado o que é “anárquico, alternativo, bizarro”. Ela ressoa e funciona o pré-construído de que o casamento precisa ser realizado de forma tradicional. Esse discurso configura-se na fala do presidente do Movimento de Tradições Gaúchas que, pela sua posição-sujeito histórica (tradicionalista), identifica-se com a formação discursiva religiosa de uma “cerimônia tradicional”.

Na grande maioria das religiões e, principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul, vem repetindo a prática de que a cerimônia religiosa/civil precisa ser preservada e continuar acontecendo somente entre o sujeito-homem e o sujeito-mulher. Isso porque essa prática é considerada “normal” e “correta”, devendo ser respeitada dentro dessa Instituição (CTG), a qual preza por tudo isso. A memória discursiva em torno do casamento, portanto, mantém-se.

Para o presidente do MTG, o conceito de moderno tem privilegiado o que é “anárquico, alternativo, bizarro”. Ressoam, por essa definição acontecimentos em torno da resistência, seja dos homossexuais pela “Parada Gay”, que buscou inicialmente chocar e surpreender a sociedade, seja pelas postagens nas redes sociais, em que esses sujeitos assumem a sua posição, dando visibilidade a ela como uma prática revolucionária desde *Stone Wall*. O discurso que sustenta a resistência rechaça a simples aceitação, mantendo que o casamento e a livre manifestação do amor entre sujeitos do mesmo sexo em todos os lugares não deveria nem estar sendo discutindo, porque se está é porque não é aceito como direito. Se fosse compreendido e significado como natural não haveria necessidade de polemizar. Funciona aí, mais uma vez, a contradição e o antagonismo. Contradição porque na mesma FD há diferentes posições e o antagonismo em relação ao social.

Na sequência discursiva, a filiação do sujeito, que é presidente do CTG e a posição do jornal(mídia), ao eleger a designação casamento “Gay” e não casamento homoafetivo, fica patente, pelas memórias que ressoam pelo contexto sócio-histórico dessa designação. Além do mais, caso o CTG permitisse a realização do casamento homoafetivo dentro desse lugar, a tomada de posição pelo sujeito que representa juridicamente esse centro,

estaria reforçando, ainda mais, outro pré-construído em circulação e que desconstrói o imaginário em torno do gaúcho, opondo macho a gay, não dizendo e ao mesmo tempo dizendo, que a grande maioria dos gaúchos é “bichas/gays e enrustidos”.

Esse efeito é reforçado pela SD5, do “patrão” do CTG Sentinelas do Planalto, Gilbert Saldívia Gisler, que, mesmo concordando com a cerimônia, adverte:

SD5: “Beijo aqui dentro, não mesmo. Se quiserem se beijar, tem que ser da porta pra fora”.

O beijo dentro da cerimônia do casamento é o símbolo do amor entre o sujeito homem e o sujeito mulher. Pela SD5 ressoa como se o beijo não pudesse ser realizado por sujeitos que tenham outro gênero, porque isso rompe com o que é significado como “normal”, “tradicional”. Nesse sentido, o casamento homoafetivo não pode ser realizado nesse espaço e nem seguir o mesmo ritual sagrado, de acordo com o padrão. Se assim fosse, instauraria o efeito de profanação do CTG e de toda a tradição de casamento, instituído e sustentado pela memória discursiva que ressoa no discurso das religiões.

Nesse funcionamento, templo e CTG inscrevem-se na FD do sagrado e por eles ressoam memórias em torno de: respeito, dogmas, tradição, mito. O CTG, assim como o templo (Igreja) é uma instituição e funciona como um lugar de memória em relação aos costumes e à tradição. Não só do Rio Grande do Sul, mas das tradições humanas em relação à cerimônia do casamento. Dessa forma, o ritual “tradicional do casamento” foi autorizado por Gilbert Saldívia Gisler, mas o comportamento afetivo normal dos sujeitos não foi aceito ou concedido pelo “patrão”, sujeito porta-voz desse Centro de tradições.

Recorte II:

Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra



<http://img.s-msn.com/tenant/amp/entityid/BBjkIYC.img?h=312&w=728&m=6&q=60&o=f&l=f>

O estado do Nebraska, nos Estados Unidos, registrou um acontecimento inusitado. Conforme informa o site NBD News, uma mulher americana entrou com uma ação judicial na terça-feira (5) contra todos os homossexuais da Terra. Sylvia Driskell, 66, autointitula-se como embaixadora de Deus e Jesus Cristo e, exige que as autoridades dos Estados Unidos proíbam por lei a homossexualidade, pois, segundo Sylvia, “vai contra os princípios divinos”. A senhora ainda elaborou uma carta com sete páginas que foi enviada à corte distrital, onde ela citou passagens bíblicas que descrevem a homossexualidade como uma abominação e um ato contra a natureza humana. A americana afirmou ainda que nunca antes seu país fora tão “sitiado pelo pecado”. “Será que todos os juízes desta nação tomarão Deus por mentiroso?”, interrogou na carta. A mulher também justificou o processo alegando ser imperativo defender os princípios morais em que sua nação foi fundada.

Disponível em: <http://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/mulher-entra-com-a-%c3%a7%c3%a3o-judicial-contra-todos-os-homossexuais-da-terra/ar-BBjkYHo?ocid=iehp>
acesso em: 07 jun. 2015.

SD1 –“Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra”.

Para veicular a manchete “Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra”, em sua página, o MSN Notícia escolhe a palavra homossexual “os homossexuais (SD1)”, diferente do jornal anterior que optou pela designação gay. Talvez a escolha aqui se justifique pelo fato de a matéria se referir de modo geral, englobando homens e mulheres que apresentam “condutas”, “desvios” de comportamentos esperados por aqueles se identificam com a FD heteronormativa. Nessa matéria funciona a determinação, que decorre do artigo definido “os”, constituindo o efeito de sentido de que para entrar na justiça essa mulher precisaria determinar contra quem e contra o quê está resistindo. De qualquer forma, o adjetivo diz que ela entra na justiça contra ‘todos’ os homossexuais, indicando a ruptura com essa mesma normalidade indicada pela determinação, porque ‘todos’ jamais serão alcançados e identificados.

Sabemos que “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo-a-termo” conforme bem destacou Orlandi

(2012b, p. 19), uma vez que os sentidos não pairam em um mundo ideal ou transcendental, ao contrário, os sentidos só são possíveis a partir de sua materialização na linguagem. Assim, ao fazer a escolha pela palavra “homossexual” está ressoando que a mídia desconhece os possíveis sentidos negativos relacionados à palavra em sua designação e, ainda, que a própria mídia se inscreve na FD religiosa da mesma forma que a protagonista apresentada na matéria/notícia.

Essa palavra deu origem à designação “homossexualismo”, no início do século XIX, criada através do discurso da medicina que afirmava que a relação homoafetiva era doença, patologia e construiu um imaginário sobre esses sujeitos durante muito tempo. A escolha por essa designação homossexual ressoa também a disciplinalização que foi construída sobre os corpos dos sujeitos homoafetivos. No domínio da psiquiatria, os sujeitos foram classificados como “normal” ou “anormal”. Os anormais foram rotulados como pervertidos sexuais, desequilibrados psiquicamente. Nesse sentido, designa, também, doença dos nervos, doença do onanismo, doença mental e desvio de conduta, entre outros reforçados por esse discurso da medicina. Nesse mesmo período, o discurso religioso também propagou contra a relação homoafetiva afirmando como “fraudes contra a procriação”, conforme sinalizados por Spencer (1999), Naphy (2006) e Foucault (2014ab e c) no capítulo dois, desta dissertação.

Podemos identificar, novamente, na matéria intitulada “Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra”, um acontecimento discursivo, visto que a ação movida pela mulher provoca uma instabilidade no discurso existente sobre a homossexualidade, é algo inusitado que rompe com a estabilidade sobre esses sujeitos. Esse dizer desencadeia o acontecimento discursivo porque há uma memória em torno do jurídico, segundo o qual quem formula uma ação o faz contra determinado sujeito ou instituição, que, em tese, vai responder pelo delito.

O acontecimento instaura o efeito de verdade, como se fosse possível negar a existência desses sujeitos de direito, na formação social e, ainda, alcançar todos os sujeitos homossexuais do Planeta Terra. Lembrando que, para a AD, não é o acontecimento em si que interessa, nem mesmo o evento

empírico, mas o fato a partir de uma interpretação. Além do mais, o acontecimento pode ocorrer independentemente do sujeito, mas se torna fato histórico quando por ele simbolizado enquanto prática social.

Nessa materialidade, 'o todos' rompe com essa memória e também com a atualidade, sinalizando para uma ruptura que dá origem a uma nova série e inscreve o dizer no 'inusitado', no 'cômico', no 'fantástico'. Com isso instaura, também, a contradição porque banaliza o jurídico e, de certa forma, o sujeito que entra com essa ação. Se não fosse assim, não seria uma manchete e nem notícia porque 'mover' ação faz parte do discurso do cotidiano.

Verificamos que a mulher – Sylvia Driskell está inscrita em uma Formação Discursiva religiosa, ao intitular-se “embaixadora de Deus” e, devido a sua filiação, provoca o embate entre o religioso e o jurídico conforme destaca a SD2.

SD2 – Sylvia Driskell, 66, auto intitula-se como embaixadora de Deus e Jesus Cristo e exige que as autoridades dos Estados Unidos proibam por lei a homossexualidade. [...] “vai contra os princípios divinos”.

Ao se colocar na posição-sujeito embaixadora, ressoa que ela é a pessoa mais importante no planeta e está acima de todos os outros sujeitos, porque a carreira de um embaixador é a categoria hierarquicamente mais importante de representante diplomático de um Estado junto a outro. O embaixador tem plenos poderes para representar seu país; é o encarregado de chefiar a missão diplomática em países estrangeiros; salvaguardar tratados, interesses econômicos e outros do seu Estado perante outros países; estabelecer tratados e promover a imagem do seu país junto dos outros Estados.

Nesse sentido, ecoa que Sylvia Driskell foi a escolhida por Deus e Jesus Cristo para representá-los no Planeta Terra, funcionando nessa sequência como sujeito porta-voz, pois ela deve tratar dos interesses divinos, das diplomacias referentes ao religioso. Fala em nome de Deus e de Jesus que lhe deram plenos poderes para julgar e condenar, ocupando a posição intermediária entre aqueles que representam e a autoridade maior – Deus e

Jesus. Funciona aí a contradição em torno de quem pode ‘falar’ em nome de, uma vez que o Sujeito, com ‘s’ maiúsculo seria Deus, e Jesus já seria o porta-voz, tendo em vista que ele é o ‘pai’ e Jesus ‘o filho’. Cabe perguntar: quem é então essa mulher, no mundo estabilizado e organizado do sagrado?

Segundo Orlandi (1996, p. 252), o discurso religioso tem como centro a palavra em seu funcionamento performático, mas Deus é o Sujeito com “S” maiúsculo. Ele é quem “institui, interpela, ordena, regula, salva, condena, etc.” e os demais sujeitos “respondem, pedem, agradecem, desculpam-se, exortam, etc.”. Ainda, de acordo com a mesma autora, o poder da palavra está “bem distribuído e regulado na relação entre homem e Deus”. Essa é a diferença fundamental entre o discurso religioso e os demais discursos, entre eles o discurso jurídico, no qual o sujeito se apropria do dizer, assumindo o lugar da autoria. No discurso religioso, isso, entretanto, é impossível e tudo que foge a isso promove a ruptura e o funcionamento do equívoco, chocando-se com o real da história.

Diante disso, sublinhamos que a materialidade em tela funciona como um acontecimento que, como diz Pêcheux (1999) não chega a se inscrever, pois rompe com o que é memória e não se sustenta na atualidade. O rastro de legitimidade que o constitui decorre do fato de a FD religiosa pautar-se, sistematicamente na condenação a qualquer união, que não siga o modelo ortodoxo homem e mulher. O argumento de autoridade advém da bíblia, como tradição, que aponta que Deus criou homem e a mulher com lugares sexuais definidos e complementares do ponto de vista moral, psicológico e físico.

Esse discurso rompe com a ordem estabelecida, no discurso religioso, porque a mulher coloca-se em uma posição antagônica e inexistente no ‘mundo’ do religioso. Nele, Deus é o único ‘supremo’. Jesus pode assumir o lugar de seu porta-voz, os demais – mesmo o Papa atual e os que o antecederam, os bispos e outros religiosos - são intermediários e só repetem o que diz o livro sagrado, que tem o funcionamento de uma Constituição, portanto de lei.

Na materialidade, em análise, Sylvia constitui-se como cidadã, deslocando-se do discurso religioso para o jurídico. A marca desse deslocamento ocorre pelo verbo “exigir” dirigido às “autoridades dos Estados

Unidos”, em que ela ordena que essas autoridades proibam a homossexualidade e criem uma lei dos homens. Argumenta que a lei divina estabelece que esses sujeitos não possam existir. A inscrição no discurso religioso faz com que esse sujeito ‘esqueça’ a hierarquia religiosa, buscando retirar da FD religiosa os elementos do saber que a organizam, de modo a autorizar o seu discurso, significando e ressignificando o dizer. Para Pêcheux (2009) esse é um dos modos de o sujeito “naturalizar” o seu dizer, normatizando, instaurando um outro mundo. Dessa forma, o discurso construído em torno da sodomia, palavra que designa a relação entre pessoas do mesmo sexo dentro dessa FD e os efeitos de sentidos em torno da relação homoafetiva como práticas contrárias à natureza retornam, constituindo evidências de que Sylvia pode/deve fazer o que faz, tendo em vista que essas memórias, resultam de uma rede de formulação inscrita na memória social de longa duração, estando, portanto, sempre presente nos discursos em torno de práticas homoafetivas, desde os séculos I ao início do século XX.

Com a propagação do Cristianismo as formulações estabelecidas pelo divino e presentes em várias partes bíblicas, desde o Gênesis passaram pela lei e pela trajetória do povo hebreu e foram até os evangelhos e as epístolas do Novo Testamento. Elas se mantêm “vivas”, como atesta o recorte abaixo, retirado da bíblia em que o pecado sodomita é definido:

Não deverá haver prostitutas entre as filhas de Israel. E não haverá **sodomitas** entre os filhos de Israel (Deuteronômio 23.18-19)

E haverá também sodomitas na terra: e eles agirão de acordo com todas as **abominações** das nações que Jeová expulsou antes dos filhos de Israel. (I Reis 14.24)

E ele irrompeu na casa dos sodomitas, que estavam na casa do Senhor, onde as mulheres teciam cobertores para o Asherah. (II Reis 23.5-7).

Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, **nem os efeminados, nem os sodomitas**, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores **herdarão o reino de Deus** (1 Coríntios 6:10).

Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante . Terão que ser executados, pois merecem a morte.

Levítico 20:13

Essas formulações presentes no discurso religioso e que circulam na bíblia destacam que a relação homoafetiva não é uma opção ou alternativa e sim uma abominação, pecado, erro e prática contrária à natureza divina. Essas

formulações sustentam a construção de um imaginário negativo em relação a essa prática e retorna como memória, na cena enunciativa.

A SD3 reforça esse discurso e está na ordem da repetibilidade, conforme destaca Courtine (1981), o sujeito, ao se inscrever nessa ordem, produz um duplo movimento, ou seja, ele retira o seu discurso de uma rede de formulações pré-existentes e reinscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações. Dito de outra forma, a mulher, ao se filiar à FD religiosa, retira desses pré-construídos bíblicos os dizeres e “reformula-os” em suas novas redes parafrásticas.

SD3 [...] carta com sete páginas que foi enviada à corte distrital, onde ela citou passagens bíblicas que descrevem a homossexualidade como uma abominação e um ato contra a natureza humana. [...] "sitiado pelo pecado".

Os saberes retirados dessas formulações estão imbricados na estrutura vertical e horizontal, quando Sylvia formula sua defesa considerando as passagens bíblicas, ela está atualizando a memória e colocando em assonância o encontro do interdiscurso com o intradiscurso. À noção de interdiscurso, conforme destaca Orlandi (2012b), opõe a de intradiscurso, mas os dois eixos estão, em certo sentido, relacionados.

O interdiscurso está no eixo da constituição, o eixo vertical, em que estão todos os dizeres já-ditos. Nesse caso, sobre a relação homoafetiva, e esquecidos, mas representam o dizível. No eixo horizontal, está funcionando o intradiscurso, a formulação no momento do discurso, isto é, aquilo que ela está dizendo naquele momento dado, em condições dadas. Dessa forma, toda a enunciação de Sylvia encontra-se no cruzamento de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualização do já-dito (formulação).

Pela memória mobilizada, nesse discurso, ressoa tudo de negativo construído em torno da relação homoafetiva pela FD religiosa, que rememora, atualiza e resignifica para sustentar a defesa de Sylvia na carta.

SD4 - "Será que todos os juízes desta nação tomarão Deus por mentiroso?".

Nessa SD4, Sylvia está pondo em cheque e questionando os juizes, ao utilizar o verbo ser “será” fica evidente o desafio lançado para as autoridades. Lança-se uma dúvida de que “Não é possível que os excelentíssimos estivessem contra Deus e o tomassem como mentiroso”, evidenciando que se eles não forem a favor ao solicitado por ela, estariam afirmando que “Deus é mentiroso”, ou seja, tudo aquilo que está descrito na Bíblia e que ela colocou na carta é uma falácia.

Pela antecipação, em que o sujeito se coloca no lugar em que o outro ‘ouve’ suas palavras, a mulher ‘mexe’ com princípios sagrados para a maioria dos sujeitos, os quais não querem/não podem pela sua inscrição na FD do religioso colocar em dúvida a ‘supremacia’ de Deus. O efeito que se constitui aqui é, então, de que aqueles que não aceitarem os argumentos colocados na carta se voltam contra Deus. O argumento de autoridade são os textos bíblicos que ela retoma, nos quais o casamento e a sodomia são definidos. Ela recorta o que é casamento e o que é sodomia, realizando um gesto interpretativo em favor dos seus argumentos. Por esse trabalho, no discurso, ela busca a adesão de seus interlocutores, nesse caso, buscando levá-los a atender as suas reivindicações.

SD5 – [...] “ser imperativo defender os princípios morais em que sua nação foi fundada”.

Sylvia ainda acrescenta, conforme a SD5 que é “imperativo defender os princípios morais”, ressoando que os sujeitos homoafetivos são imorais ou indignos de Deus, pois estariam longe daquilo que foi constituído como divino desde a “fundação” – Gênesis descrito na Bíblia. Passagem em que Deus apenas criou o homem e a mulher. “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gênesis, 1:27). Ressoando que a relação homoafetiva não é natural, é pecado, é um desvio de conduta divina e que precisa ser combatida.

O procedimento discursivo presente, nessa FD, é a transferência que ocorre pelo processo metafórico. Por esse funcionamento, os princípios morais,

nação e casamento entre pessoas do mesmo sexo são colocadas no mesmo eixo e instauram efeitos de sentidos em torno da moralidade e de unanimidade no que tange aos princípios que engrandecem uma nação e, também, dos sujeitos que vivem nela. Outro efeito é o da simulação, concretizando-se pelo “como se”, funcionando o pequeno teatro, em que todos se inscreveriam na mesma FD, homogeneizando os sentidos, como se todos os sujeitos-cidadãos da nação fossem unânimes em relação a essa temática.

Recorte III

Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA

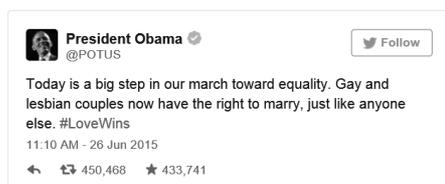
Supremo determina que a Constituição americana garantisse a todos os cidadãos o direito de contrair casamento.

O Supremo Tribunal dos Estados Unidos decidiu nesta sexta-feira que o casamento gay é legal em todos os estados norte-americanos. Os juízes consideraram que a Constituição garante o direito igualitário a todos os cidadãos de contrair casamento e, como tal, a sua proibição a casais do mesmo sexo é contrária à lei. Em face de esta decisão, os 14 estados que não permitem o casamento gay terão de levantar essa proibição.

Numa decisão histórica, o juiz conservador Anthony Kennedy juntou-se aos quatro juízes escolhidos pelos Democratas e votou a favor do casamento gay em todos os estados norte-americanos, moção que saiu vencedora através de cinco votos favoráveis contra quatro.

“Nenhuma união é mais profunda que o casamento, porque incorpora os mais altos ideais do amor, da fidelidade, da devoção, do sacrifício e da família”, escreveu Kennedy em nome do tribunal, referindo que os casais homossexuais “não podem ser excluídos de uma das mais antigas instituições da civilização” e que a Constituição garante a “igualdade de todos os cidadãos aos olhos da lei”.

Antonin Scalia, um dos juízes do tribunal que votou contra, também divulgou a sua posição, escrevendo que esta decisão é uma “ameaça à democracia americana”. John Roberts, presidente do Supremo, mostrou-se igualmente decepcionado com o resultado da votação.



A decisão do Supremo Tribunal é “um grande passo para a igualdade” e uma “vitória para a América”, afirmou o Presidente Barack Obama, a partir da Casa Branca. A decisão reflete o ideal norte-americano de que “todos os cidadãos estão igualmente protegidos pela lei, independentemente de quem amam”, afirmou. O Presidente realçou ainda a “rapidez da mudança de mentalidade” no país e agradeceu a todos os que contribuíram, “durante décadas”, com “pequenos atos de coragem”, para esta decisão “histórica”.

Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/supremo-tribunal-norteamericano-aprova-casamento-gay-1700221>>acesso em 08 set. 15.

A materialidade discursiva presente na reportagem “Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA” Sd1, do Mundo Notícia, apresenta outro acontecimento discursivo. Trata-se de um fato, também histórico, que instaura a contradição em relação à reportagem anterior e

convoca, por conseguinte, um novo estatuto histórico para o sujeito homoafetivo.

Sobre a história, Eni Orlandi escreveu na abertura do livro “O discurso Estrutura ou Acontecimento de Michel Pêcheux (2012a, p. 09), “a história está ‘colocada’”. E a análise do discurso trabalha justamente no lugar desse “aparentar”, criando um espaço teórico em que se pode produzir o “deslocamento” dessa relação, desterritorializando-a. Dessa maneira, o fato é histórico porque mudou-se a lei em relação ao casamento homoafetivo, contudo, torna-se também acontecimento discursivo porque cria-se uma tensão e novas possibilidades discursivas em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Como descreveu Pêcheux (2012a), ao se referir ao enunciado “*On a gagné*” – ganhamos, enunciado que atravessou a França em 1981 sobre a vitória de François Mitterrand para presidente, o autor afirma que esse acontecimento foi o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” da mesma forma a Sd1, que aponta também para um acontecimento sócio-político. Esse fato mexe com muitas instâncias da sociedade.

Essa conquista pelos Gays americanos ecoou por toda a Rede de Computadores, da mesma forma que o enunciado para se referir à vitória do presidente francês, porém, esse enunciado “Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA” alcançou limites maiores em termos de números de pessoas. Esse acontecimento discursivo fez com milhões de sujeitos do Planeta Terra, homoafetivos ou simpatizantes com a causa, colorissem suas fotos de perfil na página do *Facebook*, sinalizando e demonstrando que estavam de acordo com o Supremo Tribunal Americano.

SD1 – “Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA”

Assim como o movimento Gay instaurou novos discursos sobre a relação entre pessoas do mesmo sexo na década de 1960/1970, com Stone Wall, criando uma identidade e uma certa “liberdade” para o sujeito homoafetivo perante os outros cidadãos, pois naquela época os Gays queriam mostrar para a sociedade sua existência, ou seja, dizer a todos que faziam

parte da formação social, não queriam mais ficar escondidos em “guetos”, sendo explorados sexualmente e vistos como forma de ganhar dinheiro por aproveitadores como a máfia. Além disso, a decisão nos EUA ressoa como uma afirmação de direitos. Embora, sejam movimentos diferentes, a legalização do casamento homoafetivo pelo Supremo Tribunal, nos Estados Unidos da América, também provoca uma nova forma de enxergar esses sujeitos, pois o discurso vigente os torna sujeitos de direito nessa sociedade americana.

Esse acontecimento instaura, novamente, outras sequências discursivas, novas redes, e um novo estatuto sócio-histórico para o sujeito homoafetivo no país. Esses discursos, que circulam na sociedade, mexem com o simbólico produzido sobre esses sujeitos homoafetivos e gera algumas instabilidades discursivas e contradições nas FD religiosas e nas FD jurídicas, causando até desfiliações e inscrições nas FD’s constituídas. Esse reconhecimento jurídico no país suscita, também, uma luta ainda maior para esses sujeitos, pois a decisão se deu pela força de lei conforme apontada na SD2.

Os casais homoafetivos, mesmo que reconhecidos juridicamente, serão vistos pela maioria dos outros cidadãos que não concordam, por se inscreverem em outras FDs, como pessoas diferentes. E isso considerando que o processo sócio-histórico e político não se deu de forma pacífica, natural, foram diversas lutas em tribunais e passeatas do “orgulho Gay”, desde a década de 1970. Muitos sujeitos vinham exigindo dos representantes da Lei o reconhecimento dessa união, principalmente pela garantia de direitos que qualquer cidadão americano possui.

A mídia, mais uma vez, mesmo sendo noticiada no Brasil, preferiu utilizar como referência “casamento Gay”, talvez haja uma compreensão, por parte do jornal Mundo Notícia, de que, nos Estados Unidos, os sujeitos homoafetivos se reconheçam nessa designação “gays” e orgulham-se dela, visto que nela ressoa, também, os grandes movimentos e lutas desses sujeitos naquele país. Além do mais, a designação apontada como politicamente correta, casamento homoafetivo, dá-se apenas no Brasil com a jurista Maria

Berenice Dias que cunhou o termo e a designação foi incorporada a legislação brasileira.

SD2 – “Os juízes consideraram que a Constituição garante o direito igualitário a todos os cidadãos de contrair casamento e, como tal, a sua proibição a casais do mesmo sexo é contrária à lei”.

Essa sequência discursiva evidencia que há uma negação em relação ao direito do sujeito homoafetivo pela sociedade, pois, faz-se necessário que os juízes sinalizem para a necessidade desse reconhecimento, dizer não a esses sujeitos estaria contrariando o documento maior, a Constituição do país. Conforme descrita na SD3, a Constituição garante a “igualdade de todos os cidadãos aos olhos da lei”.

Contudo, nas SD2 e 3, materializa-se a ideia de que o casamento homoafetivo não pode ocorrer de forma natural e seguir o modelo tradicional heteroafetivo presente na sociedade. Nesse enunciado ressoa que a união entre pessoas do mesmo sexo pode-se dar somente pela força da lei. O enunciado deixa bem marcado que todos somos iguais perante a lei, contudo, ele ressoa que fora dela as pessoas são diferentes e seguem padrões estabelecidos no social e suas inscrições em formações ideológicas.

SD3 – “Nenhuma união é mais profunda que o casamento, porque incorpora os mais altos ideais do amor, da fidelidade, da devoção, do sacrifício e da família” [...] “Os casais homossexuais “não podem ser excluídos de uma das mais antigas instituições da civilização” e que a Constituição garante a “igualdade de todos os cidadãos aos olhos da lei”.

A SD 3, também sinaliza para o valor do casamento na sociedade, enquanto instituição “nenhuma união é mais profunda que o casamento”, todavia, ressoa também que as uniões fora do casamento não têm tanto valor como aquelas reconhecidas juridicamente. As uniões, que não seguem esse padrão estabelecido pela sociedade, como o caso das relações homoafetivas,

não representam “os mais altos ideais de amor, da fidelidade, da devoção, do sacrifício e da família”.

Isso é confirmado também pelo juiz Antonin Scalia, que votou contra o reconhecimento do casamento pelo Supremo Tribunal, conforme SD4.

SD4 – Esta decisão é uma “ameaça à democracia americana” (Antonin Scalia, um dos juízes do tribunal que votou contra).

Nesse enunciado do juiz, ressoa o imaginário de muitos cidadãos americanos, que pela inscrição em FD's contrárias a dos sujeitos homoafetivos, baseiam seus princípios legais não em direito, como lei igualitária para todos os sujeitos em sociedade, mas como princípio constitutivo de sua inscrição em uma FD. Ao afirmar que a união homoafetiva “é uma ameaça à democracia americana”, a sintaxe evidencia que o verbo ser categoriza o perigo (ameaça) que os casais homoafetivos representam para a sociedade democrática. Se considerarmos que o substantivo “democracia” significa regime político em que todos os cidadãos participam igualmente, diretamente ou através de representantes eleitos, faz-se necessário propor mudanças. Na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, os juízes exercem o poder da governança através do sufrágio universal, que abrange as condições sociais, econômicas e culturais e permitem o exercício livre e igualitário da autodeterminação política.

A presença do predicativo do sujeito – ameaça, no discurso do juiz Antoni constitui o efeito de apagamento do sentido de liberdade e de igualdade que o nome democracia representa na atualidade. Desse modo, exclui os sujeitos homoafetivos como se eles não fossem o/do povo e, ainda, retira desses sujeitos o direito à equidade conforme estabelece a constituição do país. Contudo, a Sd5, na qual o presidente dos Estados Unidos enuncia em seu *Twitter*, contradiz totalmente a posição contrária ao casamento homoafetivo.

SD5 – “Um grande passo para a igualdade e uma “vitória para a América”, afirmou o Presidente Barack Obama, a partir da Casa Branca”.

Nessa SD5, Barack Obama enuncia que é “um grande passo para a igualdade”, apesar de a fala do presidente ser positiva em relação ao acontecimento discursivo, ela ressoa que o presidente americano sabe que somente essa decisão, ainda não é o suficiente para mudar a relação entre esses sujeitos, na formação social. Isso porque haverá sempre esse jogo de forças entre a FD dos sujeitos homoafetivos, tentando conquistar direitos igualitários e a FD religiosa, tentando manter o imaginário que foi concebido desde a chegada do cristianismo com os romanos, numa eterna “luta de classes”.

Os discursos que se construíram em torno da relação entre pessoas do mesmo sexo, a partir do discurso religioso e do discurso da medicina, estão fortemente enraizados. Mesmo assim, ele reconhece que é “uma vitória para a América”, porque mostra para o mundo que os Estados Unidos respeitam os seus cidadãos, independentemente da sua escolha/opção/orientação sexual. Podemos confirmar pelo reforço no enunciado da SD6.

SD6 – “A decisão reflete o ideal norte-americano de que “todos os cidadãos estão igualmente protegidos pela lei, independentemente de quem amam”.

Pela SD6 ressoam memórias e discursos que reforçam o imaginário em torno dos Estados Unidos como país que promove a igualdade. A decisão tomada pelo Supremo Tribunal é algo importante para o país, “ideal”, pois reconhece a união entre os casais do mesmo sexo, constituindo-se, assim, como modelo instituído pela heteronormatividade. Esses sujeitos passam a ter direitos garantidos por lei “igualmente protegidos pela lei”.

Fortalece, ainda, os efeitos de sentido em torno desse país como líder no mundo, como o que dá o primeiro passo e espera ser seguido pelos demais países. A palavra ‘ideal’ em relação à proteção e a ‘independentemente’ de quem amam, sinaliza para a utopia, constituindo efeitos de que essa ‘igualdade’ está apenas no plano do que é desejado, mas não do que é praticado. Se, assim fosse, não haveria necessidade de uma lei e nem de um

tribunal. Seria uma prática sem manchetes e sem a manifestação do presidente da nação, que não é qualquer uma: é uma potência mundial.

3.2 Contradição/Antagonismo/Repetição:

As materialidades seguintes também são textos jornalísticos, porém, os recortes foram realizados pelo viés da contradição, do antagonismo e da repetição, na perspectiva do discurso e os embates se dão pela linguagem porque os textos são os lugares em que se desencadeiam os jogos de sentidos. É nessa relação de jogo que acontece entre a linguagem e o mundo que os sujeitos se constituem pela memória discursiva e vão fazendo história. Nesse vai e vem do discurso na memória social ocorrem as contradições e as repetições. Como destaca Pêcheux (2009, p.83), “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são construídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os processos discursivos”.

Dessa forma, os sujeitos homoafetivos, aos serem discursivizados nesses textos jornalísticos, vão se constituindo pelos processos discursivos e construindo redes de sentidos afetadas pelos pré-construídos e pela memória. Segundo a definição de P. Henry, citado por Michel Pêcheux (2009) pré-construído é “uma construção anterior, exterior” ou, como sinaliza o próprio autor de Semântica e Discurso, um elemento que invade, adentra o enunciado como se ele tivesse sido pensado antes em outro lugar.

Recorte I:

Balneário Camboriú inclui casais homoafetivos no Casamento Coletivo que comemora aniversário da cidade

24 de março de 2015

Depois do Casamento Coletivo do ano passado ter resultado em recomendação do Ministério Público Estadual, desta vez a prefeitura de Balneário Camboriú se adiantou e anunciou inscrições para o evento, que reunirá 51 pares, também para casais homoafetivos. O enlace será em 20 de julho, no dia em que a cidade completa 51 anos.

Relembre o caso

O Ministério Público de Santa Catarina entrevistou depois que veio à tona o veto de um casal gay no Casamento Coletivo de Balneário Camboriú, no ano passado. O promotor Rosan da Rocha, da 6ª Promotoria de Justiça de Balneário, usou as redes sociais para informar a abertura de Inquérito Civil Público. Na época, a Secretaria de Inclusão Social de Balneário Camboriú deu duas justificativas para a proibição do casamento homoafetivo. Argumentou que o casal não teria se encaixado em critérios de seleção como a renda e que houve oposição de representantes das igrejas evangélicas que, há mais de 15 anos, fazem a bênção religiosa na cerimônia.

Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/guarda-sol/2015/03/24/balneario-camboriu-inclui-casais-homoafetivos-no-casamento-coletivo-que-comemora-aniversario-da-cidade-polemica-sobre-o-veto-de-um-casal-gay-no-casamento-coletivo-de-balneario-camboriu-promovido-ont/?topo=98,2,18,,15>> acesso em: 24 mar. 2015.

SD1 – “Balneário Camboriú inclui casais homoafetivos no Casamento Coletivo que comemora aniversário da cidade”.

Nessa sequência discursiva, a manchete do jornal – Camboriú traz a designação “casais homoafetivos”, conforme o politicamente correto através do discurso jurídico na atualidade e mostra aos seus leitores que estão de acordo com a legislação. Porém, ao utilizar o verbo “incluir” ressoa que os casais do mesmo sexo não estavam previstos, inclusos na realização da cerimônia de casamento coletivo. Nesse sentido, o discurso está estabelecendo a contradição, pois, age de acordo com lei, ao utilizar a designação politicamente correta, mas não respeita os sujeitos homoafetivos, enquanto sujeitos de direito como todos os demais cidadãos. Isso ocorre, também, na sequência discursiva nº 2 e reforça o efeito de sentido de exclusão. Trata-se de uma contradição, pois na mesma formação discursiva duas posições-sujeito estão em funcionamento: a que respeita os homoafetivos e a que os exclui porque inclui.

SD2 – “Balneário Camboriú se adiantou e anunciou inscrições para o evento, que reunirá 51 pares, também para casais homoafetivos”.

A SD2 mostra, ainda, o uso tido como politicamente correta da designação ao se referir aos “casais homoafetivos”, entretanto, ao utilizar o advérbio “também”, comprova que os sujeitos homoafetivos realmente não estavam previstos para o casamento, ou seja, por algum motivo eles foram inclusos. Nesse caso, justamente pela interferência da lei que prevê, desde 2011, pela instrução Normativa 126, do Supremo Tribunal Federal, o

reconhecimento de união estável entre casais homoafetivos, pois consideraram nessa normativa os casais do mesmo sexo como entidade familiar.

O verbo 'adiantou' também constitui efeito de que a prefeitura está apenas fazendo sem ser obrigada o que a lei, muito provavelmente, vai exigir que seja feito. Isso é, tomou essa atitude antes que fosse 'obrigada' a tomá-la. Não se trata, portanto, de uma ação civilizatória de respeito, mas de o cumprimento de uma determinação legal.

SD3 – “Argumentou que o casal não teria se encaixado em critérios de seleção como a renda e que houve oposição de representantes das igrejas evangélicas que, há mais de 15 anos, fazem a benção religiosa na cerimônia”.

Mesmo que a lei reconheça os casais homoafetivos como entidades familiares, os discursos construídos pelo religioso, desde a adoção do cristianismo pelos Romanos, contrariam essa normativa. Nesse sentido, os religiosos recusam a realização da cerimônia de matrimônio, conforme sinalizada pela SD 3. Os sujeitos que estão nessa FD religiosa vêm repetindo esse discurso de não aceitação porque o documento bíblico prevê o sexo somente para a procriação, realizado entre o sujeito-homem e sujeito-mulher. Qualquer outra configuração é pecado, abominação.

Retornam, nessa afirmação, os discursos religiosos e os textos bíblicos referidos anteriormente e, ainda, os discursos filosóficos, médicos e jurídicos que mostram a militância contra casamento de sujeitos do mesmo sexo, apesar dessa prática fazer parte da vida das pessoas. Dizemos que se trata de contradição, pois mesmo sabendo que na prática isso acontece, se faz de conta que nada ocorre.

Recorte II:

Deputada quer proibir adoção por casal homoafetivo

Brasil - A deputada Júlia Marinho (PSC-PA), integrante da bancada evangélica da Câmara, apresentou um projeto de lei com o intuito de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de maneira que seja proibida a adoção de crianças por casais homoafetivos. A proposição foi apresentada no dia 6 de março e tramita na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara. O projeto de lei pretende incluir mais um parágrafo, dentro do artigo 42 do ECA. Esse dispositivo estabelece regras para

a adoção de crianças no Brasil. Hoje, para ser pai ou mãe adotiva, a pessoa precisa ter 18 anos, ter pelo menos 16 anos a mais que o adotado e garantir a segurança da criança ou do adolescente. Mas a parlamentar quer incluir mais uma condicionante para as adoções: “É vedada a adoção conjunta por casal homoafetivo”, aponta o projeto. Júlia afirma, no documento, que “o reconhecimento jurídico de união homoafetiva não implica automaticamente a possibilidade de adoção por estes casais, matéria que, a toda evidência, dependeria de lei”. A parlamentar alega, no projeto de lei, que família composta por dois pais ou duas mães “não logra ampla aceitação social” e “pode gerar desgaste psicológico e emocional” na criança adotada. “assim, até que estudos científicos melhor avaliem os possíveis impactos sobre o desenvolvimento de crianças em tal ambiente e que a questão seja devidamente amadurecida, por meio de discussão no âmbito constitucionalmente previsto para tanto – o Parlamento, deve ser vedada a adoção homoparental”, defende a deputada.

“O regramento legal da adoção não se sujeita ao das uniões civis ou ao do casamento. Cuida-se de instituto especial, que visa ao atendimento dos interesses do adotando, não se podendo alegar que sua vedação a casais homossexuais seja discriminação no acesso a um direito”, justifica a congressista. “É na família que as primeiras interações são estabelecidas, trazendo implicações significativas na forma pela qual a criança se relacionará em sociedade. O convívio familiar é o espaço de socialização infantil por excelência, constituindo a família verdadeira mediadora entre a criança e a sociedade”, afirma Júlia, logo em seguida. “O novo modelo de família, contrário ao tradicional, consagrado na referida decisão judicial, encontra ainda resistência da população brasileira”, justifica.

A proposta enfrenta resistência na Câmara. Ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) vê o projeto de lei como um retrocesso num país que tem garantido igualdade de direitos a todos os gêneros. “Na última semana, a ministra Cármen Lúcia [do Supremo Tribunal Federal] tomou uma decisão inédita que assegurou a constituição da adoção por um casal homoafetivo. Essa garantia é um direito que ela assegurou às crianças. Lugar de criança não é em abrigo”, disse a petista. “Nessa decisão, a ministra também assegurou o direito a essas pessoas adultas que, como brasileiros, de ter uma família, de ter os seus filhos”, complementou. Além dessa proposta, a bancada evangélica aposta em outro projeto que também inviabiliza, na prática, a adoção de crianças por casais homoafetivos, o chamado Estatuto da Família. O texto, que tramita em comissão especial, reconhece como família apenas a união entre um homem e uma mulher.

Disponível em: <<http://www.regiaooroeste.com/portal/materias.php?id=113374>> acesso em: 03 jul.2015

SD1 – “Deputada quer proibir adoção por casal homoafetivo”.

Nessa primeira sequência discursiva, verifica-se o uso da designação “casal homoafetivo”, constitui uma marca de que a mídia jornalística “Região Noroeste” conhece os termos legalmente constituídos em relação à união ou casamento de pessoas do mesmo sexo. O argumento que sustenta a proibição de adoção de crianças por casais do mesmo sexo se pauta na falta de regulamentação, da lei. Esses casais são reconhecidos como sujeitos de direito, mas não como adotantes de crianças.

A contradição está no fato de ser permitido o casamento, que tem como resultado a construção de famílias, mas na hora de definir o que seja família, eles são excluídos. Trata-se de uma contradição, pois na mesma FD se aceita o casamento e se nega o direito de ser e ter família. Entretanto, conforme referimos neste trabalho, o projeto de Lei do Senado, nº 612/2011, altera os artigos 1723 e 1726 do Código Civil de 2002 para permitir o reconhecimento

legal da união entre pessoas do mesmo sexo com base na Constituição. Nessa constituição, casais do mesmo sexo são considerados entidades familiares. Com isso, ocorre mais uma contradição, nesse âmbito, pois há um projeto e várias jurisprudências, mas quatro anos após, ocorre o retorno da discussão, desfazendo o que já havia sido feito. Esse discurso parece ser cíclico, instaurando efeitos de que não anda, porque sempre há grupos que os fazem retornar à estaca zero, repetindo os argumentos e mesmos procedimentos.

SD2 – “o reconhecimento jurídico de união homoafetiva não implica automaticamente a possibilidade de adoção por estes casais, matéria que, a toda evidência, dependeria de lei”. “família composta por dois pais ou duas mães “não logra ampla aceitação social” e “pode gerar desgaste psicológico e emocional” na criança adotada”.

A justificativa, presente, na SD2 não se pauta somente na lei. A deputada recorre a “não aceitação social” de parte da grande parte dos sujeitos e ao desgaste “psicológico e emocional” que a criança adotada pode sofrer. O funcionamento e os efeitos de sentido em torno desse discurso ocorrem pelo discurso transversal, pois os efeitos de sentido se constituem a partir de discursos que se atravessam, vindo de domínios distintos, nesse caso, do social, do religioso e, também de outros campos disciplinares que já enfocaram essa prática.

O discurso da deputada Júlia Marinho evidencia que o imaginário sobre o assunto é de que todos os cidadãos não aceitam outras configurações de família, a não ser o modelo tradicional – sujeito-homem e sujeito-mulher, conforme destaca a SD3.

SD3 – “O novo modelo de família, contrário ao tradicional, consagrado na referida decisão judicial, encontra ainda resistência da população brasileira”, justifica.

Nessa SD3, ressoa que a resistência não está somente na deputada, mas possivelmente também na população. Ao usar o termo família tradicional, sinaliza para sua filiação religiosa dentro do congresso – Bancada Evangélica – Grupo de deputados que tem lutado para que os sujeitos homoafetivos não consigam adquirir direitos iguais a todos os outros cidadãos e, principalmente, criando o Estatuto da Família. Documento que registra como único modelo familiar a heterossexual – sujeito-homem e sujeito-mulher, tentando construir um apagamento em todos os outros arranjos familiares presentes na formação social na atualidade.

A congressista, para não ser acusada de preconceituosa, homofóbica e de que a ação é discriminatória contra as relações homoafetivas, alega estar cuidando do direito da criança, conforme explicitado pelas SD4 e SD5.

SD4 – “O regramento legal da adoção não se sujeita ao das uniões civis ou ao do casamento. Cuida-se de instituto especial, que visa ao atendimento dos interesses do adotando, não se podendo alegar que sua vedação a casais homossexuais seja discriminação no acesso a um direito”, justifica a congressista”.

SD5 – “É na família que as primeiras interações são estabelecidas, trazendo implicações significativas na forma pela qual a criança se relacionará em sociedade. O convívio familiar é o espaço de socialização infantil por excelência, constituindo a família verdadeira mediadora entre a criança e a sociedade”.

Essa SD5 traz a importância da família na vida da criança, contudo o discurso de que “É na família que as primeiras interações são estabelecidas”, demonstra que a congressista tem como princípio a família, mas não qualquer modelo de família e sim a família tradicional. Somente através desse modelo de família que a criança conseguirá se relacionar em sociedade. O sentido que está em evidência é de que, caso a família seja organizada por um casal homoafetivo, a criança não conseguirá se relacionar.

Pelo discurso da deputada ressoa que a criança será estigmatizada e marcada como “uma criança filha de um arranjo familiar” – dois sujeitos homens ou dois sujeitos mulher. Esse modelo de família não está previsto pela FD religiosa evangélica, visto que essa configuração não foi descrita por Deus no Velho Testamento. Para ele “sodomitas” não merecem viver, muito menos ser modelo de família, são pessoas sujas, repugnantes e pecadoras, conforme Levítico (20:13). Para essa deputada filiada a essa FD religiosa ressoam os preceitos bíblicos como memória, fazendo com que haja um único modelo de família: a tradicional.

SD6 – “Na última semana, a ministra Cármen Lúcia (do Supremo Tribunal Federal) tomou uma decisão inédita que assegurou a constituição da adoção por um casal homoafetivo. Essa garantia é um direito que ela assegurou às crianças. Lugar de criança não é em abrigo”, disse a petista. “Nessa decisão, a ministra também assegurou o direito a essas pessoas adultas que, como brasileiros, de ter uma família, de ter os seus filhos”, complementou.

A SD6, a posição da Ministra Carmen Lúcia que, filiada a FD do jurídico, dá legitimação à existência da família homoafetiva e garante o direito não só de esses sujeitos terem uma família, mas também, o direito de as crianças terem seus pais/mães. Quem assume a responsabilidade pelo dizer é uma autoridade. Isso constitui efeito de legitimidade pela escolha do verbo “assegurar”, nas duas construções, quando se refere ao casal e às crianças. Ela reconhece que essas novas configurações estão na formação social e ainda que “lugar de criança não é em abrigo”.

Esse enunciado dá visibilidade ao fato de que somente o modelo de família tradicional não é suficiente para garantir o direito das crianças que moram em abrigos de ter uma família. O efeito metafórico da palavra família utilizado pela jurista se resume em afeto e não em laços parentais, que até então sustentava as principais configurações sociologicamente marcadas na história das famílias na formação social.

Essa sequência discursiva instaura a contradição entre as configurações familiares postas na sociedade e que vêm se cristalizando com as mudanças no social e o modelo tradicional criado pelo discurso religioso que tenta impor como “normativo” essa única configuração. No entanto, o fato de ser concedido o direito de adoção, não sinaliza ainda para uma prática, tendo em vista que se trata apenas de uma jurisprudência, mas não de uma Lei que permite que casais do mesmo sexo adotem crianças.

Outra contradição bastante forte na materialidade é a contradição bem marcada no texto entre crianças que vivem em abrigos, enquanto casais querem adotá-las e têm condições para isso, mas não podem fazê-lo porque a lei não permite. Esse argumento autoriza a juíza a julgar o processo, autorizando a adoção.

A materialidade seguinte “Justiça concede a casal gay direito de registrar sobrenomes em filho no RS” é outro indício de mudança histórica em relação à configuração familiar. Apesar de a mídia optar pela designação casal gay e não casal homoafetivo, pelo que ressoam conceitos negativos em relação aos sujeitos do mesmo sexo, a notícia é pautada no jurídico e não no religioso.

Recorte III:

Justiça concede a casal gay direito de registrar sobrenomes em filho no RS

Casal de mulheres teve filho no ano passado em Novo Hamburgo.
Elas entraram com ação para registrar nomes na certidão de nascimento.

A Justiça do Rio Grande do Sul concedeu a um casal de mulheres o direito de registrar os sobrenomes das duas mães na certidão de nascimento do filho em Novo Hamburgo, no Vale do Sinos, Rio Grande do Sul, conforme divulgou nesta quarta-feira (22) o Tribunal de Justiça do estado. A criança nasceu no ano passado, após uma das mulheres ter engravidado por inseminação artificial com material de doador anônimo.

"Ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual", escreveu na sentença o juiz Geraldo Anastácio Brandeburski Júnior, da 2ª Vara de Família e Sucessões do município. A certidão de nascimento do menino terá também os nomes dos quatro avós maternos.

O casal havia ingressado com ação pedindo o reconhecimento da dupla maternidade. O magistrado ressaltou que o casal vive em união estável desde 2008 sob a forma de casamento civil, segundo ele o "vínculo que maior segurança jurídica confere às famílias".

"Os elementos acostados aos autos demonstram que a criança é fruto de uma maternidade desejada e conjuntamente planejada, aparentando as demandantes possuírem a maturidade, o discernimento e a responsabilidade imprescindíveis à criação e educação da criança, cercando-lhe dos cuidados, carinho, afeto e bens materiais de que necessitar", sentenciou o juiz.

Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/10/justica-concede-casal-gay-direito-de-registrar-sobrenomes-em-filho-no-rs.html>> acesso em: 10 nov. 2014.

SD1 – "Ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual".

Nessa SD1, ressoa a igualdade dos sujeitos perante a lei, repetindo o que está no artigo quinto da Constituição Federal de 1988—"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". O Juiz está assegurando a equidade entre os sujeitos, independentes das escolhas/opções sexuais.

SD2 – O magistrado ressaltou que o casal vive em união estável desde 2008, sob a forma de casamento civil, segundo ele o "vínculo que maior segurança jurídica confere às famílias".

Na SD2, o juiz traz para o eixo da formulação o "casamento civil", reafirmando que o casal homoafetivo teria garantido o direito de ter o sobrenome delas no registro da criança, visto que o documento de registro civil assegura juridicamente o vínculo familiar entre elas. Nesse sentido, conforme o enunciado do juiz, não precisaria entrar com ação jurídica, ressoando que o magistrado apenas está fazendo cumprir aquilo que lhes é de direito. Além do mais, conforme registra a SD3.

SD3 – "Os elementos acostados aos autos demonstram que a criança é fruto de uma maternidade desejada e conjuntamente planejada, aparentando as demandantes possuírem a maturidade, o discernimento e a responsabilidade imprescindíveis à criação e educação da criança, cercandolhe dos cuidados, carinho, afeto e bens materiais de que necessitar", sentenciou o juiz.

As mães têm plenas condições para realizar o trabalho de maternidade dessa criança, visto que “a criança é fruto de uma maternidade desejada e conjuntamente planejada”. O discurso do juiz ressoa que a criança é fruto de um amor entre elas e que isso se encontra estabelecido nesse vínculo, capaz de transmitir “segurança” para que ele apenas faça valer o que esses sujeitos têm de direito.

As duas materialidades seguintes entram na ordem da repetibilidade e a trazemos como exemplo, apenas para marcar que tanto o jornal Agência Brasil, como a Gazeta do Povo, utilizam a designação casal/casamento homoafetivo para dar a notícia. E, em relação à equidade, também se pautando na Constituição Federal, os sujeitos homoafetivos estão sendo reconhecidos como “sujeito de direito” e, por isso seus direitos são garantidos, ressoando que somente por meio da lei e pela lei é que os sujeitos terão/serão cidadãos plenos, ressoando a contradição entre o social e o jurídico.

Recorte IV:

Ministra do STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo

Criado em 19/03/15 22h38 e atualizado em 19/03/15 22h59
Por André Richter Edição: Luana LourençoFonte: [Agência Brasil](#)

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou recurso do Ministério Público do Paraná e manteve decisão que autorizou a adoção de crianças por um casal homoafetivo. Na decisão, a ministra argumentou que o conceito de família não pode ser restrito por se tratar de casais homoafetivos. No entendimento de Cármen Lúcia, o conceito de família, com regras de visibilidade, continuidade e durabilidade, também pode ser aplicado a pessoas do mesmo sexo.

"O conceito contrário implicaria forçar o nosso Magno Texto a incorrer, ele mesmo, em discurso indistintamente preconceituoso ou homofóbico", justificou a ministra na decisão. Segundo ela, “a isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família”.

A decisão de Cármen Lúcia foi baseada na decisão do plenário do Supremo que reconheceu em 2011, por unanimidade, a união estável para parceiros do mesmo sexo. Na ocasião, o ministro aposentado Ayres Britto, então relator da ação, entendeu que “a Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva”.

A decisão foi assinada no dia 5 de março e publicada na última terça-feira (17).

Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/ministra-do-stf-reconhece-adoacao-de-crianca-por-casal-homoafetivo>> acesso em: 18 abr. 2015.

Recorte V:

Justiça libera casamento homoafetivo no Paraná

Uma decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no estado, com base no artigo 1.525 da Lei Federal nº 10.406/2002 - a mesma que baseou o reconhecimento do casamento homoafetivo por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a corregedoria do TJ-PR, a decisão já entrou em vigor. A decisão foi publicada no Diário da Justiça do Paraná na terça-feira (2). Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), a decisão tornam todos os cartórios do estado habilitados a realizar o casamento homoafetivo.

O corregedor Eugênio Achille Grandinetti, que assina a decisão, determinou também que a informação seja afixada em lugar visível e de fácil leitura do público em todos os cartórios civis do Paraná, o que já é verificado em algumas cidades, entre as quais Maringá e Londrina.

O registrador do Cartório Scheid, Fabian Marcelo Garcia, em Maringá, explicou que o procedimento para dar entrada na documentação do casamento homoafetivo é exatamente o mesmo do casamento heterossexual, sem a necessidade de autorização judicial, obrigatória no estado até então. Além disso, a decisão autoriza a conversão da união estável homoafetiva em casamento.

Segundo o escrevente do cartório do 2º Ofício de Londrina Felipe Julião, não há grandes diferenças legais entre a união civil estável e o casamento. Mas em algumas situações, a união civil estável precisa ser comprovada com outros documentos ou testemunhas. “A certidão de casamento, por si só, já é uma prova irrefutável de que o casal vive junto. Para alguns procedimentos, como registro de filhos, pedidos feitos ao INSS, entre outros, só a escritura de união civil estável não é suficiente, e testemunhas podem ser necessárias.”

Maioria dos cartórios de Maringá já recebeu nova normativa

Dos cinco cartórios civis de Maringá contatados pela Gazeta Maringá nesta quarta-feira (3), quatro afirmaram que já haviam recebido a decisão do TJ. Apenas um dos cartórios, localizado na Avenida XV de Novembro, no centro da cidade, disse desconhecer a decisão, mas que aguardava a comunicação. Os demais disseram que, como já receberam a decisão, repassaram as orientações aos funcionários.

O presidente Associação Maringaense LGBT, Luiz Modesto, disse acreditar que a decisão do TJ é importante para equiparar os direitos dos casais homossexuais aos dos casais heterossexuais. “Acho fundamental a gente não precisar pedir autorização judicial para casar. Agora só precisamos do consentimento do nosso par, como ocorre com os heterossexuais.”

Além disso, Modesto defendeu que a decisão da Justiça paranaense e de outros estados brasileiros, como São Paulo e Rio Grande do Sul, é um avanço frente à posição do Legislativo nacional. “Os juízes estaduais estão se posicionando favoravelmente a uma decisão que já é do Supremo Tribunal Federal, já que o Congresso Nacional não tem peito de reconhecer isso.”

Modesto confessou que a decisão o motiva também a se casar com o companheiro, já que se recusava, até então, a solicitar autorização judicial, por achá-la injusta. “Acho que é uma garantia para vida do casal. Agora poderemos realizar coisas simples, como declarar o imposto de renda juntos como os outros casais já fazem.”

Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1359614&tit=Justica-libera-casamento-homoafetivo-no-Parana>> acesso 03 Abr. 14

Recorte VI:

Preconceito ou proteção?

No dia 26 de março, o estudante de jornalismo Leonardo Uller, de 19 anos, foi ao Hospital 9 de Julho, no centro de São Paulo, com uma intenção: doar sangue. Seu tio, internado na unidade, havia passado por uma cirurgia e precisava de transfusões. A pedido dos médicos, a família se mobilizou.

Leonardo conhecia a situação. Havia estado na posição de doador mais de 10 vezes em outro hospital da cidade, da rede pública. Achou que o procedimento seguiria o padrão a que estava acostumado. E, por alguns minutos, seguiu. “Mediram minha pressão, fizeram teste de anemia, tudo normal”, conta. Foi no momento da entrevista com a médica que o quadro mudou.

Após as perguntas de praxe – “se já tive malária, se tinha passado por cirurgia nos últimos meses, se havia viajado para o exterior”, relata –, a médica questionou se Leonardo havia mantido relações sexuais com homens nos últimos 12 meses. “Disse que sim. Ela me falou, então, que eu não poderia doar sangue.

Quis saber por que, expliquei que estava em um relacionamento estável há mais de um ano, usava camisinha, e, por isso, meu comportamento não era de risco”, relembra. Mas a médica prosseguiu:

– Veja bem, se você estiver internado, vai querer um sangue ruim, de gente promíscua, no seu corpo?

– Você está insinuando que meu sangue é promíscuo? – rebateu o estudante.

– Não, de jeito nenhum – retrucou a médica.

– Então está insinuando que os gays são promíscuos? – perguntou o rapaz.

– Não é isso. Mas concorda que você é uma raridade, uma exceção entre os gays? – indagou a funcionária do hospital.

Depois de muita insistência e discussão, Leonardo conseguiu realizar o procedimento. “Ela veio falar comigo depois e me disse que tinha ‘me expressado bem’. Se eu fosse gay e analfabeto, ou então mais tímido, não teria conseguido doar?”, contesta. “Foi péssimo. A primeira coisa em que pensei foi ‘que loucura, como uma pessoa que tem diploma de médico, estudou tantos anos para cuidar de gente pensa uma coisa dessas, que não faz o menor sentido?’ Me senti humilhado, muito injustiçado”, confessa o estudante. Por meio de nota, a assessoria de imprensa do hospital afirmou que “as doações de sangue realizado no banco de sangue que atende a instituição seguem a legislação vigente – Portaria 2712, de 12/11/2013 do Ministério da Saúde”.

Disponível em : Revista Fórum:<<http://www.revistaforum.com.br/digital/142/doacao-de-sangue/>> acesso em: 05 ago. 14.

SD1– “a médica questionou se Leonardo havia mantido relações sexuais com homens nos últimos 12 meses. “Disse que sim. Ela me falou, então, que eu não poderia doar sangue”.– Veja bem, se você estiver internado, vai querer um sangue ruim, de gente promíscua, no seu corpo?”

Essa última materialidade recortada, além de imprimir a contradição entre o social e o jurídico, repete pela memória social o imaginário sobre o sujeito homoafetivo construído pelo discurso da medicina no século XIX e repetido no final do século XX, de que todos os sujeitos homoafetivos são promíscuos, pervertidos sexualmente, conforme sinalizada pela Sd1 –“se você estiver internado, vai querer um sangue ruim, de gente promíscua, no seu corpo?, na enunciação da médica.

De acordo com esse discurso, o sujeito homoafetivo é tratado como anormal, doente, repetindo o discurso da psiquiatria, trazendo à tona a ideia de promiscuidade, sujeito que não tem controle sobre seu sexo, ou conforme foi retratado na antiga Grécia, pelo discurso da filosofia, sujeito intemperante – que não consegue controlar seu corpo.

Essa memória não somente está registrada pelo social e imaginário construído por esses discursos, mas também registrado e legitimado pela lei. A portaria citada na matéria traz em seu Art. 64. que “considerar-se-á inapto temporário por 12 (doze) meses o candidato que tenha sido exposto a qualquer uma das situações abaixo: IV – homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes”.

No entanto, na própria portaria instaura a contradição, no “Art. 2º, § 3º estabelece que os serviços de hemoterapia promoverão a melhoria da atenção e acolhimento aos candidatos à doação, realizando a triagem clínica com vistas à segurança do receptor, porém com isenção de manifestações de juízo de valor, preconceito e discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, hábitos de vida, atividade profissional, condição socioeconômica, cor ou etnia, dentre outras, sem prejuízo à segurança do receptor.”

Apesar do discurso da médica ressoar negativamente para os sujeitos homoafetivos, ela está amparada pela contradição estabelecida pela própria lei que segrega esses sujeitos como não doadores, reforçando ainda mais o estereótipo de que todos os sujeitos homoafetivos são promíscuos. Repetindo, mais uma vez, o discurso da década de 80 da “praga gay”, discurso que transformou os sujeitos homoafetivos na própria doença – AIDS.

As materialidades reproduzidas na mídia nem sempre trazem somente a linguagem verbal com referência de análise, mas também apresentam como referência o não verbal. Esse também significa, na cena enunciativa, uma vez que Michel Pêcheux (2010, (1969) p.81) definiu o discurso como “efeito de sentido entre locutores” e a imagem, os gestos, o silêncio também trazem/produzem efeitos de sentidos em seus locutores, como bem sinalizou Orlandi (2012 d) ao definir texto como um “espaço simbólico aberto”. Para essa reflexão, mobilizamos a noção enunciado-imagem, a partir de Venturini (2009, 2009a, 2015) que, por meio das reflexões de Pêcheux (2012a) e Orlandi (2011), define enunciado-imagem como espaço interdiscursivo, tendo em vista que uma mesma imagem pode funcionar e fazer sentido em distintas materialidades e trabalhar o simbólico. A materialidade como um todo é tratada como enunciado-imagem e se define como materialidade significativa, a partir dos trabalhos realizados por Lagazzi (2015, p. 51), segundo a qual “a imagem

mobiliza o olhar na busca de relações que nos permitem compreender os sentidos do entrelaçamento visual em seus trajetos de memória”.

Como destaca Orlandi (2012b, p. 30), “os sentidos não estão somente nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”, dessa forma, as imagens/enunciados produzidos sobre a relação homoafetiva não são mensagens a serem decodificadas, mas são efeitos de sentidos produzidos nessas condições de produção midiática. Considerar essa relação é saber que, assim como a linguagem é heterogênea, a imagem também o é, pois põe na cena enunciativa o trabalho do simbólico e sua relação com o político. Nessa arena de forças, são produzidas determinadas evidências e outras esquecidas, mas que retornam como memória e fazem significar.

Para iniciarmos nossa reflexão, fazemos o recorte de um enunciado-imagem, também publicado em um jornal digital. Trata-se de uma charge publicada pelo jornal Brasil 247 e compartilhada por milhões de internautas nas redes sociais (*Facebook*), durante a campanha eleitoral para presidente da república, em 2014.

Recorte VII:

Latuff: Marina cede às pressões de Malafaia

Bastaram quatro tuítes do líder evangélico neste fim de semana para, em menos de 24 horas, a candidata do PSB retirar de seu programa de governo o capítulo que garantia direitos aos homossexuais.



Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/151986/Latuff-Marina-cede-%C3%A0s-press%C3%B5es-de-Malafaia.htm>> Acesso em: 1 Set. 2014

O funcionamento discursivo do texto-imagem se organiza como um todo e significa pelo que se repete e pelo que rompe com a repetição. A leitura e interpretação tem lugar a partir de enunciados-imagem, segundo Venturini (2009a), como espaço interdiscursivo e não como ilustração.

No texto-imagem, em tela, funcionam presentes três formações ideológicas – a política, a jurídica e a religiosa. Há constituição de evidências entre o jogo de poder e ideologias entre as formações discursivas, como o seu lugar material. Marina Silva ocupa a posição-sujeito do político, como candidata à presidência da república e, desse lugar, propõe um plano de governo, que deveria contemplar todos os sujeitos-cidadãos, dentre eles, as minorias, mais especificamente - os sujeitos homoafetivos, neste trabalho. Aqueles que lutam pelo direito de casar-se com sujeitos do mesmo sexo – casamento gay. Esses ocupam uma posição-sujeito jurídica, pois pleiteiam o cumprimento da lei, que permitiria a eles o casamento e as implicações decorrentes dessa prática, que estaria no plano de governo da candidata à presidência Marina Silva e a

posição-sujeito daquele que defende a formação ideológica da religião é ocupada pelo líder evangélico Malafaia.

No texto-imagem, em tela, funcionam discursivamente cinco enunciados-imagem: o de Marina Silva, e o do plano de governo de um lado e, de outro lado, os outros dois enunciados-imagem: o de Malafaia e a Cruz e, entre esses quatro enunciados, o quinto, a folha de papel, em que está escrito “casamento gay”, retirado/cortado do plano de governo. Os cinco enunciados-imagem formam o texto-imagem que instaura, entre outros, o efeito de sentido que se filia ao político e desconstrói o imaginário de democrata que Marina Silva almeja, com o plano de governo que pretendia propor, ou seja, de sujeito identificado com a FD das minorias, que aceita o casamento entre sujeitos do mesmo sexo.

Pelo enunciado, Marina Silva ressoa, diante do momento sócio-histórico em que a materialidade foi formulada e circulou, a possibilidade de transformação, que significa pelo plano de governo proposto por ela. Os dois enunciados-imagem funcionam e significam pelo espaço interdiscursivo, pois ressoam como se estivessem presentes e ditos, discursos em torno do que é ser governo e do que significa um plano de governo. Trata-se de pré-construídos latentes na materialidade. Entretanto, a materialidade significa, também, pelo que está fora dela, ou seja, pelas condições de produção. Marina Silva, inscrita na FD do político, pode/deve propor um plano de governo porque é candidata a governo e significa pelo real da história, pelo que está posto, na atualidade.

De outro lado, inscrito na FD do religioso está o líder evangélico, principal crítico do casamento homoafetivo. Ele tem na mão a cruz, que se inscreve no simbólico e sinaliza para o poder da igreja, não somente na sociedade, mas dentro do próprio congresso que é constituído por sujeitos pertencentes à religião evangélica e tem a maior bancada de deputados na história política do país.

Pelo enunciado-imagem cruz ressoam memórias e discursos em torno do religioso, da morte de Cristo e do seu martírio na cruz, portanto, significa o castigo, a coerção, a reprimenda, o modo de tratar os sujeitos, ressoando, também, o inferno, como o lugar do castigo daqueles que não cumprem com o

que é determinado pelos dogmas religiosos. O enunciado-imagem significa não só pelos pré-construídos, mas também pela atualidade. A cruz, mesmo sem Malafaia, constitui-se como um discurso autoritário, pelo qual os sujeitos que se filiam à religião se identificam. Na atualidade, esses sujeitos são os evangélicos, que se identificam com as ideologias e os discursos de Malafaia.

Trata-se da identificação plena do sujeito com a forma-sujeito a que se filia. Além disso, por esse enunciado-imagem ressoam, também, saberes em torno do castigo e, pelo castigo, memórias em torno da palmatória, peça circular de madeira com cinco orifícios, formando uma cruz. Ela é provida de um cabo, sendo utilizada para bater nas mãos dos sujeitos que merecem ser castigados. Ressoa, ainda, um cassetete, normalmente, usado pela polícia em condições de produção, em que as repressões ocorrem pela ação de força física.

Outro possível efeito de sentido do enunciado-imagem, enquanto espaço interdiscursivo, é a memória da opressão exercida pela formação discursiva religiosa, que se sobrepõem à formação discursiva política e jurídica, podendo significar que, caso a candidata não retirasse da sua proposta o “**casamento gay**” (homoafetivo), ela iria sofrer as consequências a partir dos evangélicos, como parte do congresso nacional. Caso ela fosse eleita, eles seriam responsáveis pela aprovação das medidas propostas pela candidata, que estaria ocupando o lugar de presidente. A charge foi criada com base na notícia que correu as redes sociais de que “bastaram quatro tuítes do líder evangélico neste fim de semana para, em menos de 24 horas, a candidata do PSB retirar de seu programa de governo o capítulo que garantia direitos aos homossexuais”.

Mais uma vez, a mídia optou pela designação “casamento gay” e não casamento homoafetivo, sendo esta a designação politicamente correta, segundo a jurista Maria Berenice Dias. Conforme se observou nas análises anteriores, a designação gay retoma sentidos ligados à positividade e também à negatividade, pois por ele funciona o imaginário ligado ao sujeito homoafetivo, reforçando e estabelecendo estereótipos não condizentes com os direitos já estabelecidos por lei para esses sujeitos, ressoando doença, que exige tratamento médico.

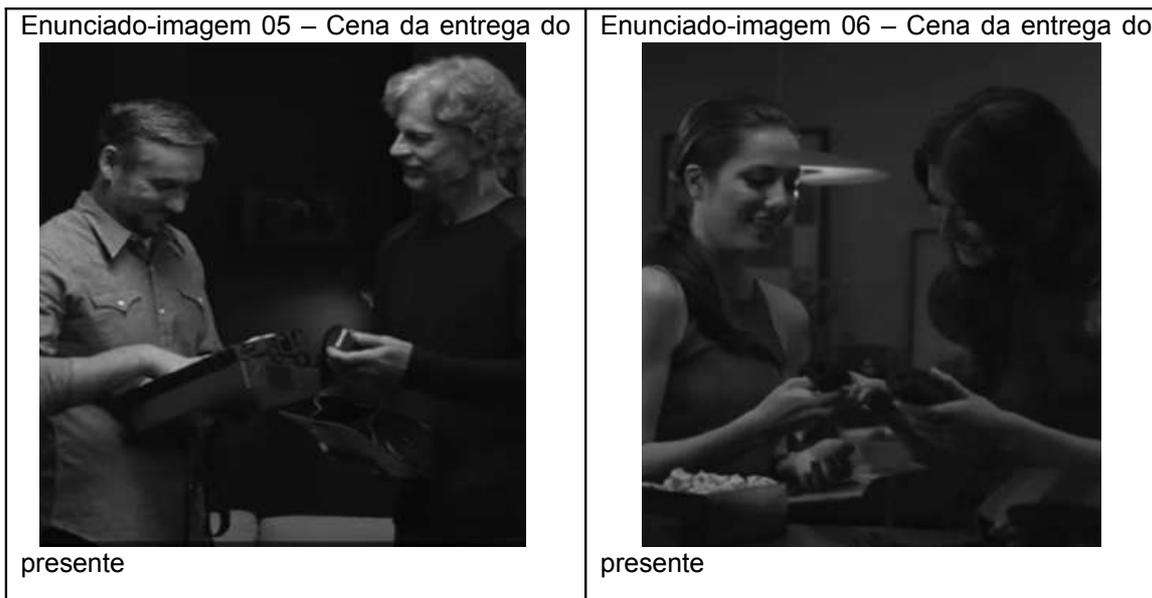
Recorte VIII:

Análise da propaganda para a campanha do dia dos namorados do perfume Egeu, da marca O Boticário, uma rede de franquias de cosméticos e perfumes mais conhecida no Brasil, veiculada na TV em rede nacional nos meses de maio e junho de 2015.

Na cena fílmica, aparece um rapaz adentrando a loja da marca O Boticário e comprando um perfume; uma mulher chegando com compras do mercado em uma cozinha e começa a preparar um jantar; outra mulher loira se arrumando para um encontro, um rapaz grisalho se arrumando, a cena segue com eles saindo e outro pegando táxi, cenas simples do cotidiano de qualquer pessoa, contudo, percebemos que são quatro casais se arrumando para um encontro especial dos dias dos namorados.

A grande surpresa, para alguns, dá-se no momento final da narrativa, na qual os casais se abraçam e entregam o presente um para o outro, imagem 3, 4, 5 e 6.

Enunciado-imagem 01 – Cena do abraço	Enunciado-imagem 02 – Cena Encontro
	



Cenas recortadas - disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=hAILEv4GYj4>> acesso em: 02 jul. 2015

Constituem-se efeitos de evidências, na cena enunciativa, de que algumas das representações de amor não são as formas de “amar” daquelas filiadas à FD heterossexual. A cena mostra, além do casal heterossexual, dois casais que são sujeitos homoafetivos se abraçando, um casal de duas mulheres e outro casal de dois homens, fazendo jus ao *slogan* do perfume criado para o comercial “Toda forma de amar”.

Com essa representação⁴¹, a empresa O Boticário contemplou todos os públicos para o uso do perfume, independente das escolhas afetivas, dando visibilidade à formação social que a empresa não possui nenhum tipo de preconceito, ou qualquer estereótipo como modelo para representar o amor, principalmente, em relação aos sujeitos homoafetivos.

Conforme bem se observa na narrativa, a cena final do abraço (texto-imagem 1) é uma representação de carinho/afeto que se daria entre qualquer pessoa, independente das escolhas e orientações sexuais, principalmente entre os brasileiros, podendo ocorrer em qualquer espaço social, visto que o abraço é algo inerente a nossa cultura. Pelas escolhas das cores em tons mais escuros e apenas o abraço, gesto comum entre as pessoas, como representação de afeto, sinaliza os cuidados/cautela que a empresa teve ao

⁴¹ Vale destacar que tomamos representação em relação ao imaginário, significando o modo como os sentidos se constituem e não como uma forma estanque de significação em que uma imagem retrataria fielmente um sujeito, uma cena ou um objeto qualquer. Trata-se do funcionamento discursivo, da passagem do legível ao dizível, conforme Pêcheux (1999).

abordar a temática proposta para a campanha do perfume. Considerando que o comercial seria visto em rede nacional, essas escolhas ressoam, também, que a empresa conhece a atual política de retrocessos que estão se configurando no Brasil da atualidade, depois do envolvimento de grupos ligados à FD religiosa na política. Eles estão impondo suas ideologias em diversas frentes e áreas em todas as cidades. Dessa forma, a empresa resolveu arriscar e tratar as mudanças em relação às transformações e configurações familiares de forma naturalizada.

Além disso, a cena se realiza em um ambiente interno da casa, repetindo e ressoando aquilo que está na memória coletiva e retorna como interdiscurso de que esse lugar fechado, a casa, é o ambiente no qual cada família pode ter sua privacidade preservada e manter suas escolhas, assim como o quarto foi por muito tempo o único lugar/espço para se fazer/falar de sexo entre os pais.

Mesmo a empresa “O Boticário” tendo apresentado determinados cuidados aos expor os casais homoafetivos na rede televisiva e na Internet, isso acabou gerando polêmicas e discussões em torno dessa relação, nas redes sociais. Ocasinou, ainda, diversos embates discursivos entre aqueles que não se reconhecem na FD homoafetiva, simpatizantes ou não, e aqueles filiados, na sua grande maioria, à FD religiosa.

Dessa forma, a propaganda levou alguns consumidores a acessar a página do “Reclame aqui”⁴², site específico para tratar das reclamações dos clientes quando não estão contentes com algum produto, e deixar registradas suas opiniões sobre a veiculação dessa propaganda que mostra casais heteroafetivos e casais homoafetivos se abraçando.

O “Reclame Aqui” é um site, no qual consumidores fazem um cadastro de seus dados pessoais e, na sequência, podem registrar diversas reclamações. De acordo com a política de privacidade estabelecida pelo site, não se permite a identificação do consumidor na publicação de suas páginas.

As reclamações feitas são indexadas por motores de busca e visíveis para consulta. O acesso aos dados cadastrados pelo cliente ocorre apenas com a empresa envolvida, na tentativa de facilitar a resolução do problema

⁴² Site: <http://www.reclameaqui.com.br/13556181/o-boticario/propaganda/>

apresentado pelo reclamante, um e-mail com os detalhes é enviado à empresa envolvida, caso ela possua um cadastro para respostas no site.

Com os dados gerados por meio das reclamações são obtidos rankings automatizados e o “Reclame Aqui” faz uma avaliação da empresa, utilizando diversos critérios próprios. O *status* máximo de uma empresa no site é tentar possuir o Selo RA 1000 que também possui critérios específicos.

Todos os consumidores podem, depois de terem suas questões respondidas pelas empresas, descrever se o problema foi resolvido ou não. Além disso, o consumidor tem o direito a réplicas nas respostas deixadas pelas empresas no sistema e, ao final, mostrar através de *smiles* a sua opinião sobre a resposta requerida da empresa reclamada.

A descrição do problema que o cliente publica é avaliada por uma equipe do site antes de ser publicada. Isto ocorre, pois sua política não permite conteúdo ofensivo na redação dos usuários. Após a veiculação do comercial de campanha do dia dos namorados pelas redes televisivas, alguns consumidores registraram sua “indignação ou não” com a cena do abraço ocorrida entre pessoas do mesmo sexo. Por isso, a página acabou ocasionando um embate ideológico. Após as reclamações registradas, outros consumidores se sentiram na obrigação de entrar e elogiar a proposta comercial do O Boticário. Assim, recortamos para análise três registros de reclamações deixadas na página por pessoas de cidades diferentes, a primeira de uma consumidora de Niterói-RJ, outro de São Paulo, capital e, por último, uma consumidora de Piracicaba-SP.

Niterói – RJ, Terça-feira, 02 de Junho de 2015 - 09:43⁴³

Bom dia. Com pesar vi que a Boticário, empresa que sempre admirei, entrou nesse terreno perigoso de incentivar as relações homoafetivas. Apesar de não concordar com tais relações, respeito quem as pratica, pois todos somos livres e responsáveis por nossas escolhas. Mas, daí a colocar estas imagens em qualquer horário, onde crianças que ainda estão em formação verão, fere o direito dos pais que não concordam e querem orientá-las dentro do que acreditam e praticam, sem intervenções externas. Como publicitária por formação, inserida em uma família e cidadã creio que a empresa deu um mal passo neste sentido. Fiquem atentos pois as famílias estão mais espertas e lutando por seus direitos, sem alarde, mas com ações simples e silenciosas como, por exemplo, se desvincular de empresas e produtos que ferem suas convicções. Vide a pequena audiência da atual novela global das 21h. Fica a dica.

⁴³ Todas as materialidades retiradas do site “Reclame Aqui” foram mantidas no original, inclusive com os erros em relação ao uso da norma.

Disponível em :< <http://www.reclameaqui.com.br/13268168/o-boticario/propaganda-terreno-perigoso/>> acesso em 05 Jul. 15.

SD1 – “Com pesar vi que a Boticário, empresa que sempre admirei, entrou nesse terreno perigoso de incentivar as relações homoafetivas. Apesar de não concordar com tais relações, respeito quem as pratica, pois todos somos livres e responsáveis por nossas escolhas. Mas, daí a colocar estas imagens em qualquer horário, onde crianças que ainda estão em formação verão, fere o direito dos pais que não concordam e querem orientá-las dentro do que acreditam e praticam, sem intervenções externas”.

Na SD1, constituem-se efeitos de em torno do posicionamento da consumidora em relação à união entre pessoas do mesmo sexo. Ao entrar e registrar que: “Com pesar vi que a Boticário” [...] “entrou nesse terreno perigoso de incentivar as relações homoafetivas”. Essas sequências comprovam a negatividade do posicionamento, pois é ratificado pelo adjunto adverbial de modo “com pesar” que semanticamente significa sentir muito, pêsames, estar desgostoso com algo, profunda tristeza e ser costumeiramente utilizada em situações de luto, ou seja, ela se sente decepcionada com a empresa por “incentivar as relações homoafetivas”. Nessa SD também ressoa que, pelo fato de apresentar o abraço de carinho entre os casais homoafetivos, em rede televisiva, a empresa estaria instigando os sujeitos a apresentarem o mesmo “comportamento”, principalmente, as crianças que estariam sendo ludibriadas para realizar tal prática contra a família.

Constituem efeitos de concretização disso tudo pela SD - “colocar estas imagens em qualquer horário, onde crianças que ainda estão em formação verão, fere o direito dos pais que não concordam e querem orientá-las dentro do que acreditam e praticam, sem intervenções externas”. Outro pré-construído em funcionamento nessa SD é que a criança pode ser orientada somente pela família e que nada que for externo pode interferir na relação familiar.

Essa memória sinaliza que a consumidora acredita que a relação entre pessoas do mesmo sexo é comportamental. Nesse sentido, o fato de a criança entrar em contato somente com casais heterossexuais já a isentaria de comportamentos relacionados à homossexualidade. Havendo garantia de que ela não seria heteroafetiva e não correria o risco de se tornar algo que não

couber nessa FD heteronormativa. Esse posicionamento da consumidora revela relações com o determinismo darwiniano e preconiza que os acontecimentos são sempre condicionados por acontecimentos anteriores e o homem é resultado do meio. Nesse sentido, o livre arbítrio não existe e a liberdade de decisão é condicionada ao meio.

Trata-se de uma memória arraigada, mas em sua reclamação a consumidora emprega a designação politicamente correta para se referir aos casais do mesmo sexo, “relação homoafetiva”, instaurando efeitos de sentidos de sujeito que participa de discussões, mesmo que pautada em pré-construídos. Ela faz parte do grupo de sujeitos que não aceitam as transformações na formação social, especialmente as que dizem respeito à família. O seu discurso sustenta-se na FD religiosa, mas conhece as discussões que ocorrem no âmbito do jurídico, em relação a essa temática.

SD2 – “Fiquem atentos, pois as famílias estão mais espertas e lutando por seus direitos, sem alarde, mas com ações simples e silenciosas como, por exemplo, se desvincular de empresas e produtos que ferem suas convicções”.

Na SD 2, ressoa que apenas os sujeitos da família heterossexual teriam direito a participar na formação social, a adquirir produtos de qualidade, enfim de circular por todos os lugares ou ter a sua família representada em uma peça comercial. Constitui-se o apagamento dado pela lei de que os sujeitos homoafetivos também são sujeitos de direito como quaisquer outro. Além disso, sinaliza que ela se inscreve na FD religiosa. Visto que na época em que a materialidade foi veiculada estava em evidência, por meio da bancada evangélica no congresso, a luta pela aprovação do Estatuto da Família, que ocorreu posteriormente.

Esse documento aponta para a existência de, na configuração familiar, apenas a relação entre um sujeito-homem e um sujeito-mulher. E, ainda, a consumidora dá uma espécie de aviso à empresa O Boticário, “as famílias estão mais espertas e lutando por seus direitos, sem alarde, mas com ações simples e silenciosas como, por exemplo, se desvincular de empresas e produtos que ferem suas convicções”. Sinaliza que, caso a empresa continue

veiculando textos-imagem em que casais do mesmo sexo aparecem, usufruindo dos produtos da empresa, em comerciais de TV, a “família tradicional, religiosa”, à qual ela se inscreve não compraria mais seus produtos.

Outro efeito de sentido, nessa materialidade, pode ser bem mais grave do que em relação ao comercial e ao uso do produto que a mulher ameaça deixar de consumir. Pelos enunciados “fiquem atentas” “as famílias estão mais espertas e lutando por seus direitos”, “com ações simples e silenciosas” ressoam práticas em relação às minorias e em relação às próprias famílias. Quando diz que as famílias estão ‘bem mais espertas’, sinaliza que as famílias em geral, no passado, eram submissas e pouco dotadas de ‘esperteza’ (conhecimento da vida social e cultural).

A luta silenciosa pode encaminhar para efeitos de sentidos de que essas famílias estão se organizando, enquanto grupos contra casais homoafetivos, como se eles representassem uma ameaça para as famílias, como se constituíssem um perigo, retornando os discursos em torno de doenças, de pragas e de castigo vindo do divino. Nesse sentido, doenças como a AIDS e outras representariam a fúria de Deus contra aqueles que não seguem a doutrina, segundo o discurso preconizado por essa consumidora e difundido até pela bancada evangélica no Congresso Nacional.

Por esses enunciados, ressoa uma guerra silenciosa, como, por exemplo, a ‘guerra santa’, na qual em nome de Deus os sujeitos eram severamente castigados. A contradição é que ela não é assim tão silenciosa, pois Malafaia, Feliciano e outros são bastante ruidosos.

São Paulo - SP Terça-feira, 02 de Junho de 2015 - 08:55

Creio que por ser ou agora por ter sido um consumidor da Boticário juntamente com minha esposa, creio que tenho o direito de reclamar e me indignar com o "produto" que está sendo exposto na mídia que contraria a família tradicional instituída por Deus.

Creio que a propaganda com trocas de presentes com homossexuais passando a ideia que isso é normal, será um tiro no pé, pois anteriormente todos compravam produtos da Boticário, inclusive Gays, Lésbicas e simpatizantes...

Mas com a afronta de vocês aos lares tradicionais, muitos pararão de comprar seus produtos.

Não sou Homofóbico, sou um Cristão que odeia o que meu Deus odeia, e meu Deus criador dos céus e da terra, odeia o ato homossexual e não o homossexual, assim também odeio o ato e não a pessoa que pratica.

Tenho o direito de não concordar com lixos entrando em minha casa para meus filhos verem, e como é uma propaganda fica meio difícil pois a qualquer hora e em qualquer canal pode aparecer tal abominação.

Isso nunca será normal, pode ser comum nesse mundo perdido, mas nunca normal. Só lembrando, antes Católicos, Evangélicos e várias religiões e gays compravam seus produtos, creio que isso agora mudará, não acham?

Isso é uma afronta a Deus, assim também é uma afronta as famílias tradicionais.
Deus diz em Lucas 11:23: QUEM NÃO É POR MIM É CONTRA MIM; E QUEM COMIGO NÃO AJUNTA ESPALHA.
Não gostaria de estar na pele de quem é contra Deus.

Disponível em :< <http://www.reclameaqui.com.br/13268168/o-boticario/propaganda-terreno-perigoso/>> acesso em 05 Jul. 15.

Nessa materialidade, o sujeito consumidor, já nas primeiras linhas, sinaliza a sua filiação a FD religiosa novamente, conforme a Sd1.

SD1 – “Creio que por ser ou agora por ter sido um consumidor da Boticário juntamente com minha esposa, creio que tenho o direito de reclamar e me indignar com o "produto" que está sendo exposto na mídia que contraria a família tradicional instituída por Deus”.

Nessa SD1, o consumidor assume a posição-sujeito de locutor e diz “eu”, na ilusão de ser a origem do seu dizer. Da mesma forma, ao dizer “juntamente com minha esposa”, marca ideologicamente que eles têm como única configuração familiar a de sujeito-homem e sujeito-mulher na formação social e que, nessa configuração, quem diz a última palavra e toma decisões é o homem. Encaminha, ainda, para efeitos de sentidos que rechaçam qualquer outra configuração familiar, desenvolvendo uma espécie de ódio contra esses outros arranjos familiares. Na sequência de seu discurso, o termo/substantivo “produto” para se referir ao que está sendo comercializado na propaganda, sinalizando que o “produto” é justamente a relação homoafetiva e não o perfume da marca O Boticário, destacado pelo uso das aspas.

Dessa forma, ele, como sujeito membro da família tradicional instituída por Deus, tem o direito pleno de reclamar e indignar-se: “tenho o direito de reclamar e me indignar com o “produto” que está sendo exposto na mídia”, e completa: esse “produto” contraria o divino - “contraria a família tradicional instituída por Deus” . Nesse discurso e por meio desses enunciados retornam memórias e “já ditos” pelos quais ressoa o discurso religioso, segundo o qual a única família aceita por Deus é a união do sujeito-homem e sujeito-mulher.

Esse apontamento vem há séculos se repetindo e se reproduzindo por meio de discursos, nas mais distintas temporalidades históricas e sociais em torno das relações familiares, instaurando cadeias de significantes. Entretanto,

ao mobilizar o enunciado “família [...] instituída por Deus”, retorna uma memória social que está sendo colocada em funcionamento pelos preceitos Bíblicos, conforme apontado na história do Livro gênesis. De acordo com esse livro, o surgimento da humanidade ocorreu pelo modelo canônico de família: o sujeito-homem Adão e do sujeito-mulher Eva. O casal foi criado por Deus, à sua imagem e semelhança. Essa configuração se inscreve na ordem da repetibilidade e constitui evidências, que se sustentam na ideologia, de que a única configuração aprovada por Deus em detrimento de todas as demais (que são anormais e patológicas porque contrariam a vontade de Deus) é a família heterossexual.

Além disso, nesse discurso, funciona o separatismo e o ódio contra tudo que é diferente, colocando Deus na gênese desse ódio e construindo efeitos de sentidos em torno de um Deus que se vinga e se comporta mal, quando suas vontades e desejos não são atendidos. Um derradeiro efeito de sentido é de Deus abandonando determinados filhos, significando-se como um pai desnaturado e como uma criatura mesquinha, disseminadora do ódio. Conforme sinalizada a SD2.

SD2 – “Creio que a propaganda com trocas de presentes com homossexuais passando a ideia que isso é normal, será um tiro no pé, pois anteriormente todos compravam produtos da Boticário, inclusive Gays, Lésbicas e simpatizantes...Mas com a afronta de vocês aos lares tradicionais, muitos mais muitos pararão de comprar seus produtos”.

Na SD2, o sujeito mobiliza práticas tradicionais como “trocas de presentes com homossexuais passando a ideia que isso é normal”, e repete o discurso estabelecido pela medicina no século XIX, em que a relação homoafetiva é uma patologia, pois existem as pessoas normais e as loucas, anormais. Isso retorna como memória na formulação do enunciado, ou como descreveu Pêcheux (2009), para falar do esquecimento número dois em que o sujeito seleciona determinadas palavras/enunciados no interior da FD que o domina para formar novas sequências discursivas. Nesse sentido, além de se inscrever na FD religiosa, apresenta outras FD em seu discurso, assim como,

durante muito tempo, religião e jurídico caminharam juntos para estabelecer o que era “errado”, principalmente na Idade Média.

Logo na sequência, esse sujeito consumidor também avisa/ameaça a empresa “O Boticário”. Assim como o sujeito-consumidor da materialidade anterior, diz que a empresa estaria “dando um tiro no pé”, pois se agora todos compram produtos dessa marca, com a propagação do comercial na televisão, deixarão de comprar produtos da marca, principalmente a família tradicional, conforme a SD3.

SD3 – “será um tiro no pé, pois anteriormente todos compravam produtos da Boticário, inclusive Gays, Lésbicas e simpatizantes... Mas com a afronta de vocês aos lares tradicionais, muitos pararão de comprar seus produtos”.

Na SD3, o sujeito ratifica sua filiação na FD religiosa e sentencia que o comercial é uma “afronta aos lares tradicionais”. E, mais uma vez, ressoa o que estava em voga no congresso, naquele momento o “Estatuto da Família”, o rechaço e desprezo às minorias, que designam como ‘os que estão contra Deus’ e por isso são dignos de pena.

SD4 – “Não sou Homofóbico, sou um Cristão que odeia o que meu Deus odeia, e meu Deus criador dos céus e da terra, odeia o ato homossexual e não o homossexual, assim também odeio o ato e não a pessoa que pratica”.

Na SD4, o sujeito diz que não é homofóbico, apenas odeia o que o Deus odeia, sinalizando para a contradição, pois ao mesmo tempo que diz não ser homofóbico, ressalta que o ato “homossexual é abominação” e “lixo”, conforme SD5. Novamente está sendo retomado como memória de que a relação entre pessoas do mesmo sexo é pecado, abominação, conforme registro bíblico contra os sodomitas - E haverá também sodomitas na terra: e eles agirão de acordo com todas as abominações das nações que Jeová expulsou antes dos filhos de Israel. (I Reis 14.24).

Nessa formulação ressoa que os sujeitos homoafetivos devem ser desprezados pelo ato e prática “sodomita”, devem ser excomungados, expulsos da Terra, pois como destaca a Sd5, o abraço apresentado no texto-imagem do comercial entre sujeitos homoafetivos é “lixo” e pode contaminar o filho do consumidor reclamante.

SD5 – “Tenho o direito de não concordar com lixos entrando em minha casa para meus filhos verem, e como é uma propaganda, fica meio difícil, pois a qualquer hora e em qualquer canal pode aparecer tal abominação”.

Na SD5, o sujeito conclui o seu discurso, dizendo enfim que os sujeitos homoafetivos são lixo e que a propaganda entra no seu lar, que é sagrado, limpo, livre de todo o pecado. Com isso, eles contaminam os seus filhos. Por isso, ele abomina a propaganda e tudo que vem junto com ela.

Piracicaba - SP Terça-feira, 02 de Junho de 2015 - 01:29

Acredito que todos nós devemos ser respeitados....heterossexuais, homossexuais, e qualquer outra definição. A minha indignação não é contra homossexuais, e sim contra propagar na mídia esse tipo de relação. Cada um é livre pra viver como queira. Por isso o livre arbítrio.

A instituição da família criada por Deus foi: Homem e Mulher. Tudo que for contrário ou diverso a isso, é arranjo. Portanto, o momento da "família" estar junto assistindo à televisão não deve ser afrontado com incitações ao que se diz contrário ao instituído por Deus.

Não me venham falar em desligar a televisão, como já vi em outros comentários. Se não sou a favor de meus filhos serem induzidos a pensar que isso é algo normal, tenho o dever de me manifestar, e ensiná-los o que é o correto.

Tudo que Deus criou é perfeito, no caso em questão, a perfeição é a relação entre homem e mulher. Caso contrário, a raça humana já era para estar em extinção. Como haver procriação sem que exista a relação entre um homem e uma mulher? Pois bem, muito indignada eu estou com essa propaganda, que inclusive me fez pensar 10.000 vezes antes de adquirir os produtos O Boticário. Vejam o caso da novela Babilônia. Olhem bem o fiasco que está sendo. Será que não deu pra entender que a família brasileira não está aberta a tal liberalismo?

Disponível em :< <http://www.reclameaqui.com.br/13268168/o-boticario/propaganda-terreno-perigoso/>>acesso em 05 Jul. 15.

Essa última materialidade recortada para análise apenas complementa todas as outras retiradas do site “Reclame Aqui”. Ela também instaura a contradição, pois a reclamante se diz não ser contra qualquer tipo de definição, porém destaca em seu discurso que não se filia a essa configuração familiar. Uma vez mais o discurso que circula, nesse lugar, sinaliza para a FD religiosa e para a memória discursiva que concebe a família, tal qual a instituída pela bíblia e destaca que somente o sujeito-homem e o sujeito-mulher formam a

família. Deus, na narrativa do Gênesis, criou o homem e a mulher e somente eles podem procriar.

O retorno dessa memória faz/fez crescer o ódio e perseguições religiosas contra os sujeitos homoafetivos. Tudo que contraria a Deus não deve ser bem vindo à casa da família. Dessa forma, o comercial ressoa como algo contrário a Deus e a propaganda está incitando as pessoas a serem contra ele, pois esse arranjo familiar não é normal, retornando, também, o discurso da medicina do século XIX. Nesse sentido, o discurso do reclamante significa a relação homoafetiva como doença, patologia, loucura e, ainda, como algo imperfeito, anormal contrário ao que preconiza o discurso religioso, no qual Deus é supremo e o único sujeito.

As três materialidades repetem e citam o exemplo da novela Babilônia⁴⁴, querendo dizer que após o beijo das senhoras homoafetivas na tela, a emissora perdeu pontos no ibope. Com isso, sinaliza que a empresa O Boticário perderia parte da sua clientela, após esse comercial contra o divino, contra os princípios morais da família tradicional.

O Boticário teve sua oportunidade de réplica no site do Reclame Aqui e registrou sua resposta aos comentários negativos sobre a campanha do dia dos namorados, afirmando que “acredita na beleza das relações” e que “valoriza a tolerância e respeita a diversidade de escolhas e pontos de vista”. “A proposta foi “abordar, com respeito e sensibilidade, a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor - independentemente de idade, raça, gênero ou orientação sexual - representadas pelo prazer em presentear a pessoa amada no Dia dos Namorados”.

Com essa resposta aos reclamantes, a empresa ganhou o prêmio Grand Effie (prêmio máximo) no Effie Wards Brasil 2015, justamente pela coragem de enfrentamento do anunciante em tocar em um tema delicado, e não voltar atrás, após postagens contrárias nas redes sociais, como essas recortadas do site Reclame Aqui. Além disso, O Boticário divulgou que as vendas

⁴⁴ Babilônia é uma telenovela brasileira produzida e exibida pela Rede Globo entre 16 de março e 28 de agosto de 2015. Ela abordou temas pouco tradicionais ao gênero, como homossexualidade e racismo, e foi rejeitada pela parcela mais conservadora do público, especialmente entre os seguidores do evangelicalismo, alguns deputados da bancada evangélica chegaram inclusive a promover e disseminar boicotes à produção.

aumentaram 30% em todo o território brasileiro, após a campanha considerada polêmica.

PARA EFEITO DE FECHAMENTO

Chegamos ao final dessa pesquisa, caminhamos durante muito tempo pensando/repensando/refletindo e indagando sempre sobre as questões discursivas que envolvem a relação homoafetiva em sociedade, principalmente por meio da mídia. Entretanto, muitas perguntas se abriram, poucas se fecharam. Nesse sentido, reforçamos que essa não é a palavra final, porque o discurso sobre as relações homoafetivas continuará seguindo seu curso/discurso e se filiando a novas FD's. Com essa prática, instituem-se e produzem-se novos efeitos de sentidos porque o simbólico funciona em todos os espaços/lugares e sempre, reforçando as lutas ideológicas e políticas que permeiam essa temática.

A questão de pesquisa a partir da qual buscamos dar coerência e sustentação para a investigação em torno das designações homoafetivas pelo jurídico foi: Como as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo e que discursos e memórias sustentam essas modificações na formação social? Para responder a essa questão o nosso objetivo geral foi mostrar que as designações em torno das relações homoafetivas se modificaram ao longo do tempo, colocando em suspenso os efeitos de sentidos dessas modificações no discurso em torno de casais homoafetivos veiculados na/pela mídia jornalística. A partir desse objetivo geral, propusemos, especificamente (i) investigar quais as designações mobilizadas para discursivizar a homossexualidade e a relação dessas

designações entre a família e a instituição casamento; (ii) analisar como os termos homossexualidade, família e casamento são designados no âmbito jurídico; (iii) identificar se as designações retornam como memória para constituir os discursos de/sobre os sujeitos homossexuais na mídia jornalística (internet – páginas de jornais; blogs; redes sociais etc.) e que efeitos de sentido constituem nos discursos em circulação.

A teoria que ilumina e sustenta a dissertação é a Análise de Discurso de Michel Pêcheux porque esse campo disciplinar se faz nos entremeios, buscamos ancoragem em pesquisadores e teóricos que trabalham com a História da Sexualidade, como Michel Foucault, Willian Naphy, Collin Spender, dentre outros. Vale destacar, que uma investigação congrega também os pesquisadores que realizaram a fortuna crítica, em torno do nosso objeto. Esses pesquisadores foram devidamente referenciados e se encontram na bibliografia. Eles foram de grande valia nas respostas dadas à pergunta e no atendimento do objetivo geral e os objetivos específicos propostos.

Constituímos arquivo em torno do nosso objeto e, por meio de gestos de interpretação, realizamos os recortes, priorizando materialidades que circularam na mídia jornalística. Nesse sentido, no primeiro capítulo – “Da disciplina da interpretação aos dispositivos de análises”, retomamos algumas reflexões importantes sobre a teoria, no momento em que Michel Pêcheux, ainda com o pseudônimo de Thomas Herbert deu início ao que viria a se constituir na teoria do discurso. Nesse capítulo, realizamos o percurso que foi da palavra ao discurso, destacando a teoria, especialmente os dispositivos analíticos que foram mobilizados nas análises para analisar/explicar o funcionamento do discurso, enquanto estrutura e acontecimento social por meio da mídia jornalística.

O nosso propósito inicial era trabalhar com a palavra – relação homoafetiva – partindo do princípio de que é a mais correta por meio do discurso jurídico. Compreendemos que isso não bastava para a resposta que procurávamos, pois muitas foram as designações mobilizadas para referir às relações entre pessoas do mesmo sexo no tempo. Nesse primeiro capítulo, uma ancoragem importante adveio de Guimarães (1995; 2005) para diferenciar nomeação e designação, sendo que essa última abarca a história da palavra.

No segundo capítulo, “As designações em torno da relação entre sujeitos do mesmo sexo: trajetória sócio-histórica e cultural”, buscamos, por meio do discurso filosófico, entender como a designação pederastia significou para os Gregos na época clássica. Muito mais do que opção ou orientação sexual a relação entre pessoas do mesmo sexo era cultural e estava no cerne da sociedade. Dessa forma, a heterossexualidade esteve do lado da natureza e a homossexualidade do lado da cultura, fazendo parte dos ensinamentos transmitidos ao lado da moral. A família, nesse contexto, era apenas um contrato social e a mulher uma garantia de descendência para os homens, já que as relações sexuais deviam atender à necessidade e dever de procriação.

Na sequência, enfocamos o discurso religioso em torno da relação entre sujeitos do mesmo sexo porque por meio da Bíblia, essa foi designada de sodomia. Nessa FD, a relação sodomita foi/é significada como pecado e abominação. Nesse investimento, compreendemos também que os sentidos da designação sodomia eram muitos, além dos já citados, era considerado comportamento animalesco e antinatural em relação aos preceitos divinos. Devido à religião monoteísta praticada pelos Romanos e à imposição da sua cultura aos povos conquistados, a sodomia além de ser a representação do pecado e da devassidão tornou-se crime pelas leis jurídicas, submetidas à FD religiosa, discutida em muitos Concílios.

A família e o casamento continuavam, na sua grande maioria até meados do século XVIII, sendo praticados em forma de contrato, cujo interesse final era o dote que a mulher possuía, ou a união entre reinados, abarcando, naturalmente, a sua posição de procriadora e mantenedora da família. Os lugares e posições são determinados pelo discurso em funcionamento no discurso religioso, qualquer outra modalidade de casamento ou contrato, que fugisse ao que estabelecia a Bíblia, eram inscritos como pecado, devassidão, sendo passível de condenação, em alguns casos, chegando à morte.

Por meio do discurso da medicina, século XIX e XX, a relação homoafetiva foi designada de homossexualismo, marcadamente pela doença do corpo e da mente. Os sujeitos homoafetivos foram tratados como doentes mentais, pervertidos sexuais, invertidos. Receberam diversos codinomes e tratamentos clínicos, todos sem efeito na cura, apenas marcas na existência

desses sujeitos. Foram designados de Gays, nos Estados Unidos, espalhando para o mundo uma identidade, na qual ressoa a positividade, num primeiro momento, e negatividade após o surgimento da AIDS.

Por meio do discurso jurídico entraram em funcionamento as designações - homossexualidade, na tentativa de apagar o que foi construído pelo discurso da medicina, retirando o sufixo “ismo” e acrescentando “dade”. A Jurista Maria Berenice Dias cunhou a designação homoafetividade, que passou a ser considerada politicamente correta para se referir aos sujeitos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo.

Todas essas forças ideológicas colaboram para definir o sujeito homoafetivo, apesar de instaurar, muitas vezes, as disciplinalizações de seus corpos e de seus sentimentos. A pesquisa em torno da designação levou-nos a concluir que elas não funcionavam sozinhas, sempre se faziam presentes, em determinados momentos históricos e em mais de uma FD, corroborando para o funcionamento discursivo pela constituição de redes de memória, a partir de formações sócio-históricas e culturais.

No capítulo três “Homoafetividade: o percurso entre os discursos institucionais e as práticas discursivas”, buscamos saber quais os sentidos que a relação entre pessoas do mesmo sexo assumiu no discurso por meio da mídia jornalística, lançando gestos de interpretação nas materialidades recortadas, que analisamos como acontecimento discursivo, antagonismo, contradição, repetição e enunciado-imagem com vistas a responder a questão de pesquisa.

As análises realizadas sinalizam que a palavra homoafetivo para designar a relação entre pessoas do mesmo sexo é mobilizada somente quando tem a ver com o a FD do jurídico. É mobilizada, também, quando o sujeito que assume a posição-sujeito de locutor e assume responsabilidade pelo que é dito, busca constituir-se imaginariamente, como sujeito que conhece as designações e acompanha os desdobramentos jurídicos em torno das relações homoafetivas. A mídia, via de regra, não emprega essa designação, preferindo designar esses sujeitos de gays ou de homossexuais.

Vale destacar que a mídia jornalística escolhe e põe em evidência a designação Gay para chamar a atenção de seus leitores, mesmo considerando

que a palavra Gay pode ressoar negativamente pelos domínios de memória que mobiliza e faz funcionar. Isso ocorre quando a materialidade não está relacionada especificamente à discussão do direito como manda a lei.

Nas análises identificamos memórias que, às vezes, funcionavam como interdiscurso porque entra na ordem “do todos sabem” e, em outras na ordem da repetibilidade como memória social. O conceito de família estabelecida pela FD religiosa, em séculos anteriores, retorna como “Família Tradicional”, instaurando a luta contra uniões ou casamento entre sujeitos do mesmo sexo. A relação homoafetiva tem um funcionamento como memória, constituindo redes a partir do imaginário que se sustenta no/pelo discurso religioso, em que os sujeitos que praticam esse tipo de relação são pecadores, pervertidos, abominados e viciados. No discurso da medicina, esses sujeitos são significados como anormais, pervertidos, devassos, imorais e doentes.

Todas essas memórias entraram nas sequências discursivas analisadas, mostrando que os sentidos construídos pelos discursos em determinadas FD’s em períodos anteriores, apesar das transformações das designações fazem retornar memórias e discursos que instauram a tensão entre o real presente e o imaginário construído de/sobre esses sujeitos e suas práticas sexuais.

As forças ideológicas apagam o real e instauram imaginários que afetam os direitos humanos, pelos quais as formações discursivas religiosas que sustentam a desnaturalização dos corpos marcados biologicamente pela diferença, mantêm a divisão sexual binária da sociedade. Com isso, marginalizam os sujeitos homoafetivos por não pertencerem a esse conjunto binário preconizado e sustentado pelos discursos inscritos na FD do religioso. Maior força disso, na atualidade, foi o Estatuto da Família, criado para legitimar o apagamento dos outros arranjos familiares na sociedade, indo de encontro ao das configurações de família, que funcionaram na história da humanidade.

A contradição e o antagonismo que funcionou em grande parte das materialidades analisadas deu-se pelo modo como casais do mesmo sexo são designados na mídia jornalística e, também pela carga negativa imputada a eles, como se continuassem doentes e prestes a disseminar a peste e a desgraça na formação social. Entretanto, os sujeitos não assumem a responsabilidade pelo que dizem de e sobre os sujeitos homoafetivos.

Sustentam, legitimam e autorizam o seu discurso em nome de Deus, que é, nessa concepção, constantemente ofendido por aqueles que escapam ao que é tido como normal, legítimo.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. (1983). **Papel da Memória**. Campinas (SP): Pontes, 1999.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Portugal: Lisboa: Editora Presença, 1974.

BETHANIA, Mariani. **Textos e Conceitos Fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan**. Revista de Linguística da UNESP, v. 51, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2873/2647>>. Acesso em 25 mar. 14.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais: aspectos jurídicos**. São Paulo: RT, 2002.

CAZARIN, Ercília Ana. **Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo**. INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: SP, Ed. Claraluz, 2007, p. 109-122.

_____. RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, V.24, n. 48, p. 193-210, Jan./Jun. 2014.

COHEN, David. *Law, sexuality and society: the enforcement of morals in classical Athens*. New York, Cambridge University Press, 2001. DOVER, Kenneth James. **A Homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

COSTA, Jurandy Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. *Chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação dos do discurso político*. Trad. De Freda Indursky. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os**

múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 1999.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI.** 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

DOVER, Kenneth James. **A Homossexualidade na Grécia Antiga.** São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

ERIBON, Didier. **Reflexões Sobre a Questão Gay.** Tradução de Procopio Abreu. Editor José Nazar – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOCAULT, Michel. **História da Sexualidade – a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014a.

_____. **História da Sexualidade – o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014b.

_____. **História da Sexualidade – o cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014c.

GADET, Françoise, PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística.** Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GRIGOLETTO, Evandra. **O movimento de desidentificação do sujeito: uma reflexão a partir de "Semântica e Discurso".** Anais SEAD 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/sead1_paineis.html> acesso em 29 jul. 15.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento – um estudo enunciativo da designação.** 2º Ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2005.

_____. **Os Limites do Sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** - 2. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 1995.

HERBERT, Thomas. [1966]. **Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social.** In ORLANDI, Eni, *Análise de Discurso – Michel Pêcheux – Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi.* Campinas, SP: 3ª ed. Pontes Editores, 2012 – p. 21-54.

_____. **Observações para uma teoria geral das ideologias.** [1968]. Rua, n.1, Campinas, 1995. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. p. 63-89.

INDURSKY, F. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso.** In *Práticas Discursivas e*

Identitárias – Sujeito e Língua - Orgs. MITTMANN, Solange. GRIGOLETTO, Evandra. CAZARIN, Ercília Ana. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. MITTMANN, Solange. FERREIRA, Maria Cristina (orgs). **Memória e História na/da Análise de Discurso.** Campinas. SP: Mercado das Letras, 2011.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso.** Campinas: Pontes, 2003.

MARROU, Henri Irénée. Da Pederastia Como Educação. In: _____. **História da Educação na Antiguidade.** São Paulo: EPU, 1990. p. 51 – 65.

_____. Educação e retórica. In: FINLEY, Moses I. (Org). **O legado da Grécia: uma nova avaliação.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Pp. 211 – 228.

MAZIÈRE, F. **A Análise do Discurso** – História e práticas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MOREIRA, José Adilson. **União Homoafetiva – A Construção da Igualdade na Jurisprudência Brasileira.** 2º ed. Curitiba: Juruá, 2012.

NAPHY, Willian. **Born to Be Gay – História da Homossexualidade.** Tradução de Jaime Araújo. Lisboa – Portugal: Edições 70: 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento – as formas do discurso.** 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDURSKY, F. MITTMANN, Solange. FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Memória e História na/da Análise de Discurso.** Campinas. SP: Mercado das Letras, 2011.

_____. **Análise de Discurso – Michel Pêcheux.** 3. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

_____. **Discurso em Análise – Sujeito, Sentido, Ideologia.** 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

_____. **Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos.** 4º Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012d.

_____. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: **Leituras do político**. ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Souza (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. População urbana e seus modos de vida. In: MORELLO, Rosângela (org.). **Giros na cidade: materialidade do espaço**. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – UNICAMP, 2004.

ORLANDIS, José. **História breve do Cristianismo**. Tradução de Osvaldo Aguiar - Lisboa: Rei dos Livros, 1993.

OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Org.). **Linguagem, gênero, sexualidade, clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.19, p.7-24, 1990.

_____. **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e outros. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O Discurso – Estrutura ou Acontecimento**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

_____. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

PETRI, Verli. **A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura**. In revista Conexão Letras, Vol. 04, nº 04: 2009 Disponível em: <<http://www.artistasgauchos.com/conexao/04/VerliPetri.pdf>> acesso em 17 ago. 15.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Legados de Michel Pêcheux – inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

PLATÃO. **O Banquete**. Trad: J. Cavalcante de Souza. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática – teoria**. 9. Ed. São Paulo: Atual, 1989.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. (Coleção L&PM POCKET) tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Sússekind. - Porto Alegre : L&PM, 2009.

SCHÜLER, Donaldo. O Banquete. In: Eros: **Dialética e Retórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Pp 12 – 107.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade, uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo: editora da UPF, 2009a.

_____. Leitura do espaço urbano: subjetividade e poder das palavras. **Desenredo**, Revista da Pós-graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo, v. 5, n.2 p. 232-252, 2009b.

_____. Mídia ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In TASSO, Ismara; SILVA, Érica (Orgs.). **Língua(gens) em Discurso – A formação dos Objetos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

ZANDWAIS, A. **Perpectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Série Cogitare. Vol. 8 UFSM. Santa Maria, 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da Ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro:Contraponto, 1996. p. 07-38.